



Universidade Federal do Rio de Janeiro

Escola Politécnica

Programa de Engenharia Urbana

DEMIAN GARCIA CASTRO

MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E EMPREENDEDORISMO URBANO:
os Jogos Olímpicos de 2016 e a produção do espaço urbano no Rio de Janeiro, RJ

Rio de Janeiro
2012



UFRJ

DEMIAN GARCIA CASTRO

MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E EMPREENDEDORISMO URBANO:
os Jogos Olímpicos de 2016 e a produção do espaço urbano no Rio de Janeiro, RJ

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Engenharia Urbana, Escola Politécnica, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Engenharia Urbana.

Orientador: Orlando Alves dos Santos Junior

Rio de Janeiro
2012

Castro, Demian Garcia

Megaeventos esportivos e empreendedorismo urbano:
os Jogos Olímpicos de 2016 e a produção do espaço urbano
no Rio de Janeiro, RJ / Demian Garcia Castro. - 2012
124 f. : 11 il ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) –
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola Politécnica,
Programa de Engenharia Urbana, Rio de Janeiro, 2012.

Orientador: Orlando Alves dos Santos Junior

1. Megaeventos Esportivos. 2. Empreendedorismo
Urbano. 3. Agentes Sociais. 4. Produção do Espaço. 5. Rio
de Janeiro. I. Santos Junior, Orlando Alves dos. II
Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola Politécnica.
III. Título.



UFRJ

MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E EMPREENDEDORISMO URBANO:
os Jogos Olímpicos de 2016 e a produção do espaço urbano no Rio de Janeiro, RJ

Demian Garcia Castro

Orientador: Orlando Alves dos Santos Junior

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Engenharia Urbana, Escola Politécnica, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Engenharia Urbana.

Aprovada pela Banca:



Presidente, Prof. Orlando Alves dos Santos Junior, D. Sc., UFRJ/IPPUR/PEU



Prof.^a. Angela Maria Gabriella Rossi, D. Sc., UFRJ/POLI/PEU



Prof. Christopher Thomas Gaffney, D. Sc., UFF/PPGAU/EAU

Rio de Janeiro
2012

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer:

- Ao meu orientador, e agora também amigo, Orlando Alves dos Santos Junior, pela sua imensa disponibilidade, atenção, paciência, boa vontade, incentivos e pelos inúmeros cafés que acompanharam essa dissertação. Sua ação política e brilhantismo intelectual servem de grande exemplo na minha vida acadêmica e pessoal;
- Aos professores Angela Maria Gabriella Rossi e Christopher Thomas Gaffney, por terem aceitado o convite para participar da banca de dissertação;
- Aos professores do PEU/UFRJ, pela valiosa formação acadêmica;
- Aos membros do grupo de pesquisa “Megaeventos e metropolização”, em especial Erick Omena e Mauro Santos, pelos diálogos constantes sobre o tema;
- Aos colegas da turma de 2009, pelo convívio extremamente agradável com pessoas de ricas trajetórias profissionais que muito contribuíram na minha formação. Em especial Victor Barone e Leonam Estrella, pelas angústias compartilhadas, e o casal Othon de Castro e Glória Brandão, arquitetos de grande competência que me auxiliaram na reforma do meu apartamento.
- Aos companheiros do Colégio Pedro II, que lutam por uma educação pública de qualidade, em especial: Miguel, Renata, Cláudio, Bruno, Rafael, Ângela, Margarida, Carol, Pedro, Márcio, Coruja, Rodrigo, Marcão, Adérito e Arnaldo.
- Aos amigos de sempre, ausentes ou presentes, fundamentais na minha vida: Arlindo, Fernando, João Luiz, João Gabriel, Zé Luiz, Yan, Fabrício e Ninho.
- Aos amigos mais recentes: Isaac, Eduardo e João Grand.
- A minha família, por todo carinho e apoio;
- A minha família do Brasil central, pela confiança e carinho;
- A minha esposa, Cecília Vilani, companheira de sonhos, pelo amor de todos os dias, pelos sorrisos e risos, pela grande paciência, apoio, incentivos, críticas, enfim, por saber que juntos temos uma estrada pela frente.

Em minha visão, “ser” no mundo significa transformar e retransformar o mundo, e não adaptar-se a ele. Como seres humanos, não resta dúvida de que nossas principais responsabilidades consistem em intervir na realidade e manter nossa esperança (Paulo Freire)

RESUMO

CASTRO, Demian Garcia. **Megaeventos esportivos e empreendedorismo urbano: os Jogos Olímpicos de 2016 e a produção do espaço urbano no Rio de Janeiro, RJ.** 110 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Engenharia Urbana, Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

A finalidade da presente dissertação é refletir sobre a dinâmica da produção do espaço urbano na Cidade do Rio de Janeiro, tendo em vista a realização da Copa do Mundo 2014 e dos Jogos Olímpicos 2016 e seus impactos sobre o direito à moradia e o direito à cidade. Foram acompanhados os processos em curso, identificando e dialogando com agentes sociais diretamente envolvidos. A partir do método regressivo-progressivo proposto por Lefebvre (1999) e tendo como referência fundamental as obras de Harvey (1980; 1992; 2004a; 2004b; 2005), é discutido o processo histórico de produção do espaço urbano carioca, identificando a ocorrência de segregação sócio-espacial, tendo como agentes de destaque o Estado e Incorporadores. Analisa-se a emergência do modelo de governança urbana empreendedorista, a partir do qual os agentes capitalistas envolvidos com o processo de gestão das cidades buscam desenvolver estratégias para a inserção competitiva dos espaços urbanos nos circuitos da globalização neoliberal. Os megaeventos esportivos são associados a essa governança, devido a sua capacidade de produzir grandes transformações urbanas e de reposicionar a imagem da cidade através de signos associados à saúde, força, competitividade, modernidade etc. É apresentada reflexão sobre os atuais processos de produção do espaço urbano na cidade do Rio de Janeiro, associados aos megaeventos esportivos e comandados por uma coalizão de agentes que lideram a governança urbana empreendedorista. Observa-se que esses processos estão associados à mercantilização do espaço urbano e são marcados por mecanismos de acumulação por espoliação, o que reforça a histórica segregação sócio-espacial do Rio de Janeiro e nega às classes populares o direito à cidade.

Palavras-chave: empreendedorismo urbano; megaeventos esportivos; produção do espaço; direito à cidade; Rio de Janeiro.

ABSTRACT

This research aims to reflect upon the dynamics of production of urban space in the City of Rio de Janeiro, related to the execution of 2014 World Cup, the Olympics in 2016 and their impacts on housing rights and city rights. To this end, we attempt to follow the ongoing processes by identifying and dialoging with social agents directly involved. Starting from the progressive-regressive method proposed by Lefebvre (1999) and with reference to the fundamental works of Harvey (1980, 1992, 2004a; 2004b, 2005), in the first chapter a discussion of the historical process of the production of urban space in Rio is held, identifying a historical process of segregation, in which State and incorporators appear as prominent agents. In the second chapter, it is analyzed the emergency of entrepreneurial urban governance model, from which the capitalist agents involved in the process of management of cities seek to develop strategies for the competitive inclusion of urban spaces in the circuits of neoliberal globalization. The mega-sports events are associated with this governance, due to their ability to produce large urban transformations and repositioning the city's image through signs associated with health, strength, competitiveness, modernity, etc. At the end, it is presented a reflection on current processes of production of urban space in the city of Rio de Janeiro, associated with mega-sports events and controlled by a coalition of agents that lead the entrepreneurial urban governance. As observed, these processes are associated with the mercantilization of urban space and are marked by mechanisms of accumulation by dispossession that reinforce the historic segregation in Rio de Janeiro and deny the right to the city for popular classes.

Keywords: Entrepreneurial urban governance, Mega-sporting events, right to the city; production of space; Rio de Janeiro

Lista de Ilustrações

Figura 01 – Mapas da evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro no século XX	p.49
Figura 02 – Organograma dos principais elementos da governança urbana empreendedorista	p.61
Figura 03 – Organograma da emergência dos megaeventos como ferramenta de políticas públicas urbanas nas cidades pós-industriais	p.62
Figura 04 – Mapa do número de Jogos Olímpicos realizados em cada país (1896-2016)	p.64
Figura 05 - Gráfico do número de países que receberam cobertura televisiva dos Jogos Olímpicos e do valor das receitas dos direitos de transmissão no período de 1972 a 2008	p.71
Figura 06 - Mapa dos Anéis Olímpicos do Pan-2007	p.90
Figura 07 - Mapa dos Jogos Olímpicos de 2016	p.95
Figura 08 - Projeto do Parque Olímpico Rio 2016 e a projeção do seu legado para 2030 – Rio de Janeiro	p.98
Figura 09 - Gráficos das novas construções na cidade do Rio de Janeiro referente a cada área de planejamento (AP), no período de 2007 a 2010: (a) edificações, (b) unidades e (c) área	p.108
Figura 10 - Mapa de remoções e reassentamentos decorrentes das intervenções vinculadas à Copa do Mundo e às Olimpíadas no Rio de Janeiro, 2011	p.110
Figura 11 - Mapa da Localização dos empreendimentos enquadrados no Programa MCMV	p.110

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Periodização dos Jogos Olímpicos associada às mudanças de impactos na infraestrutura das cidades-sede (1896-2008)	p.66
Tabela 2 – Evolução do programa Os Parceiros Olímpicos (1986-2012)	p.72
Tabela 3 – Impactos sobre a população residente nas cidades-sede dos Jogos Olímpicos (1988-2008)	p.76

Sumário:

Introdução.....	p.12
1. A produção do espaço urbano carioca.....	p.18
1.1 Os agentes produtores do espaço urbano.....	p.18
1.2 A produção histórica do espaço urbano carioca.....	p.28
2. A governança urbana empreendedorista e os megaeventos esportivos....	p.51
2.1 A governança empreendedorista.....	p.51
2.2 Os megaeventos esportivos como estratégia empreendedorista.....	p.61
3. O Projeto Olímpico e a produção desigual do espaço urbano carioca.....	p.83
3.1 O empreendedorismo urbano e os Jogos Pan-americanos de 2007.....	p.83
3.2 O projeto olímpico Rio 2016 e a reprodução das desigualdades espaciais.....	p.94
Considerações finais.....	p.113

Introdução

Com o processo de reestruturação produtiva a partir da década de 1970 do século passado, o sistema de acumulação de capital tem o seu paradigma alterado, passando do que se convencionou denominar de fordismo para o sistema de acumulação flexível (HARVEY, 1992). Nesse contexto, o setor industrial perde importância econômica para o setor de serviços. Paralelamente à reestruturação produtiva, há uma mudança de discurso sobre o papel do Estado na sociedade e na economia, com a crise do Estado do Bem Estar Social, e a consequente defesa do Estado Mínimo propagado pelo neoliberalismo. Esse discurso atinge as formas de planejamento e gestão das cidades que começam a deixar de lado um planejamento racional de longo prazo, para se inserir em uma “guerra dos lugares” (SANTOS, 1996). Assim, cada vez mais as cidades se tornam mercadorias, através de uma nova forma de gestão baseada em princípios empresariais, denominada por Harvey (2005) de empreendedorismo urbano.

Nessa lógica, as cidades passam a ser pensadas como empresas e para as empresas e não para seus cidadãos, que passam a ser vistos como consumidores (CANCLINI, 1995). A racionalidade do mercado passa a imperar e as intervenções na cidade não tem a pretensão de atingir a sua totalidade, mas são direcionadas para pontos específicos do espaço urbano associados aos interesses empresariais, desconsiderando por completo os anseios da população, principalmente a de baixa renda. Os projetos de reestruturação urbana passam a estar relacionados aos circuitos internacionais de acumulação e a seus agentes, que buscam implementar projetos especulativos para as cidades.

Nesse contexto, a política urbana passa a se direcionar para a realização de médio e megaeventos, tanto esportivos, objeto de estudo desse trabalho, quanto os culturais e de entretenimentos, como carnaval, reveillon, Rock in Rio (2011 e 2013), Jornada Mundial da Juventude Católica (2013), quanto também político-ambientais, Rio +20 (2012). Com esses exemplos, fica clara uma direção adotada pelos seus governantes que sob a lógica desses eventos, em aliança com o complexo empreendedorista internacional, passam a investir na reestruturação de alguns pontos específicos da cidade.

A realização de um megaevento esportivo traz uma série de benefícios para uma parte da cidade e alguns agentes a ela vinculados, como o setor da construção civil, os incorporadores, alguns proprietários fundiários, as grandes cadeias de hotéis, entre outros privilegiados, normalmente através de políticas públicas regressivas que criam infraestruturas e equipamentos de lazer em áreas da cidade já dotadas de investimentos.

Por outro lado, o processo de preparação da cidade para os megaeventos esportivos, traz grandes preocupações quanto aos setores menos favorecidos, que por ventura estejam ocupando espaços direta ou indiretamente associados aos interesses do capital. Nesse momento, conforme mostram algumas experiências de Jogos Olímpicos anteriores e a própria experiência do Pan-2007 que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, é estabelecida uma “cidade de exceção”, onde a violação das leis urbanísticas, ambientais, e dos direitos humanos passa a ser permitida em nome do sucesso desses megaeventos esportivos (VAINER, 2011).

Assim, diversos espaços de moradia dos mais pobres passam a ser colocados em xeque. São realizados despejos forçados e demolições de moradias em prol da realização das obras ou da reformulação da imagem da cidade, nas

quais os pobres não podem ficar a vista. No bojo desse processo, também ocorrem deslocamentos indiretos em decorrência do aumento do custo da habitação relacionado aos processos de embelezamento e/ou “revitalização de áreas degradadas”. A ideia de revitalização pressupõe a ausência de vida atual, desrespeitando os moradores e os modos de vida que existem na área dita degradada em proveito dos circuitos turísticos e imobiliários.

A cidade do Rio de Janeiro será palco de diversos megaeventos esportivos, Copa das Confederações de Futebol em 2013, a final da Copa do Mundo de Futebol em 2014 e, principalmente, os Jogos Olímpicos de 2016. Dos megaeventos listados, o destaque para os Jogos Olímpicos se deve a magnitude dos projetos de reestruturação urbana previstos, e também já em curso, como por exemplo, a construção de corredores exclusivos para ônibus (Bus Rapid Transit - BRTs), a expansão do metrô, a construção de equipamentos esportivos, a reforma do Maracanã. Também são importantes de serem destacados os projetos de “revitalização” da zona portuária, o Porto Maravilha, bem como a implantação das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs), pois ambos projetos também repercutem na dinâmica dos lugares de moradia da classe trabalhadora, com remoções, reassentamentos e pela expulsão relacionada ao aumento do custo/valor da moradia, que também estão associadas aos processos de acumulação de capital, que encontram novos espaços para extração de mais valias fundiárias.

Dessa forma, há indícios que está em curso um processo de reestruturação urbana associada ao desenvolvimento capitalista contemporâneo, a partir do qual emerge uma nova forma de governança. Considerando a carência de estudos sobre o tema, acredita-se que este trabalho pode contribuir para a identificação concreta dessas mudanças na cidade, pensando também o lugar das classes populares no

contexto dessas transformações urbanas em curso na cidade do Rio de Janeiro, bem como a partir de uma leitura crítica que revele processos velados, servir como instrumento de luta para o direito à moradia e à cidade.

Nesse contexto, esta dissertação possui os objetivos listados a seguir.

Objetivo geral:

- refletir sobre a dinâmica de produção do espaço urbano na Cidade do Rio de Janeiro, tendo em vista a realização dos megaeventos esportivos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016, e de seus impactos sobre o direito à moradia e o direito à cidade.

Objetivos específicos:

- compreender o processo de produção do espaço urbano carioca;
- analisar os megaeventos esportivos como uma estratégia da governança empreendedorista;
- analisar os projetos dos megaeventos esportivos para a cidade do Rio de Janeiro, identificando sua espacialidade e seus impactos sobre a dinâmica urbana.

Para alcançar os objetivos traçados, esta dissertação está organizada em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais.

No primeiro capítulo busca-se compreender o processo de produção do espaço urbano carioca. Tal análise é feita partindo da concepção de que o espaço é produzido pela ação conflituosa de agentes sociais concretos, que confrontam seus interesses de valor de uso e valor de troca na produção do espaço urbano e na reprodução das suas condições materiais e simbólicas. Nesse sentido a contribuição de Harvey (1980), que constrói uma teoria do uso do solo urbano, é fundamental

para esse trabalho, bem como as reflexões de Ribeiro (1996) e Abreu (1997), que analisaram a produção do espaço urbano carioca priorizando respectivamente os incorporadores e o Estado. Assim, busca-se compreender o processo de estruturação urbana do Rio de Janeiro, marcada fortemente pela segregação socioespacial.

No segundo capítulo é analisada a emergência da governança urbana empreendedorista e a sua relação com os megaeventos esportivos. A governança urbana empreendedorista é pensada, tendo por base Harvey (2005) e Santos Junior (2001), como uma coalisão de forças, na qual os diferentes agentes sociais disputam o poder de pensar e produzir a cidade. Os agentes hegemônicos defendem que a cidade deve ser pensada simultaneamente como empresa e mercadoria (VAINER, 2000), visando a sua inserção de forma competitiva no mercado global de cidades e a atração de capitais e turistas internacionais. Assim, as grandes intervenções urbanas, em especial os megaeventos esportivos, ganham destaque pela sua capacidade de mobilização de recursos, de transformação espacial e de promoção da cidade. Nesse sentido também é realizada uma análise histórica dos Jogos Olímpicos, destacando sua transformação em megaevento esportivo cada vez mais submetido aos interesses empresariais, presentes no planejamento, na organização e na realização dos Jogos, bem como na mercantilização dos signos associados ao evento.

No último capítulo, procura-se demonstrar como na cidade do Rio de Janeiro a governança urbana empreendedorista é ocupada por uma coalisão de forças sustentada pelos setores imobiliários, da construção civil e do entretenimento, que vem consolidando um projeto de reestruturação urbana baseado na mercantilização da cidade. Nesse sentido os Jogos Pan-americanos de 2007, a Copa do Mundo de

2014 e, principalmente, os Jogos Olímpicos de 2016, embasam uma forma de produção do espaço urbano marcada por um processo de acumulação por espoliação, a partir do qual os agentes supramencionados são favorecidos e às classes populares é negado o direito à cidade.

A produção do espaço é a forma como a sociedade produz a base material e simbólica para sua existência. Para compreender o processo de produção do espaço é fundamental a compreensão de como esta está inserida nos processos de reprodução ampliada do capital, analisando as ações, interações e conflitos dos grupos sociais envolvidos nesse processo. Para tanto, parte-se nesse trabalho da compreensão das ações e estratégias dos agentes sociais concretos, histórica e espacialmente determinados, que produzem, usam e são produtos do espaço em uma relação dialética, na qual os conflitos a ela associados apresentam novas sínteses provisórias. Buscar-se-á relacionar parte e totalidade, partindo da parte para o todo e pensando nos constantes processos de totalização que fornece novas qualidades à parte e ao todo.

O método utilizado é baseado nas proposições de Lefebvre (1999), que aponta a necessidade de ir ao passado, para melhor compreender o presente e conseguir pistas para o futuro. Segundo o autor, “um duplo movimento impõe-se ao conhecimento, desde que existem tempo e historicidade: regressivo (do virtual ao atual, do atual ao passado) e progressivo (do superado e do finito ao movimento que declara esse fim, que anuncia e faz nascer algo novo).” (LEFEBVRE, 1999, p. 33, grifo do autor). Esse encaminhamento permite compreender as virtualidades contidas no espaço, abrindo um campo de luta e de possibilidades de emancipação, por mais que utópicas, porém, necessárias aos tensionamentos que podem levar a outras relações socioespaciais, mais justas e fraternas.

1. A produção do espaço urbano carioca

Este capítulo será desenvolvido partindo da compreensão ao processo de produção do espaço urbano carioca. Para tanto será analisado o papel desempenhado pelos diferentes agentes produtores do espaço urbano. Em seguida serão apresentados comentários sobre o processo histórico de produção do espaço carioca.

1.1. Os agentes produtores do espaço urbano

Baseado em Corrêa (1995), pode-se afirmar que o espaço urbano de uma cidade capitalista é constituído pelos seus diferentes usos, atuais e pretéritos, sobrepostos entre si. Esses usos definem e são definidos pelas formas espaciais, dando conteúdos às mesmas e estabelecendo áreas como o centro da cidade, marcada por atividades de gestão pública e empresarial e pelas atividades comerciais e de serviços, pelas áreas residenciais, industriais, bem como aquelas guardadas como reservas de valor para futura expansão do tecido urbano. O espaço urbano apresenta-se ao mesmo tempo fragmentado e articulado, pois as diferentes partes (áreas) se relacionam entre si, o que pode ser percebido através dos deslocamentos de pessoas para seus locais de trabalho, para a casa de amigos, para espaços de lazer, etc, e também pelas interações espaciais associadas aos investimentos empresariais, à realização de mais-valias, à captura de rendas e às práticas de poder.

O espaço da cidade capitalista é reflexo da sociedade capitalista. A desigualdade inerente à estrutura de classes desse sistema se expressa nas áreas

residenciais segregadas e a contínua busca pela reprodução ampliada do capital fornece um caráter sempre mutável ao espaço urbano, transformado em mercadoria.

As formas espaciais urbanas, resultado de uma cidade fragmentada e articulada, reflexo da sociedade, são também condição para essa sociedade, condição material e simbólica de produção econômica e reprodução social. A proximidade dos estabelecimentos industriais com as áreas de matéria prima, ou de outros estabelecimentos similares, pode acarretar vantagens ou desvantagens para a maximização de lucros. As formas espaciais também são apropriadas de diferentes maneiras na vida cotidiana pelos grupos sociais e etários que os percebem e concebem a partir de diferentes valores e culturas.

A fragmentação e a desigualdade espacial muitas vezes acarretam conflitos associados aos movimentos sociais, transformando a cidade em palco e objeto de luta pelo direito à cidade e à cidadania.

Assim, Corrêa conclui que o espaço urbano é “fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas funções, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais” (1995, p. 9). Essas formas espaciais são “consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade” (CORRÊA, 2011, p. 43). A atuação e os diferentes interesses desses agentes¹ serão considerados tendo por

¹ Vasconcelos (2011), em texto que faz uma análise sobre a utilização dos agentes sociais nos estudos de geografia urbana, lembra que alguns autores preferem a utilização da palavra ator enquanto outros utilizam a palavra agente. Diversos autores não estariam preocupados com essa diferenciação e as usariam indistintamente. Vasconcelos observa ainda que a palavra ator estaria associada a papéis de representação, enquanto a palavra agente passaria a ideia de ação. Dessa forma, um promotor imobiliário ao construir um edifício poderia ser visto como agente e quando ele atua em uma arena de negociações, poderia ser visto como ator. No texto desse capítulo utilizar-se-á a noção de agente.

base a contribuição de Harvey (1980) que constrói uma teoria do uso solo urbano (entendida aqui como produção do espaço urbano) a partir das categorias marxistas de valor de uso e valor de troca.

Sandroni (1999) apresenta o conceito de valor como um dos fundamentos da economia política, pois é ele que fornece um atributo que dá aos bens materiais sua qualidade de bens econômicos. A distinção entre valor de uso e valor de troca precisa, neste momento, ser estabelecida: enquanto o primeiro indica as características de um bem que satisfaz as necessidades individuais, o segundo indica a proporção de bens que são trocados uns pelos outros através do dinheiro. Em resumo, o valor de uso está associado à utilidade do objeto e o valor de troca está associado ao poder de compra que a posse do objeto transmite.

Harvey (1980) observa que a distinção entre valor de uso e valor de troca foi foco de grande debate entre os economistas políticos do século XIX. Fundamentado em Marx, o autor afirma que valor de uso e valor de troca não possuem significados em si, de forma absoluta, mas somente através da relação dialética entre um e outro.

O processo de criação de valor de troca está pautado na produção de mercadorias, ou seja, na aplicação de trabalho socialmente necessário aos objetos que possuem valor de uso para a sociedade. O valor de troca é determinado em relação às demais mercadorias, que não seriam mercadorias se tivessem valor de uso para seu possuidor e se não tivessem valor de uso para os demais possuidores de mercadorias. Assim, o valor de uso está pautado no consumo, nas condições materiais de existência e de reprodução social.

A moradia e o solo urbano são essenciais para a vida na cidade, o problema é que eles são mercadorias e, conforme analisado anteriormente, qualquer mercadoria

possui valor de uso, como por exemplo, para os moradores, e valor de troca, para os que as vendem ou as alugam. Entretanto, Harvey (1980) destaca que ambos são mercadorias especiais, conforme os motivos a seguir:

- apresentam localização fixa, atribuindo vantagem de monopólio a seus proprietários, que podem decidir o uso nessa localização;
- são mercadorias indispensáveis à vida e à reprodução social nas cidades;
- normalmente mudam de proprietários com pouca periodicidade;
- suas características de bens duráveis permitem aos proprietários um duplo e simultâneo benefício, atual e futuro, tanto como valor de uso quanto como valor de troca;
- o fato de essas mercadorias serem utilizadas por um longo período de tempo, permite que as pessoas também utilizem um longo período para pagar por elas, motivo pelo qual deve ser dado um destaque ao papel desempenhado pelas instituições financeiras no funcionamento do mercado de imóveis.
- não possuem o mesmo significado para todas as pessoas, mesmo as que vivem em residências compatíveis, nem mesmo é constante ao longo do tempo para a mesma família na mesma moradia, pois podem ter diversos e numerosos usos (abrigo, proximidade com locais de trabalho, comércio, família, amigos, fontes de poluição, locais de trânsito congestionado, de crimes, de riscos, meios para acumulação de riqueza, etc).

Tendo por base essa concepção teórica, pode-se dizer que a produção da moradia e do solo urbano, ou simplesmente do espaço urbano, é resultado da ação de diversos agentes sociais concretos, que em alguns momentos atuam conjuntamente e, em outros, entram em conflito, pois o que é valor de uso para

alguns pode ser valor de troca para outros. Considerando a perspectiva proposta por Harvey (1980), serão analisadas, a seguir, as formas de atuação dos principais agentes produtores do espaço urbano:

- **moradores**: para eles a habitação possui valor de uso atual e valor de troca potencial. O valor de uso está associado aos desejos e necessidades pessoais, ou familiares, relacionados à localização particular da habitação. Bahiana (1978) reforça que esses agentes normalmente possuem pouca influência nas decisões sobre alocação de recursos no solo urbano;

- **proprietários**: buscam o valor de troca, seja através do aluguel e da consequente extração de renda, seja através da expectativa de valorização do espaço por conta de investimentos públicos. Com isso, procuram maximizar seus lucros através da especulação imobiliária;

- **incorporadores e empresas construtoras de moradias**: incorporam valor ao solo, criando valores de uso para os usuários de moradia para obter valores de troca. Procuram comprar terrenos pelo menor preço para maximizar seus lucros com a venda dos imóveis. Os incorporadores possuem estratégias distintas para cada classe social e estão diretamente interessados nos processos de expansão urbana (suburbanização), bem como nos processos de reabilitação e redensolvimento das áreas centrais²;

- **agentes financeiros**: financiam a construção e a aquisição de moradias, por conta dos elevados custos envolvidos em ambos os processos. Estão

² A utilização de expressões como reabilitação, redensolvimento, ou revitalização, pressupõe uma visão de um espaço sem vida e deteriorado, visão que normalmente não é compactuada pelos habitantes das áreas a serem revitalizadas, ou simplesmente transformadas esteticamente para usos turísticos e culturais ou, ainda, para uma transformação no padrão imobiliário voltado às classes econômicas mais abastadas. Torna-se importante questionar quais disputas de valores de uso e valores de troca estão em curso na emissão de determinados discursos.

preocupados em conseguir valores de troca através de financiamentos de anseios de obtenção de valores de uso;

- **agentes governamentais (Estado)**: atuam (ou deveriam atuar) na diminuição da carência de moradias como valores de uso. A construção pública de moradias é uma forma de intervenção direta, mas muitas vezes sua ação é indireta, através de formulação de leis urbanísticas, isenções fiscais e benfeitorias que garantem valor de troca aos incorporadores, proprietários e agentes financeiros. Bahiana (1978) aponta que os setores governamentais exercem simultaneamente um papel duplo e contraditório de agente e de mediador.

Ao analisar separadamente a atuação dos diferentes agentes produtores do espaço urbano, pode-se concluir que o que é valor de uso para alguns é valor de troca para outros e que cada um possui uma concepção diferenciada de valor de uso.

Corrêa (1995) ao analisar conjuntamente a atuação dos agentes produtores do espaço urbana, ressalta que a atuação desses é regulada por um marco jurídico que não é neutro e, em muitos casos, permite as transgressões dos agentes dominantes. O autor apresenta uma tipologia, sublinhando que esta seria mais analítica do que absoluta, pois, muitas vezes, os agentes atuam de forma integrada e essas ações podem variar tanto no espaço quanto no tempo.

A tipologia elaborada por Corrêa (1995) apresenta os seguintes agentes principais: proprietários dos meios de produção; proprietários fundiários; promotores imobiliários; Estado; e grupos sociais excluídos. A análise de Corrêa (1995) além de complementar a abordagem anterior, incluindo como agentes os proprietários dos meios de produção e os grupos sociais excluídos, também traz mais informações

sobre a atuação desses agentes na produção do espaço, apresentando suas estratégias e conflitos de interesses.

Os proprietários dos meios de produção, particularmente, os grandes industriais, consomem significativa quantidade de espaço: precisam de terrenos amplos e baratos para satisfazer as necessidades locacionais de suas empresas, redes de transporte para o escoamento da produção e para o deslocamento da força de trabalho, facilidades de acesso às matérias primas, etc. Nas grandes cidades onde a atividade fabril possui relevância, normalmente a atuação dos proprietários industriais resulta em áreas cujas definições interferem nos demais usos do solo. Porém, por um lado, esses agentes não estão interessados na especulação fundiária, de interesse direto dos proprietários de imóveis, pois a escassez de terras no mercado pode gerar um aumento nos seus preços, o que pode acarretar em pressões da força de trabalho para o aumento de salários, reduzindo as taxas de lucro das empresas.³ Por outro lado, as antigas zonas industriais associadas a fatores locacionais do passado, quando se encontram rodeadas por usos residenciais de *status*, podem ser deslocadas para áreas mais baratas, normalmente com o incentivo do Estado, e extrair consideráveis rendas fundiárias ao lotear o antigo terreno da fábrica então valorizado pela nova vizinhança.

Corrêa (1995) também lembra que, como os proprietários fundiários buscam extrair a maior renda fundiária possível de suas terras, os mesmos procuram atuar junto aos agentes governamentais para a alteração de leis urbanísticas, que os

³ Os conflitos e contradições entre os proprietários industriais e os proprietários fundiários de modo algum são absolutos. Algumas concepções desse embate merecem destaque, como, por exemplo, a ideologia da casa própria, que colabora para diminuir os conflitos entre capital e trabalho, e o próprio fato de que é a propriedade privada que funda a sociedade capitalista, ao separar os proprietários dos meios de produção daqueles que tem somente a sua força de trabalho para vender.

beneficie. Mas, em função de esses proprietários não possuírem poder de barganha equivalente, os mais poderosos poderão ser beneficiados pela construção pública de infraestrutura, enquanto outros, especialmente os da periferia, podem nem mesmo ser favorecidos.

Vale ressaltar que, mesmo a localização periférica das terras não fornece uma homogeneidade aos processos, pois existem terras periféricas dotadas de amenidades como mar, lagoas, verde, entre outras, que acabam não sendo conhecidas como periferia, e há terras periféricas que não somente estão longe dos centros, mas também não possuem amenidades. Normalmente os processos levam a primeira a uma urbanização de *status* e a segunda, a urbanização popular. No primeiro caso, muitas vezes os proprietários fundiários tornam-se incorporadores, loteando, construindo e vendendo para as classes mais ricas da sociedade e pressionando o Estado para a construção de infraestrutura urbana. Já no segundo caso, normalmente os proprietários fundiários não têm interesses em atuar como incorporadores. Dessa forma, constroem loteamentos populares quase sem infraestrutura, muitas vezes as habitações são produzidas no sistema de autoconstrução e, em outras, o Estado constrói conjuntos habitacionais.

A incorporação é analisada por Corrêa (1995) como uma das operações realizadas pelos promotores imobiliários, que inclui ainda os estudos técnicos, o financiamento, a construção e a comercialização. Ribeiro (1996) afirma que os incorporadores articulam o proprietário original do terreno, os futuros compradores de imóveis, o construtor e posteriormente o financiador.

A origem dos promotores imobiliários é muito diversa: há desde pequenos proprietários de terras que se transformam em construtores, aos comerciantes e industriais que em momentos de crise passam a atuar no setor, até mesmo grandes

bancos e o Estado. Os promotores imobiliários buscam produzir habitações para satisfazer a demanda solvável e conseguir o apoio do Estado para transformar em solvável a produção de moradias para satisfazer a demanda não-solvável. O resultado dessa prática espacial dos promotores imobiliários é o aumento da segregação residencial que caracteriza a cidade capitalista.

O Estado tem uma atuação complexa e variável no tempo e no espaço, pois age como proprietário dos meios de produção, instalando grandes plantas industriais, consumindo e reorganizando o espaço; como proprietário de terras, guardando-as para usos futuros e negociando-as com outros agentes; e como promotor imobiliário, através da construção de conjuntos habitacionais. Mas é através da construção de redes de infraestrutura, abrangendo transportes, iluminação, distribuição de água e canalização de esgoto, pavimentação de ruas, coleta de lixo, entre outros, que a atuação do Estado é amplamente reconhecida e esperada pela população. Entretanto, na maior parte das vezes a ação do Estado é desigual no espaço urbano, pois não é socialmente neutra, mas marcada por conflitos de interesses dos agentes sociais, bem como pelas alianças estabelecidas entre eles. Normalmente o resultado dessas ações são políticas públicas regressivas que aumentam a segregação residencial.

A desigualdade inerente ao capitalismo faz com que parcela significativa da população não consiga alugar e muito menos comprar uma moradia. Essa população também costuma ser atingida por outras mazelas sociais, como doenças, desemprego e subemprego, baixo nível de escolaridade, e muitas vezes ainda é marcada por um componente racial. A esses grupos sociais excluídos (ou incluídos precariamente) restam as possibilidades de ocupação dos cortiços das áreas centrais, a autoconstrução nos loteamentos periféricos, os conjuntos habitacionais e

as favelas. Nas três primeiras opções, os grupos sociais excluídos estabelecem vínculos respectivamente com os proprietários de imóveis, com os proprietários de terras e com o Estado. Já nas favelas, os grupos sociais excluídos produzem o seu próprio espaço, ocupando áreas públicas ou privadas, normalmente encostas íngremes ou áreas alagadiças, que não são objeto de interesse dos agentes imobiliários. As favelas são produzidas como uma estratégia de sobrevivência desses grupos que procuram simultaneamente resolver o problema da moradia e do acesso ao local de trabalho. Apesar de cada uma das favelas ter uma história própria, caso seja observado o modo pelo qual elas se distribuem no espaço urbano, é possível observar um padrão que inclui a relativa proximidade com um mercado de trabalho (CORRÊA, 1995).

Santos Junior (2011) afirma que as possibilidades de apropriação da cidade pelos diferentes agentes está associada à posição que eles ocupam na estrutura social, e que esta é expressada no espaço urbano através da segregação socioespacial. Baseado em Harvey (1980), o autor reforça que não pode ser empregada uma visão simplista que divide a cidade entre burguesia e trabalhadores, pois é necessário identificar as contradições entre os agentes, inclusive os capitalistas, indo ao encontro das proposições de Corrêa expostas no parágrafo anterior.

Santos Junior (2011) observa ainda que além das formas materiais de apropriação da cidade, existe uma dimensão simbólica que a elas está interligada e que também é um campo de disputas, como é o caso da criação de leis e da legitimidade social discursiva. Perante as leis, por exemplo, um mesmo ato pode ser visto como ocupação de terras que não cumpre com sua função social ou como invasão de terras, o que caracterizaria violação do direito de propriedade. Portanto,

podem considerar o solo urbano como uma mercadoria ou como um direito de reprodução da vida, proteger o valor de troca ou o valor de uso. Percebe-se que essas disputas no campo simbólico podem legitimar ou deslegitimar socialmente as práticas espaciais dos diferentes agentes.

Para Santos Junior (2011) essa forma de interpretação permite olhar a cidade como uma arena onde os diversos agentes citados confrontam seus interesses de valor de uso e valor de troca na produção do espaço urbano e na reprodução das suas condições materiais e simbólicas. Ao pensar a cidade como uma arena, reforça-se a ideia de que ela não é um agente, portanto, não possui interesses ou vocações. Normalmente esses interesses postos como sendo das cidades, na verdade ocultam os agentes supracitados, que buscam construir um discurso para legitimar social e simbolicamente suas práticas e conseguir maiores valores de troca.

Com base nessa abordagem teórica, cabe resgatar o processo de produção do espaço urbano carioca.

1.2. A produção histórica do espaço urbano carioca

Nesta seção será feita uma análise da produção do espaço urbano carioca tendo em vista a atuação dos diferentes agentes sociais envolvidos nesse processo. O objetivo é compreender a produção de moradias associada à evolução urbana da cidade, observando o processo histórico que forneceu forma e conteúdo à cidade e evidenciando que a atual estratificação social da cidade do Rio de Janeiro é resultado de um processo de segregação socioespacial que vem desenvolvendo-se há muito tempo.

As reflexões terão por base as contribuições de Ribeiro (1996) e Abreu (1997). A escolha desses autores deve-se ao fato de, além de terem realizado densa produção sobre o assunto, estão embasados na concepção dos agentes produtores do espaço: o primeiro tendo como foco os incorporadores e o segundo, o Estado, indo ao encontro da abordagem teórica priorizada nesta pesquisa.

Abreu (1997) apresenta como ponto de partida o conceito marxista de formação social. Para ele, a formação social escreve a história no espaço, pois possui um caráter concreto vinculado a uma estrutura econômica, jurídica e ideológica. Cada mudança na estrutura é refletida na organização social e também no espaço. Com isso novas formas são criadas, enquanto formas antigas são transformadas, refuncionalizadas e até mesmo destruídas. Assim, o espaço é, nos dizeres de Santos (1978), “um acúmulo desigual de tempos”, onde o momento atual é influenciado pelas heranças deixadas pelos momentos anteriores. A presença de formas pretéritas pode facilitar novos processos, bem como constituir-se como barreiras ao desenvolvimento deles, gerando contradições à acumulação de capitais. Entretanto, na maior parte das vezes, o Estado impõe uma reestruturação espacial que tende a assegurar a concentração de renda e de poder, produzindo conflitos no espaço urbano, pois os interesses dos agentes sociais são diferenciados, uns o veem como valor de uso e outros, como valor de troca.

Reforça-se que o Estado não é um agente social neutro. Abreu (1997) presume que a atuação do Estado sobre a estrutura urbana do Rio de Janeiro teria variado pouco, em forma e conteúdo, ao longo do tempo. Além disso, o padrão de localização das diferentes classes sociais no espaço teria sido influenciado pelas ações e omissões do Estado, conforme será analisado a seguir.

Até o início do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro limitava-se ao seu núcleo urbano central nas proximidades do porto, entre os Morros do Castelo, de São Bento, de Santo Antônio e da Conceição, as demais freguesias eram predominantemente rurais.

A maior parte da população era escrava, havia alguns poucos trabalhadores livres, e menor ainda era a elite, que na ocasião estava associada às atividades administrativas, militares e mercantis. A ausência de meios de transporte e a necessidade de defesa levavam todos a habitar próximos uns dos outros. Era a forma da moradia e não a sua localização que diferenciava a elite do restante da população.

Durante o século XIX, a forma e o conteúdo da cidade foram significativamente transformados. Em 1808, com a chegada da Família Real surgiram novas necessidades materiais e simbólicas. Em 1830, a economia do Rio de Janeiro foi profundamente alterada em função do plantio do café. O solo fértil, a utilização de escravos africanos liberados pelo declínio da atividade açucareira no nordeste do país, a existência do porto e de um capital mercantil acumulado em momentos anteriores, favoreceram o dinamismo da atividade cafeeira. Os excedentes gerados por essa atividade se concentravam na cidade do Rio de Janeiro, pois nela localizavam-se as principais atividades que serviam de base para a economia mercantil-escravista: a administração pública, as atividades comerciais e financeiras, o porto, a exportação e a importação, o mercado de escravos, a comercialização de produtos de subsistência, etc.

A independência política e a prosperidade econômica derivada da atividade cafeeira atraíram trabalhadores livres, nacionais e estrangeiros, para a cidade. O

capital internacional também passou a ser largamente empregado na cidade através de concessões de serviços públicos, tais como: transporte, esgoto, gás, etc.

Em 1850, houve uma expansão urbana com o aterro do Saco de São Diogo, que limitava o crescimento da cidade para oeste, abrindo a ocupação da Cidade Nova (atuais Cidade Nova, Estácio, Catumbi, Rio Comprido) e ao retalhamento do Engenho Velho (antiga fazenda da Companhia de Jesus que ocupava áreas que hoje correspondem a Tijuca e a Vila Isabel). Enquanto isso, as classes mais abastadas transferiram suas residências para palacetes construídos nas antigas chácaras de final de semana nos bairros de Botafogo, Catete e Glória.

A partir da crise do café, que foi resultado da forma predatória de cultivo, do envelhecimento dos cafezais e da crise do escravismo que começou com a proibição pela Inglaterra do tráfico de escravos e culminou com a promulgação da Lei Áurea em 1888, houve um deslocamento do capital mercantil para as atividades urbanas. Esse capital foi investido nos serviços públicos, concedidos de forma monopolista pelo Estado, e na produção de moradias, cuja forma predominante foi a transformação dos antigos casarões de fazendeiros e comerciantes em casas de cômodo e a construção de moradias precárias no centro da cidade, os cortiços (RIBEIRO, 1996).

Como até 1870 a mobilidade espacial era uma regalia de poucos habitantes, as classes sem mobilidade dependiam de uma localização central ou periférica ao centro, pois a procura por trabalho era diária e somente era encontrado no núcleo urbano. A solução encontrada foi o cortiço. Essas habitações coletivas foram palcos de diversas epidemias que aconteciam quase que anualmente na cidade.

De acordo com Ribeiro (1996), o “corticeiro”, normalmente pequenos comerciantes que resolviam investir no negócio imobiliário, gastavam o mínimo

possível buscando utilizar o máximo do terreno, construindo habitações coletivas precárias e sem higiene. Fazia parte do contrato de aluguel a obrigação de compra de mercadorias nos seus estabelecimentos comerciais, “mercadorias compradas por preços mínimos e vendidas por preços máximos, com adulteração de qualidade, volume e peso” (RIBEIRO, 1996, p. 207). Alguns cálculos apontam que um cortiço poderia proporcionar ao seu proprietário juros sobre o capital investido de 50% a 100% ao ano, pois os “corticeiros” usufruíam de uma situação de monopólio por conta a debilidade dos transportes na cidade. Nessa ocasião pelo menos 20% da população da cidade morava em cortiços (RIBEIRO, 1996).

No período de 1870 a 1902, ocorreu uma expansão do tecido urbano associada às necessidades de reprodução do capital. O ano de 1870 é um marco na periodização, pois é a partir de então que trens e bondes, os dois principais vetores de urbanização, passaram a atuar simultaneamente.

Apesar da importância desses meios de transporte para a expansão urbana, trens e bondes tiveram papéis muito diferentes no processo de urbanização. Abreu (1997) reforça que nesse período já estavam lançadas as bases ideológicas para o processo de ocupação da cidade ao longo do século XX: de um lado, trem/subúrbio/baixa renda, e do outro, bonde/zona sul/estilo de vida “moderno”.

De acordo com Abreu (1997), a primeira concessão para operação do serviço de bonde com tração animal foi concedida à Botanical Garden Railroad Company, que mais tarde viria a se chamar Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico. Ela servia ao bairro da Glória, ao aristocrático bairro de Botafogo, e também ao bairro do Jardim Botânico. Essa empresa foi responsável pela abertura do atual Túnel Velho em Copacabana e pelo loteamento dessa área, contando, é claro, com a colaboração do Estado, que abriu diversos logradouros.

O êxito dessa companhia acarretou o surgimento de outras empresas do mesmo ramo, como a Companhia Ferro-Carril de Vila Isabel. O proprietário dessa empresa, Barão de Drummond, foi o responsável pela origem do bairro de Vila Isabel em um empreendimento que articulou o investimento no setor fundiário e nos transportes, ilustrando a relação dos bondes com os loteamentos.

Em 1872, o Barão de Drummond adquiriu as terras da Fazenda dos Macacos, que anteriormente pertencia a Família Real. Posteriormente ele conseguiu o privilégio de implementar uma linha de bonde ligando o bairro ao centro da cidade. Com isso, obteve grandes lucros, pois comprou a terra por um preço baixo, associado ao seu uso agrícola e vendeu por um preço bem superior, devido à incorporação da infraestrutura que garantia o acesso ao centro (RIBEIRO, 1996).

Ao contrário dos bondes que foram implementados em espaços que já estavam sendo urbanizados e/ou parcelados desde a primeira metade do século XIX, o início da operação dos trens levou a urbanização de várias freguesias rurais, o que impôs o aperfeiçoamento do sistema ferroviário da época.

Apesar de ter sido inaugurada em 1858, a Estrada de Ferro Dom Pedro II somente teve os horários dos trens adequados aos horários de entrada e saída dos locais de trabalho no centro da cidade a partir de 1870. Nesse contexto, ocorreu uma rápida ocupação do subúrbio⁴ entre o Centro e a estação de Cascadura, levando a inauguração de várias estações nos anos seguintes. Como consequência

⁴ No Dicionário Michaelis, o verbete subúrbio apresenta a seguinte definição: 'Região que se segue ao arrabalde e que, embora fora da cidade, pertence à jurisdição dela'. Entretanto, na cidade do Rio de Janeiro, a palavra ganhou outro significado, que traz consigo uma representação espacial repleta de ideologias, qual seja, o lugar dos pobres na cidade. Fernandes (2011) observa que no processo de ocupação das áreas distantes do centro da cidade, situadas ao longo das ferrovias, o suburbano virou urbano, mas não deixou de ser assim denominado. Para o autor, existe um "conceito carioca de subúrbio", que está cotidianamente associado ao lugar da carência, a presença de ferrovias, aos baixos rendimentos dos seus habitantes, a ausência de história, de cultura e de valores estéticos. Utilizando-se da categoria de "rpto ideológico" de Henri Lefebvre, Fernandes argumenta que a mudança de conteúdo da categoria espacial subúrbio, produziu uma representação ideológica de segregação socioespacial na cidade do Rio de Janeiro (FERNANDES, 2011).

desse processo, a ocupação dos subúrbios adquiriu uma forma linear, ao longo da ferrovia e com a concentração de casas no entorno das estações. Aos poucos os logradouros foram sendo construídos pelos proprietários fundiários e pelas companhias loteadoras, gerando um crescimento radial que se intensificaria posteriormente.

Entretanto, é importante relativizar esse crescimento dos subúrbios por conta do que estava acontecendo nas áreas centrais e periféricas ao centro, e nas áreas servidas pelos bondes, pois a industrialização começava a se refletir no espaço da cidade.

No final do século XIX, concentravam-se no centro da cidade pequenos estabelecimentos industriais dedicados a fabricação de calçados, chapéus, confecções, bebidas, mobiliário, bem como gráficas, fundições, indústria alimentícia, entre outras.

Em 1890, o bairro de São Cristóvão começou a ter sua função alterada, de área residencial nobre, que inclusive havia abrigado a Família Real, para bairro industrial. O que se intensificou com a Proclamação da República, quando diversas indústrias passaram a ocupar os antigos casarões abandonados por uma elite que seguia para a zona sul da cidade. A localização nesses antigos casarões reduzia o investimento em capital fixo e também diminuía o gasto com infraestrutura, devido à proximidade do porto e de eixos ferroviários.

Ressalta-se que juntamente com o processo de industrialização ocorreu o esgotamento do sistema escravista. Vários trabalhadores libertos dirigiram-se para o núcleo central da cidade, o mesmo destino dos imigrantes estrangeiros recém-chegados, o que gerou grande crescimento populacional, um adensamento dos cortiços e um aumento do número de epidemias de febre amarela.

Nesse contexto, conforme lembra Abreu (1997), o Estado resolveu isentar de impostos as indústrias que construíssem casas populares higiênicas para os operários. A medida também objetivava enfraquecer o movimento social de base operária que surgia, mantendo a força de trabalho cativa e disciplinada. Seguiram esse caminho a Companhia Progresso Industrial do Brasil (Bangu), Mavilis e Bonfim (Caju), Cruzeiro (Andaraí), Luz Stearica (São Cristóvão), Brahma (Centro) e Corcovado (Jardim Botânico). Para explorar esse decreto foi criada em 1889 a Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro que construiu ao longo da década de 1890 cinco “vilas operárias”: Vila Rui Barbosa, na Rua dos Inválidos; Vila Arthur Sauer, no Jardim Botânico, Vilas Maxwell e Senador Soares, em Vila Isabel, e Vila Sampaio, no bairro de mesmo nome.

Mesmo com a construção de vilas operárias, o local de residência da maior parte da população pobre da cidade continuou sendo os cortiços da área central. O aumento do número de habitações coletivas no centro da cidade já preocupava as autoridades há algum tempo. Entretanto, foi o prefeito Barata Ribeiro que passou do discurso sanitarista para uma verdadeira guerra contra os cortiços, dentre os quais o mais famoso foi o “Cabeça de Porco”. A intervenção do Estado na área central da cidade se intensificou no início do século XX, aumentando a estratificação social no espaço urbano carioca.

O ano de 1906 marca o início do declínio da aristocracia do café que culminaria com a crise mundial do capitalismo em 1929. Com o declínio e a crise de 29, o poder político da nação passou para outros grupos, entre os quais os industriais e os banqueiros, com destaque para os primeiros.

Assim, as modificações na forma urbana da cidade do Rio de Janeiro nesse período, revelam as contradições do sistema político e econômico supracitadas. O

Estado continuava a incentivar o processo de renovação urbana da área central e o embelezamento da zona sul, por outro lado, os industriais expandiam suas atividades pelos subúrbios, o que atraíam grande quantidade de força de trabalho e em muitos casos contribuía para a formação de favelas nessas áreas.

A Reforma Passos, no início do século XX, modificou a forma e o conteúdo da cidade, estabelecendo um modelo de intervenção estatal de implementação de recursos nos bairros ocupados pela burguesia em detrimento dos bairros ocupados pelos proletários, que seria seguido ao longo do todo o século.

Nesse mesmo período, o crescimento da economia brasileira, em decorrência das atividades exportadoras, fortalecia a necessidade de uma nova forma de organização espacial da cidade. Era importante acelerar os processos de importação/exportação e modernizar o porto, que ainda possuía aspectos coloniais.

A eleição de Rodrigues Alves em 1902 simbolizava a volta da oligarquia cafeeira ao poder. Logo depois de eleito ele indicou Pereira Passos para prefeito da cidade do Rio de Janeiro. Este realizou num breve período de quatro anos uma ampla reforma urbana objetivando resolver as contradições da cidade.

Argumentava-se que a forma urbana da capital precisava expressar a grandeza do país que era o maior produtor de café do mundo, revelando valores cosmopolitas e modernos da sua elite, o que não combinaria com um centro urbano onde os cortiços e as carroças de tração animal em ruas estreitas e centenárias eram encontrados muito próximos ao poder político e econômico.

Pereira Passos ordenou a abertura e o alargamento de ruas no centro e nas suas cercanias. Muitas vezes a demolição dos prédios era em maior número do que o necessário para o alargamento das ruas e objetivava recuperar uma parte dos custos das obras com a venda dos terrenos remanescentes e valorizados. Construiu

a Avenida Beira Mar, realizou obras de saneamento, calçamento e arborização no Centro, Botafogo e Glória, além de ter começado a construção do Teatro Municipal, que teve uma parte de sua estrutura importada da Europa. Melhorou o acesso às freguesias rurais visando garantir o abastecimento de produtos agrícolas para as áreas centrais.

A construção da Avenida Central, atual Rio Branco, também aconteceu nesse período, embora não tenha sido realizada pela administração Pereira Passos, pois foi financiada com recursos da União. A abertura dessa avenida além de modificar substancialmente a forma do centro da cidade, também teve um grande impacto social, pois foram demolidas entre duas e três mil casas com altíssima densidade de ocupação (ABREU, 1997). O espaço da Avenida Central passou por uma resignificação simbólica, com a retirada da população de baixa renda e a inauguração de hotéis, clubes, companhias, cafés e edifícios do governo, tais como a Biblioteca Nacional, a Escola de Belas Artes, o Teatro Municipal e o Palácio Monroe.

A reforma urbana implementada por Pereira Passos visava adequar a cidade às novas exigências de acumulação do capital e às novas funções a elas associadas, o que demandava novas formas espaciais, pois as antigas se transformavam em obstáculos ao novo momento de organização social e a estrutura política, econômica e ideológica desse período.⁵

A Reforma Passos representou o primeiro grande exemplo de intervenção realizada pelo Estado sobre o espaço urbano. Também é um exemplo de que a

⁵ As ideias trabalhadas por Harvey colaboram para a compreensão desse processo. Segundo o autor, “[...] o capitalismo se esforça para criar uma paisagem social e física da sua própria imagem, e requisito para suas próprias necessidades em um instante específico do tempo, apenas para solapar, despedaçar e inclusive destruir essa paisagem num instante posterior do tempo. As contradições internas do capitalismo se expressam mediante a formação e a reformação incessantes das paisagens geográficas.” (HARVEY, 2005, p. 150)

solução às contradições espaciais, muitas vezes, gera novas contradições para a organização social que emerge. A destruição dos cortiços nas valorizadas áreas centrais fez com que os morros localizados no centro da cidade, que até aquele momento possuíam poucos habitantes, fossem ocupados de forma acelerada por uma população que precisava manter-se próxima aos locais de emprego. O resultado foi uma forma de moradia popular, ainda hoje, característica da paisagem da cidade do Rio de Janeiro: a favela.

Entretanto, nem todos os expulsos dos cortiços, ou recém-chegados à cidade, se dirigiam para as favelas, uma parte significativa, talvez a maioria, foi para os subúrbios, contribuindo assim para sua ocupação efetiva.

A ocupação dos subúrbios da Estrada de Ferro Central do Brasil e da zona norte foi, nas primeiras décadas do século XX, marcada pela disseminação de vilas. Essas são resultado de uma produção denominada de “pequeno-burguesa” por Ribeiro (1996). Segundo esse autor, o pequeno burguês, dotado de pequeno capital, buscava segurança e liquidez no seu investimento. Ele comprava um terreno e encomendava a construção de moradias para um empreiteiro para depois alugar essas casas. O aluguel era contabilizado a partir dos gastos com material, força de trabalho e pelo preço da terra. Com os lucros dos primeiros investimentos eram construídas novas casas.

Paralelamente a esse processo, grandes empresas imobiliárias começavam a criar outra área da cidade, os subúrbios da Estrada de Ferro da Leopoldina e Linha Auxiliar de Rio D’ouro. Com a estagnação da economia agrária, várias fazendas foram vendidas e loteadas, o que permitiu elevados ganhos devido à diferença entre o preço pago pela compra de uma grande área e o cobrado na venda de pequenos lotes. Nesse momento entram em cena as grandes companhias imobiliárias. A

maioria dessas empresas era organizada pelo capital industrial, algumas tinham capital estrangeiro e outras, capital bancário.

O crescimento populacional não foi acompanhado por um crescimento equivalente de construções de habitações, o que levou a um encarecimento dos aluguéis e uma crise da moradia. Preocupado com o crescimento do movimento operário, o Estado resolveu congelar os aluguéis, acarretando uma desvalorização da produção imobiliária pequeno-burguesa, o principal agente produtor de moradia daquele momento.

Em consequência disso, as companhias imobiliárias anunciavam a possibilidade dos inquilinos saírem dos aluguéis e passarem a proprietários comprando um lote e construindo a própria moradia. Assim, na segunda metade do século XX, a urbanização foi comandada pelas grandes companhias, tais como: a Companhia Territorial do Rio de Janeiro (responsável pela criação do bairro da Penha), Companhia Suburbana (responsável pelo loteamento da Fazenda Boa Esperança, a partir do qual surgiram os atuais bairros de Marechal Hermes, Deodoro, Honório Gurgel, Ricardo de Albuquerque, etc.), entre outras (RIBEIRO, 1996).

Na década de 1920, a administração do prefeito Carlos Sampaio realizou diversas obras que tiveram impactos diretos nas moradias populares. A justificativa foi a realização da Exposição Universal para as comemorações do 1º Centenário da Independência do Brasil: era necessário organizar a cidade para receber turistas e personalidades de diversas partes do mundo. A sua principal realização foi a derrubada do Morro do Castelo, onde teve origem a cidade, em 1567, ano de sua instalação no alto do morro, dois anos após a expulsão dos franceses e da fundação da cidade na entrada da Baía de Guanabara.

O Morro do Castelo foi posto abaixo em nome da circulação dos ventos e da higiene, de acordo com a tese sanitária da época. Porém, ressalta-se que o morro era habitado por inúmeras famílias pobres e que estava localizado a poucos metros da recém-inaugurada Avenida Central, ou seja, da área mais valorizada da cidade.

O bairro da Misericórdia, que era um dos lugares mais antigos e pobres do Rio de Janeiro, situado no sopé do Morro do Castelo, ficou em destaque após o desmonte do morro. Para continuar o processo de valorização da área e facilitar o processo de reprodução do capital, Carlos Sampaio escolheu esse bairro para o local da Exposição.

Assim, foram destruídos os bairros do Castelo e da Misericórdia, locais de moradias populares que haviam resistido à Reforma Passos. O discurso era da importância de se retirar os usos sujos e a população pobre da área central. No período da administração Carlos Sampaio (1920-22), as preocupações com o valor de troca do solo urbano passaram a ficar expressas nos planos municipais. O poder público esperava conseguir capturar a valorização dos terrenos (ABREU, 1997).

Enquanto isso, a expansão fabril para os subúrbios se intensificava, favorecida pela disponibilidade de energia elétrica, produzida pela Light, e pelo início das operações do novo porto e pelos baixos preços dos terrenos em áreas favorecidas pelo transporte ferroviário. O bairro de Maria da Graça atraiu uma grande quantidade de indústrias, o que também contribuiu para o surgimento da favela do Jacarezinho, lugar de moradia de grande parte dos operários dessas fábricas.

De acordo com Abreu (1997), entre 1906 e 1920 as freguesias suburbanas tiveram uma taxa de crescimento populacional maior do que aquelas apresentadas

pelas freguesias centrais. Inhaúma e Irajá foram as que mais cresceram nesse período, respectivamente 263% e 92%.⁶

No final da década de 1920, foi elaborado por encomenda do prefeito Prado Júnior um plano urbanístico para a cidade: o Plano Agache. Pedro Ernesto, que assumiu a prefeitura em 1931, afirmou que o plano não seria executável nem em cinquenta anos, pois sugeria uma série de obras monumentais. Porém, o mais importante a ser ressaltado são as propostas de solução para as contradições da forma urbana carioca, indicadas no plano, sugerindo um ordenamento para a cidade a partir de critérios funcionais e sociais. O plano apontava que a proximidade entre classes sociais opostas gerava externalidades negativas às classes dominantes, como, por exemplo, no tocante à segurança e à qualidade de vida (ABREU, 1997).

Em 1930, já existia uma divisão espacial das classes sociais na cidade: as classes populares, nos subúrbios, as classes médias, na antiga zona sul e na zona norte, e as classes altas, na “nova” zona sul. Entretanto, essa espacialidade das classes sociais gerava contradições ao processo de acumulação de capital. A expansão do tecido urbano aumentava as distâncias, e conseqüentemente o tempo dispendido, entre o local de moradia e o de trabalho. Ao lado desse processo, a demanda das indústrias, do comércio e de famílias abastadas por força de trabalho exigia uma localização dessa população em áreas mais próximas. Assim, terrenos públicos ou pouco valorizados pelo capital imobiliário, como as encostas íngremes, sujeitas a deslizamentos, as margens de rios, sujeitas a inundações, e as áreas de

⁶ Esse período também foi caracterizado pela expansão urbana para a Baixada Fluminense, ultrapassando os limites do Distrito Federal. As obras de saneamento realizadas por Nilo Peçanha, quando era simultaneamente Presidente da República e do Estado do Rio de Janeiro, foram fundamentais nesse processo. Entretanto, Nova Iguaçu manteve-se fora desse processo por algum tempo devido a importância que a citricultura de exportação tinha nesse município. A renda da terra proporcionada pela atividade agrícola era superior às possibilidades de lucros relacionados à conversão das áreas em lotes urbanizados. Esse processo durou até a Segunda Guerra Mundial, quando as exportações entraram em crise e os laranjais foram substituídos por loteamentos.

manguezal, foram ocupadas de maneira informal por uma parte da população de baixa renda. A princípio esse processo ocorreu nas áreas centrais, mas posteriormente o processo de favelização seguiu a dispersão das indústrias para os subúrbios e das classes mais abastadas para a zona sul, conferindo um aspecto de menor segregação à paisagem urbana carioca. Apesar do Estado continuar agindo prioritariamente nos espaços de residência das elites, os moradores das favelas também acabavam sendo beneficiados.

Entre 1930 e 1950, a cidade passou por um grande crescimento populacional, saltando de 1.400.000 para 2.500.000 habitantes. Esse crescimento se associou ao recebimento de um intenso fluxo migratório, a princípio, dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, e, depois de 1940, com a abertura da Rio-Bahia, dos estados nordestinos. Esse fluxo migratório se relacionou ao crescimento industrial da cidade, que contribuiu decisivamente para a expansão dos subúrbios, para a melhoria dos transportes e também para a expansão das favelas. Abreu (1997) reforça que, embora não haja dados precisos, estima-se que a maior parte dos migrantes desse período foi residir nos subúrbios mais afastados e na Baixada Fluminense, pouco mais de 10% teriam ocupado as favelas.

Com o processo de industrialização, o Estado criou decretos de zoneamento da cidade excluindo as atividades secundárias de bairros da zona sul e norte, como por exemplo, Gávea, Jardim Botânico e Laranjeiras. Nos anos 50, retirou algumas indústrias que ainda estavam no centro da cidade e abriu um novo eixo para a expansão industrial: a Avenida Brasil.

A indústria ocupou esse novo espaço de forma lenta, enquanto o processo de favelização foi bastante acelerado. Isto também não era novidade na geografia da cidade, pois a localização de indústrias próximas à favelas, em alguns casos, era

fator condicionante devido à presença concentrada e abundante de força de trabalho barata, como foi o caso, por exemplo, da industrialização do bairro do Jacarezinho.

Nas proximidades da Avenida Brasil também foram construídos diversos conjuntos habitacionais financiados pelos antigos Institutos de Previdência. Esses buscavam terrenos amplos e baratos, para essa política habitacional: se não resolvia o problema da moradia, ao menos servia para o discurso populista angariar votos.

Ao final da década de 1940, a urbanização do subúrbio já havia alcançado limites muito parecidos com os atuais. Nas décadas seguintes ocorreu a consolidação dessa urbanização. Esse período (1930-1950) também foi muito importante na expansão da ocupação da zona sul da cidade, completamente diferente, tanto na forma quanto no conteúdo, da realizada nos subúrbios.

Até 1930, a zona sul carioca manteve-se ocupada pelas classes mais abastadas da sociedade. Entretanto, o período entre 1930 e 1950 foi de intensas modificações. O advento do concreto armado baixou sobremaneira o custo da construção habitacional. No bairro de Copacabana diversas casas, que tinham sido construídas há menos de 30 anos, passaram a dar lugar a edifícios de apartamentos⁷. Ao final da década de 1940, esse bairro havia se transformado em um subcentro comercial de destaque, exercendo atividades que antes somente eram encontradas somente no centro da cidade, formando um amplo mercado de trabalho terciário e atraindo uma força de trabalho que ocupou as encostas dos morros originando novas favelas.

Ribeiro (1996) destaca que a difusão dos “arranha-céus” na zona sul marca um novo tipo de habitação do ponto de vista físico e simbólico a partir da qual essa

⁷ Esse processo pode ser interpretado através das ideias de Harvey (1992) sobre “destruição criativa” e “criação destrutiva”. Harvey utiliza os conceitos desenvolvidos por Schumpeter associado ao papel da inovação nos ciclos econômicos, para pensar o processo de reprodução do capital a partir da destruição de formas antigas e criação de novas formas urbanas.

área da cidade deixa de ser vista como espaço de lazer para ser vista como espaço de diferenciação social, portadora de um “novo estilo de vida”, vinculado a uma localização e uma nova forma de habitar.

O crescimento de Copacabana retirou importância do centro, que nesse período também passava por várias transformações, entre elas: a construção pelo Estado Novo do Aeroporto Santos Dumont, em uma área de aterro, e, a principal obra desse período, a abertura da Avenida Presidente Vargas, realizada pela administração Henrique Dodsworth. Com a abertura dessa avenida, continuou o processo de retirada da população proletária do núcleo urbano da cidade.

O aumento dos preços dos terrenos e a venda do estilo de vida moderna, associada à Copacabana, levaram os incorporadores a construir os conjugados. A estratégia era vender muitos apartamentos pequenos, obviamente a preços menores, mas que, na quantidade, garantiria grandes lucros àqueles que buscavam morar em um lugar de *status*, próximo ao local de trabalho e a espaços de consumo coletivo. Esse processo levou a “democratização” de Copacabana que, a princípio, tinha sido ocupada pelas classes abastadas, depois pela classe média e pelas favelas e agora também pela classe média baixa. Este processo teve como consequência a transferência das famílias mais ricas para áreas de acesso restrito, como Leblon e Lagoa.

Com o rápido aumento populacional da Zona Sul, o sistema viário ficou caótico. No entanto, a tradição de abrir grandes avenidas destruindo residências teria um custo muito elevado nessa área da cidade. A solução encontrada foi a realização de um aterro para a construção de uma via expressa acompanhando a Avenida Beira Mar. O material utilizado nesse aterro era proveniente do arrasamento do Morro do Santo Antônio, realizado por Dulcídio Cardoso (1952-1954), que além

de remover a favela ali existente, criou terrenos em plena área central. Constam também das obras empreendidas por esse prefeito a perfuração de vários túneis melhorando a acessibilidade à zona sul: Catumbi/Laranjeiras, Barata Ribeiro/Raul Pompeia e Toneleiro/Pompeu Loureiro.

No governo Carlos Lacerda (1961-1965)⁸, foram feitas diversas obras que objetivavam resolver o “problema viário” da cidade, como por exemplo, a conclusão do Túnel Santa Bárbara e da Via Expressa do Aterro do Flamengo, a construção do Túnel André Rebouças e a abertura da Radial Oeste, que acarretou na remoção da Favela do Esqueleto. Abreu (1997) ressalta que o “problema viário” era um falso problema, e que a solução dele, com as modificações na forma urbana, representava os interesses da elite portadora de automóveis e o processo de acumulação de capital internacional das empresas automobilísticas, que chegaram ao Brasil no período do presidente Juscelino Kubicheck (1956-1960).

No período posterior a Carlos Lacerda, o poder público (administração municipal e governo estadual) continuou a reforçar o padrão de intervenção do Estado criando, renovando e sofisticando a infraestrutura das áreas ocupadas pelas classes mais altas na cidade, bem como a retirada das populações de baixa renda de áreas de interesses do capital. Em decorrência disso, várias favelas foram removidas da zona sul para a construção de habitações de luxo e para a restauração do verde enquanto amenidade do mercado imobiliário.

⁸ Primeiro governador eleito do estado da Guanabara. Estado criado após a transferência do Distrito Federal para Brasília em 1960 e extinto em 1975, com sua fusão ao estado do Rio de Janeiro.

A saturação e o encarecimento dos terrenos na zona sul da cidade levou a expansão da incorporação imobiliária em direção a Barra da Tijuca⁹, contando mais uma vez com a colaboração do Estado, que na década de 1960 construiu a primeira etapa da Auto-Estrada Lagoa Barra. Posteriormente, foi produzido o Plano Lúcio Costa, cujo objetivo era regular a ocupação do solo na Barra (CARDOSO, 2000).

Outro fator importante para compreender a estruturação dessa área da cidade, foi compra das terras de pequenos proprietários por quatro grandes proprietários (a Esta, o Grupo Desenvolvimento, a Carvalho Hosken S.A. e a Pasquale Mauro), gerando um controle oligopolizado das terras, antes mesmo da sua abertura a ocupação (RIBEIRO, 1996). Como observa Cardoso (2000), no final da década de 1970, a Barra estava pronta para ser ocupada.

Sobre esse processo de produção do espaço urbano associado à incorporação, Silva destaca que ele “deriva de um processo social complexo, que não é apenas determinado pela qualidade física, social e econômica de certos espaços, mas por atributos simbólicos criados e associados à sua localização” (SILVA, 1996, p. 43), sendo que tais atributos se alteram tanto no tempo quanto no espaço. Ribeiro (1996) reforça que a expansão imobiliária na década de 1980 está relacionada à mudança no padrão de incorporação, que produziu um novo produto e uma nova localização: a Barra da Tijuca e os condomínios fechados. Nas palavras do autor:

Neste período a Barra é palco de uma estratégia mercadológica que muito se assemelha àquela de criação de Copacabana. Um novo produto é colocado no mercado: o condomínio fechado que pretende reeditar um

⁹ O processo de expansão imobiliária para a Barra da Tijuca pode ser interpretado a partir do conceito de “ajuste espacial” (*spatial fix*) proposto por Harvey (2004a e 2005). De acordo com o autor, com o surgimento de barreiras ao processo de reprodução ampliada do capital e da queda das taxas de lucro, os agentes capitalistas realizam um “ajuste espacial”, que pode ocorrer com uma expansão geográfica do capital com a produção de novos espaços, mais dinâmicos e/ou mais baratos, ou também pode estar associado à produção de novos ordenamentos nos espaços anteriormente ocupados.

modo de vida campestre, associativo, protegido, entre iguais, etc. Trata-se de inventar uma nova diferenciação sócio-espacial que, produzindo uma obsolescência simbólica, fundamente uma nova frente de geração de sobrelucros de localização, resolvendo-se assim as dificuldades de expansão criadas no período anterior. (RIBEIRO, 1996, p. 314)

A expansão para a Barra da Tijuca durante a década de 1980 foi, de acordo com Cardoso (2000), liderada pela produção empresarial, que, baseada nos discursos sobre a violência urbana e o crescimento das favelas, oferecia a classe média uma moradia segregada. Silva (1996) aponta que o padrão residencial proposto pelos incorporadores para a Barra da Tijuca tem origem nas experiências dos *suburbs* americanos e das *garden cities* inglesas. Essas experiências apontam para outra relação espaço-tempo sobre a estrutura da cidade: “sua expressão material consiste em uma cidadela cercada por muros e seguranças, prédios com a mesma idade, presença de serviços e classe social com certo grau de homogeneidade” (SILVA, 1996, p. 53). Na pesquisa de Cardoso (2000), indica-se que a Barra da Tijuca atraiu pessoas de vários lugares da cidade, a maioria com poder aquisitivo muito semelhante.

Lago (2000) lembra que, com o fim do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) na década de 1980, não só a produção popular e estatal foi alterada como também a empresarial, pois o financiamento passou a depender dos recursos dos próprios compradores. A mesma linha de raciocínio é seguida por Cardoso, ao afirmar que “o fim do SFH gerou não apenas redução da oferta global, mas a sua concentração em segmentos de mais alta renda, com maior capacidade de poupança, que passam a se configurar como demanda solvável” (Cardoso, 2000, p. 348). Com isso as grandes empresas de incorporação passaram a atuar preferencialmente na Barra da Tijuca, que se consolidou durante a década de 1980 como fronteira do mercado imobiliário de ponta (LAGO, 2000).

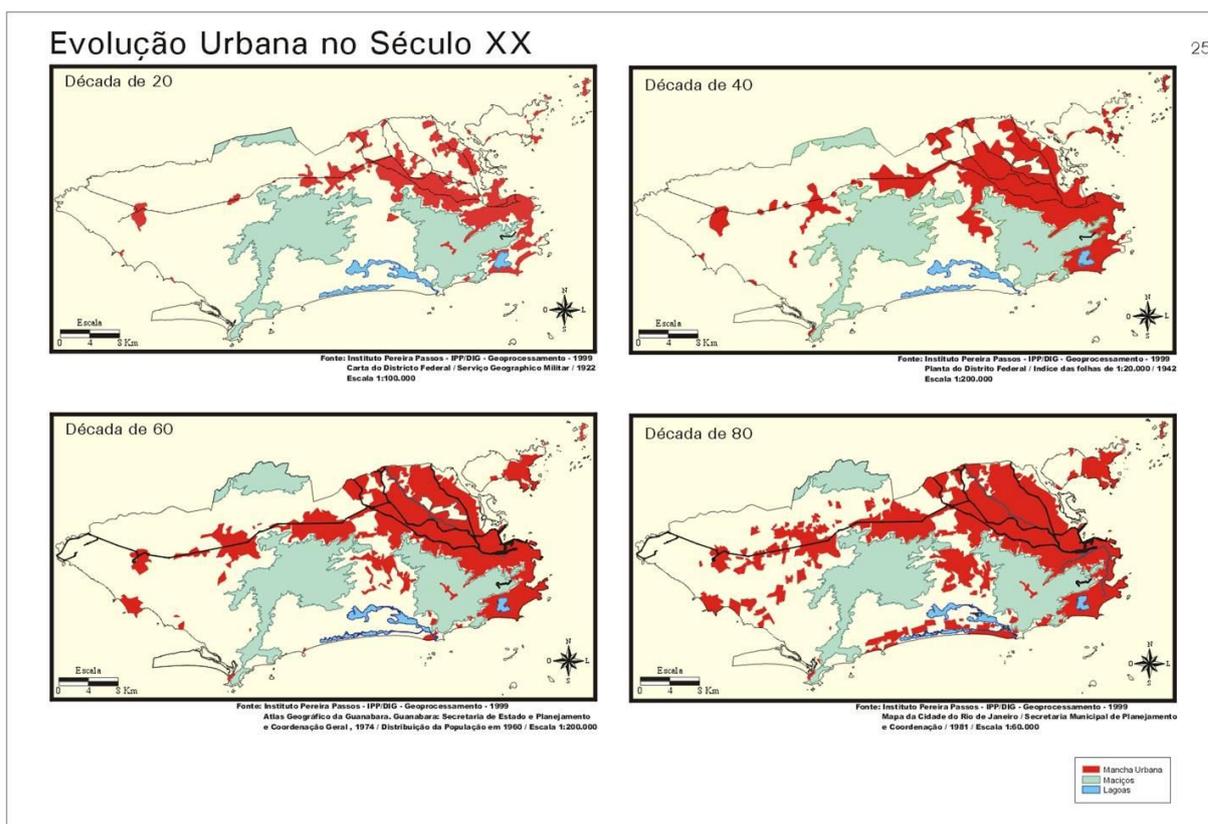
O trabalho de Cardoso (2000) apresenta uma diferenciação da atuação dos incorporadores em termos da escala e da localização dos empreendimentos. Os micro agentes totalizam mais de 40% do total, mas produziram somente 2% das unidades lançadas, enquanto os agentes de porte mega, que somam apenas 2% do total, produziram mais de 30% do mercado. Os micros, os pequenos e também os médios incorporadores atuam em várias áreas da cidade e reforçam as tendências de estruturação da cidade. No entanto, a desconcentração do mercado ocorre através da ação desses agentes menores que atuam preferencialmente nos subúrbios. Se por um lado isso ocorre, por outro, os agentes maiores, em função do montante de recursos disponíveis, planejam estratégias de médio e longo prazo, atuando como agentes indutores da estruturação da cidade. Seu foco de atuação são as áreas da zona sul, da zona norte nas proximidades do centro e da Barra da Tijuca, onde a estrutura fundiária altamente concentrada permite empreendimentos de grandes escalas e o lançamento em etapas, o que garante sobrelucros de localização cada vez maiores.

Ao lado desse processo, enquanto o mercado se elitizava, e a produção empresarial se expandia para algumas áreas da periferia, aumentava sobremaneira a produção informal da habitação pelas classes mais pobres, o que teve como consequência a periferização das favelas. Lago (2000) aponta três fatores para a retomada do crescimento das favelas na década de 1980: a retração do padrão periférico, que havia permitido o acesso da classe trabalhadora à casa própria; o aumento do número de pobres, em uma possível mobilidade social descendente, agravada pela inflação, achatamento salarial, instabilidade no emprego, etc; e a eleição de Leonel Brizola para governador (1983-1986), que legitimou as favelas no espaço urbano, permitindo novas ocupações, bem como a expansão das favelas

anteriores. Com o fim da era dos grandes conjuntos habitacionais, as favelas funcionavam como válvula de escape para o problema habitacional das classes mais empobrecidas (Lago, 2000).¹⁰

O processo de evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro, descrito ao longo desse capítulo, é representado na Figura 1.

Figura 1 – Mapas da evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro ao longo do século XX



Fonte: IPP, 2000.

¹⁰ Preteceille & Valladares (2000) lembram que diversos autores e também a mídia, em geral, veem a favela como um “tipo ideal” constituído como espaço típico de concentração de pobreza urbana. Entretanto destacam a importância de se falar em favelas no plural e não no singular, pois, se houver mudança de escala e de olhar, serão observadas muitas diferenças entre as favelas e mesmo internamente a uma favela. Esses autores argumentam que quase um terço das favelas do Rio de Janeiro possuem equipamentos urbanos que não são diferentes dos bairros “normalmente urbanizados” e que as situações de concentração de pobreza urbana também podem ser encontradas em outros espaços pobres como os loteamentos periféricos, ou seja, há uma grande heterogeneidade dentro dos espaços pobres.

XXX

Certamente diversos aspectos da produção do espaço urbano carioca não foram contemplados neste capítulo, todavia, pretendeu-se demonstrar, com um certo grau de síntese e generalizações, como determinados processos são recorrentes. Entretanto, haja vista o que foi exposto, é importante destacar os seguintes aspectos: (i) o Estado aparece como um agente fundamental na produção do espaço urbano do Rio de Janeiro, muitas vezes criando formas que garantem a reprodução ampliada do capital às custas da remoção de população das classes sociais mais baixas; (ii) o processo de urbanização do Rio de Janeiro é acompanhado da emergência de certos agentes econômicos que têm sua reprodução vinculada a produção capitalista do espaço, os agentes incorporadores, que se relacionam com o solo urbano e com a moradia como valor de troca e que apresentam forte capacidade de subordinar a dinâmica urbana da cidade a seus interesses; (iii) Com efeito, a estrutura urbana do Rio de Janeiro é fortemente marcada por uma histórica segregação socioespacial, na qual as classes populares são excluídas do acesso, via mercado imobiliário, aos espaços mais valorizados e infraestruturados, restando como opção ocupar as favelas ou deslocar-se para as áreas periféricas da cidade.

A partir desse quadro, buscar-se-á agora sistematizar a bibliografia em torno do empreendedorismo urbano, buscando estabelecer as conexões entre essa abordagem e os megaeventos esportivos, para posteriormente, no Capítulo 3, explorar seus efeitos sobre a produção do espaço urbano carioca.

2. A governança urbana empreendedorista e os megaeventos esportivos

Este capítulo está organizado da seguinte forma: de início, é desenvolvida uma análise da nova governança urbana empreendedorista; a seguir, os megaeventos esportivos são apresentados como uma estratégia desse modelo de governança; por fim, é feita uma recuperação da trajetória dos Jogos Olímpicos, a partir da qual procura-se destacar sua transformação em uma grande marca, objeto de interesse de grandes empresas e de disputa de governantes das principais cidades do mundo.

2.1. A governança urbana empreendedorista

Os impulsos globais que atingem a cidade do Rio de Janeiro criam condições excepcionais para a acumulação de capitais na cidade. De acordo com Ribeiro (2006), tendo como base empírica o espaço urbano carioca, essas tendências são expressas nos seguintes processos:

(a) – uso instrumental da administração pública para realização de investimentos que organizem a vida espontânea da cidade em direção à realização do lucro global; (b) – subordinação da vida espontânea a imposições da economia globalizada, alterando hábitos, costumes e formas tradicionais de uso do espaço urbano; (c) – estigmatização dos mais pobres e proibição de sua presença nos espaços preparados para a recepção de impulsos globais, garantindo a acumulação de capital simbólico apenas aos agentes da nova ordem urbana; (d) – sub-remuneração do trabalho das classes populares, quando envolvidas na frente de atividades que realiza a acumulação urbana; (e) – entrega de bens naturais e culturais aos comandos do mercado globalizado.” (RIBEIRO, 2006, p. 48)

A análise estabelecida pela autora sintetiza algumas informações que serão discutidas adiante. Antes disso, torna-se importante estabelecer o contexto em que essas ideias aparecem, especificamente tendo em vista o caso brasileiro.

Desde a década de 1980, o Estado brasileiro vem passando por grandes modificações políticas e institucionais. Dentre elas destacam-se a redemocratização,

a nova Constituição promulgada em 1988 e a implementação de reformas estruturais baseadas nos princípios neoliberais.

A partir da Constituição de 1988, os municípios passaram a ser considerados “entes administrativos”, recebendo diversas responsabilidades que anteriormente cabiam ao Governo Federal. Esse processo de descentralização pode ser associado a uma negação do centralismo político de anos de governo autoritário, porém, ao alterar o sistema de decisões políticas municipais, bem como o escopo da atuação dos agentes vinculados a essa escala da política, é possível alinhar o fortalecimento do poder local às transformações associadas à globalização e à implementação de reformas estruturais, de cunho neoliberal, em curso em diversos países.

Com a crise do modo fordista de produzir, ganhou expressão, na década de 1970, um processo de reestruturação produtiva com a emergência de um padrão de acumulação flexível, baseado nas mudanças de padrão tecnológico, na flexibilização do trabalho, e, também, na constituição de uma Nova Divisão Internacional do Trabalho, com a realocização espacial das plantas produtivas (HARVEY, 1992).

No bojo da crise do fordismo, entra em crise também o modelo do Estado do Bem Estar, que se difundira por mais de trinta anos na Europa Ocidental em decorrência das lutas trabalhistas e também da forte presença dos ideários socialistas enquanto alternativa de sistema político e econômico. Ao final da década de 1970 e início da década de 1980, a eleição dos governos liberais-conservadores de Margaret Thatcher (primeira ministra do Reino Unido entre 1979 e 1990) e Ronald Reagan (presidente dos EUA de 1981 a 1989) trouxe para a agenda política concepções neoliberais de Estado, enunciadas como única solução para a crise que estava em curso. Nesse contexto ficou famosa a frase de Thatcher: “*there is no alternative*”.

A adoção de políticas desregulacionistas por esses governos anglo-saxões, aliadas ao processo de globalização financeira, forçou os governos dos países periféricos a um ajustamento econômico, imposto através do controle do mercado financeiro. Dessa forma, como reforça Fiori (2001), as ideias neoliberais se transformaram em “pensamento único”, ao conquistar a mídia e diversos intelectuais de diferentes países que se submeteram a essas novas regras econômicas. Fiori (2001) afirma que na década de 1990 o neoliberalismo se transformou em “um novo senso comum, quase 'ensurdecidor' [...] sintetizado por algumas palavras de ordem: menos Estado, fim das fronteiras, desregulação dos mercados, equilíbrio fiscal, competitividade global etc.” (FIORI, 2001, p.74-75).

O Estado-nação, por um lado, reduziu seu papel nas atividades econômicas, com a privatização de empresas estatais e das infraestruturas nacionais, e nas políticas sociais. Entretanto, assumiu um novo papel de agente regulador da economia e dos serviços públicos. Por outro lado, ocorreu uma valorização do governo local visto como capaz de dar respostas rápidas aos desafios da globalização. Para Oliveira (1998 apud SANTOS JUNIOR, 2001) o Estado foi reduzido apenas no tocante às suas funções sociais, pois permaneceu responsável pela reprodução do capital. Ainda segundo Oliveira, o Estado não foi reduzido em todas as arenas, apenas naquelas de interesses particulares do capital.

Dessa forma, as reformas institucionais que derivaram na descentralização administrativa, com a municipalização das políticas públicas, possibilitaram o estabelecimento de novas estruturas organizacionais do poder local, principalmente vinculadas às parcerias entre o setor público e o setor privado. O Estado do Bem Estar distributivista, pautado em padrões universalistas, foi substituído pela ideia de

“bom governo”, no qual o qualificativo relaciona-se a sua capacidade de integrar o espaço de forma competitiva aos mercados globais (SANTOS JUNIOR, 2001).

O debate sobre a inserção das cidades no mapa dos fluxos da globalização muda as discussões sobre os problemas urbanos, que, nessa ótica, passam, por exemplo, a não serem mais vinculados ao “crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamentos de consumo coletivo, movimentos sociais urbanos, racionalização do uso do solo” (VAINER, 2000, p. 76). Nesse contexto, Santos Junior (2001) afirma que,

No novo modelo, o eixo de análise se desloca para a produtividade urbana, e a identificação dos obstáculos, para a inserção competitiva das cidades nos circuitos globais. As funções do poder público também se deslocam: as da gestão e do planejamento da cidade, para a garantia de um meio ambiente favorável aos negócios e ao desenvolvimento econômico. (SANTOS JUNIOR, 2001, p. 34-35)

Essa nova forma de governança das cidades vem sendo denominada de “empreendedorismo urbano” (HARVEY, 2005). Porém, antes de tecer maiores comentários sobre essa nova governança, é importante caracterizar o que se entende por governança.

A ideia de governança, tal qual a de governabilidade, emergem no contexto de implementação das políticas neoliberais. A palavra governabilidade, em sua concepção mais simples, quer dizer tornar governável, em contraposição a uma pretensa ingovernabilidade que existiria antes, resultado do excesso de demandas sociais e das resistências às reformas neoliberais. Assim, a palavra já apresenta consigo um diagnóstico conservador da crise, ao mesmo tempo em que traz a sua solução: as reformas estruturais (FIORI, 1995). Nesse mesmo sentido, a palavra governança está, no seu sentido neoliberal original, atrelada à concepção de “bom governo”, ou seja, à capacidade do Estado de ser governo, sem qualquer ênfase na

sua relação com a sociedade, retirando o seu sentido político e reforçando o seu sentido técnico.

Santos Junior (2001) acredita na possibilidade de reconceituação do termo governança, que passaria a ser “entendida como a interação entre governo e sociedade, com análises centradas na questão dos arranjos institucionais que coordenam e regulam a relação entre o governo e os atores sociais dentro de um sistema político” (SANTOS JUNIOR, 2001, p. 60). O sentido de governança se deslocaria da análise do Estado em si, para a relação entre a sociedade civil e o Estado, sugerindo que a capacidade de governar não está vinculada somente às instituições formais, mas também às relações de cooperação e conflitos dos diferentes agentes sociais. Nesse sentido, Harvey (2005) reforça que a ideia de governança urbana é muito mais ampla do que a de governo urbano e que o poder de organização da vida urbana está “numa coalização de forças mais ampla em que o governo e a administração urbana desempenham apenas papel facilitador e coordenador. O poder de organizar o espaço se origina em um conjunto complexo de forças, mobilizado por diversos agentes sociais.” (HARVEY, 2005, p.171).

Dessa forma, a seguir, buscar-se-á compreender os principais conteúdos da governança urbana empreendedorista, tendo por base, principalmente, os argumentos apresentados por Harvey (2005).

Esse autor argumenta que a abordagem empreendedora surgiu nas décadas de 1970 e 1980 no lugar de uma abordagem administrativa característica da década de 1960. Esse corte temporal reforça o papel desempenhado pela ascensão do empreendedorismo urbano na transição geral do capitalismo de um regime de acumulação fordista-keynesiano para um regime de “acumulação flexível”.

A principal característica desse modelo de governança são as “parcerias público-privadas”, a partir das quais os empresários integram-se a busca de fontes externas de financiamento e investimentos, justificadas como respostas à crise fiscal. Por conta dessas parcerias, os projetos de desenvolvimento urbano passam a ser especulativos, ou seja, sujeitos a riscos. As análises empíricas mostram que os riscos são assumidos pelo setor público enquanto que o setor privado costuma ficar com os benefícios. Outra característica, consequência das anteriores, é que os projetos passam a ter um caráter pontual, cujo foco incide sobre as partes do território associadas aos interesses privados, e especulativos, normalmente vinculados a empreendimentos imobiliários e a espaços de consumo. Assim, o planejamento e a gestão do território passam de um paradigma racional, totalizante, para um especulativo, pontual.

Nesse contexto, como aponta Ferreira (2011), impressionam as expressões que são apresentadas como fórmulas mágicas: “‘é necessário criar um clima de sinergia’; ‘espírito empreendedor’; ‘o empresariado como parceiro’, ‘revitalização’, ‘renovação urbana’ e como não poderia faltar, ‘a criação de uma cidade sustentável’.” (FERREIRA, 2011, p. 139).

Vainer (2000) aponta que essa linha de argumentação passa a ser encarada como “único meio eficaz para fazer frente às novas condições impostas pela globalização às cidades e aos poderes locais” (VAINER, 2000, p.78). O “pensamento único” neoliberal também se impõe na gestão e no planejamento da cidade, estabelecendo um novo paradigma: a governança empreendedorista urbana.

A gestão das cidades passa, cada vez mais, a se parecer com a gestão das empresas, incorporando os princípios de agilidade e flexibilidade para adaptar-se ao mundo dos negócios. Segundo Vainer (2000, p.76), esse modelo, “inspirado em

conceito e técnicas oriundos do planejamento empresarial, originalmente sistematizados na *Havard Business School*, deveria ser adotado pelas cidades pelo fato das mesmas estarem submetidas aos mesmos desafios das empresas.

Nessa argumentação, a cidade, agora cidade-empresa, é transformada em sujeito do processo, o que levou Borja & Castells, dois intelectuais internacionais de grande prestígio, a afirmarem que “as cidades são as multinacionais do século XXI” (1997 apud VAINER, 2000). É essa argumentação que permite a transposição das ideias de competitividade e produtividade, a partir da qual a cidade é subordinada ao mercado, para a governança das cidades. Para Vainer, “[...] ver a cidade como empresa significa, essencialmente, concebê-la e instaurá-la como agente econômico que atua no contexto de um mercado e que encontra neste mercado a regra e o modelo do planejamento e execução de suas ações.” (VAINER, 2000, p. 86).

A visão reificada de cidade, que a considera como agente ativo do desenvolvimento político e econômico, se sobrepõe à visão de cidade como espaço de lutas entre diferentes agentes pela apropriação material e simbólica do espaço urbano. Ao pensar a cidade como um agente, naturalizam-se interesses de determinados agentes hegemônicos, que passam a ser vistos como interesses da cidade. Por exemplo, os investimentos pontuais que o poder público realiza no espaço urbano favorecendo a ação dos incorporadores são vistos como interesses da cidade. (HARVEY, 2005; SANTOS JUNIOR & SANTOS, 2011). A cidade como agente, tornada cidade-empresa, desliza para cidade-empresários. (VAINER, 2000).

A representação da cidade-sujeito coexiste com a representação cidade-objeto. A cidade-empresa coloca à venda a cidade-mercadoria. Nessa concepção, segundo Arantes (2000), a cidade não deve ser gerida “*like a business*”, mas “*for business*”. Mas quem são os compradores da cidade? O que eles buscam? O que a

cidade oferece a seus compradores? A venda da cidade é estabelecida a partir de grandes estratégias de *marketing urbano*, acompanhada de uma política de *image-making*, para a sua inserção no mercado global. Nesse sentido, a dimensão simbólica das cidades associadas à cultura, aparece como capaz de oferecer distinção às cidades na atração por investimentos (ARANTES, 2000).

Tendo o espaço urbano carioca como exemplo desse processo, Ribeiro (2006) apresenta o processo de construção de imagens-sínteses do Rio de Janeiro, quais sejam: capital cultural, cidade aberta e cosmopolita. De acordo com a autora:

A cidade do Rio de Janeiro, por ter abrigado a corte portuguesa e ter sido a capital política do país durante um largo período histórico, possui estas características, reunidas numa localização geográfica extraordinária. A cidade apresenta, portanto, elevada densidade simbólica, amplificada pelo abrigo de funções culturais relevantes e pela difusão de imagens-sínteses que permitiram o reconhecimento de sua raridade (RIBEIRO, 2006, 40).

Este conteúdo simbólico vem sendo apropriado por agentes econômicos que acumulam lucro, prestígio e poder com a permanente construção, destruição e venda de imagens da cidade (RIBEIRO, 2006). A manipulação das linguagens simbólicas, associadas a essa estetização do poder, reflete nas escolhas sobre quem, ou o que, pode estar visível na paisagem (ARANTES, 2000). Nessa concepção, a cidade é vista, obviamente, como valor de troca, sobrepondo-se aos interesses daqueles que a veem cotidianamente como valor de uso.

A cidade enquanto valor de troca, cidade-mercadoria, é qualificada a partir de demandas de localizações associadas ao mercado externo, ou seja, ao capital transnacional. Este estaria interessado em atributos específicos das cidades: espaços de convenções, parques industriais, centros históricos, áreas portuárias, parques temáticos de lazer, condomínios fechados, megaeventos, etc. Dessa forma, Vainer (2000) reforça que todas as cidades devem vender a mesma coisa, pois os possíveis compradores possuem as mesmas necessidades.

Ferreira (2011) argumenta que esse processo tem levado a certa banalização do espaço, pois a produção do espaço urbano, derivada da competição interurbana pela atração de fluxos globais, estaria realizando-se baseada na cópia de “modelos de sucesso internacional”, tais como os citados no parágrafo anterior. Assim, cidades localizadas em diferentes partes do planeta passam a ter muitas características semelhantes.

Percebe-se que os compradores da cidade-mercadoria são os capitalistas internacionais e os visitantes solváveis. A cidade transformada em coisa, não é uma mercadoria qualquer, mas, sim, uma mercadoria de luxo (VAINER, 2000). Segundo Vainer (2000), a cidade como sujeito e objeto de negócios nega radicalmente o espaço político, de conflitos e disputas ideológicas entre os agentes. Como a cidade passa a ser encarada como um agente, empresa multinacional, os interesses estabelecidos como sendo da cidade, são naturalizados. A cidade competitiva precisa da união de todos os seus habitantes para sair da crise e para oferecer paz e estabilidade ao capital internacional e aos visitantes estrangeiros. Daí emerge a cidade-pátria, onde impera o consenso e onde são reforçadas as identidades territoriais.

Entretanto, as especificidades da urbanização brasileira apontam que a inserção da acumulação urbana nos circuitos financeiros globalizados ocorre mantendo parcialmente o padrão de modernização-conservadora característico da história urbana brasileira. Resultando, portanto, em uma governança empreendedorista com traços muito particulares, pois, ao mesmo tempo em que transforma a cidade em mercadoria, mantém práticas patrimonialistas de acumulação urbana e de representação política baseada no clientelismo. (RIBEIRO & SANTOS JUNIOR, 2011).

Para Ribeiro e Santos Junior (2011), a permanente crise do capitalismo financeirizado e o ciclo de prosperidade e estabilidade que o Brasil vem atravessando, aliado à existência de ativos urbanos passíveis de espoliação, ou seja, comprados a preços baixos e vendidos no mercado mundial, têm inserido as cidades brasileiras nos circuitos internacionais de acumulação.

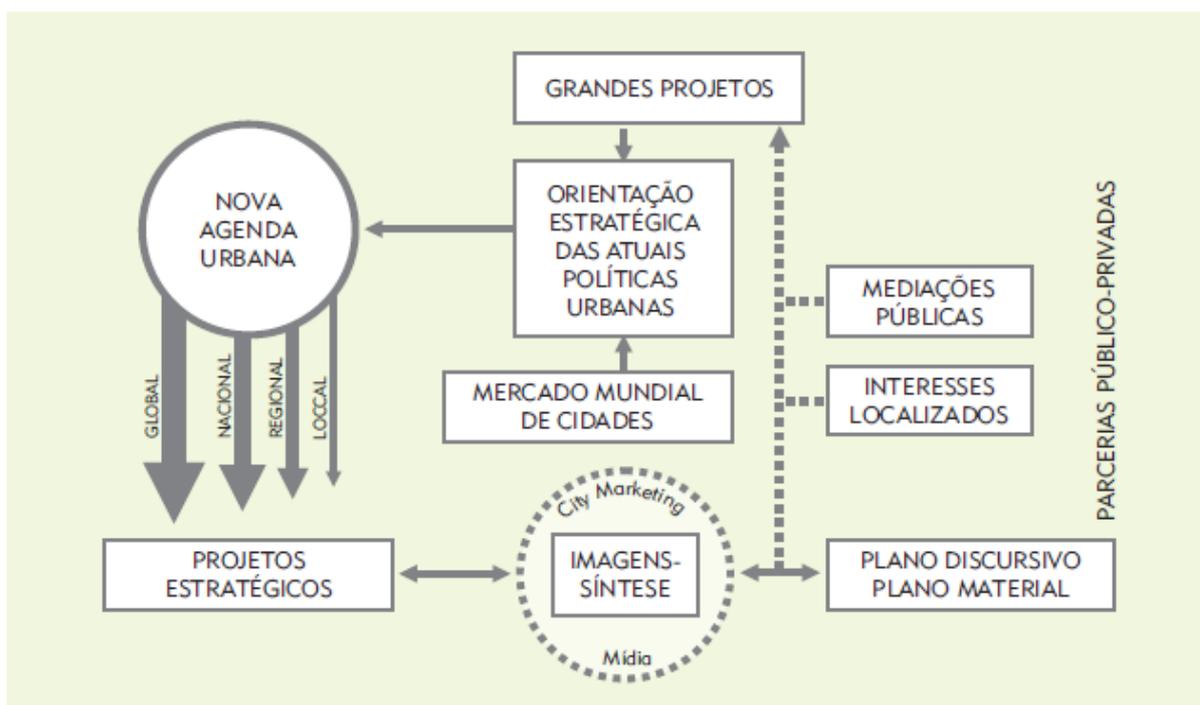
Assim, as disputas e as relações de dominação e poder entre os agentes sociais urbanos na cidade do Rio de Janeiro vêm configurando uma nova coalizão de forças locais, em aliança com antigas coalizões dominantes (caracterizadas pelo localismo, paroquialismo e clientelismo), envolvendo inclusive, ainda que de forma minoritária, os segmentos populares e progressistas, em torno da governança empreendedorista. Essa nova coalizão de forças seria sustentada por frações do capital imobiliário em aliança com frações do capital financeiro e estaria vinculada a algumas formas específicas de intervenção na cidade, com destaque para a reestruturação das áreas centrais e a realização de megaeventos. (SANTOS JUNIOR & SANTOS, 2011)

Tendo em vista os argumentos e as considerações apresentadas acima, buscar-se-á compreender o papel dos megaeventos esportivos como uma das estratégias da governança urbana empreendedorista. Será destacado, na última parte do capítulo, como os Jogos Olímpicos se transformaram em um evento de dimensão global com um conteúdo simbólico que passa a ser disputado por grandes empresas e grandes cidades.

2.2. Os megaeventos esportivos como estratégia empreendedorista

Buscando fazer uma síntese dos principais elementos relacionados à governança urbana empreendedorista analisados na seção anterior, apresenta-se a Figura 2, elaborada por Sánchez et al. (2004). No esquema apresentado, ressalta-se a importância conferida aos grandes projetos de desenvolvimento urbano, entre os quais estão os megaeventos esportivos.

Figura 2 – Organograma dos principais elementos da governança urbana empreendedorista



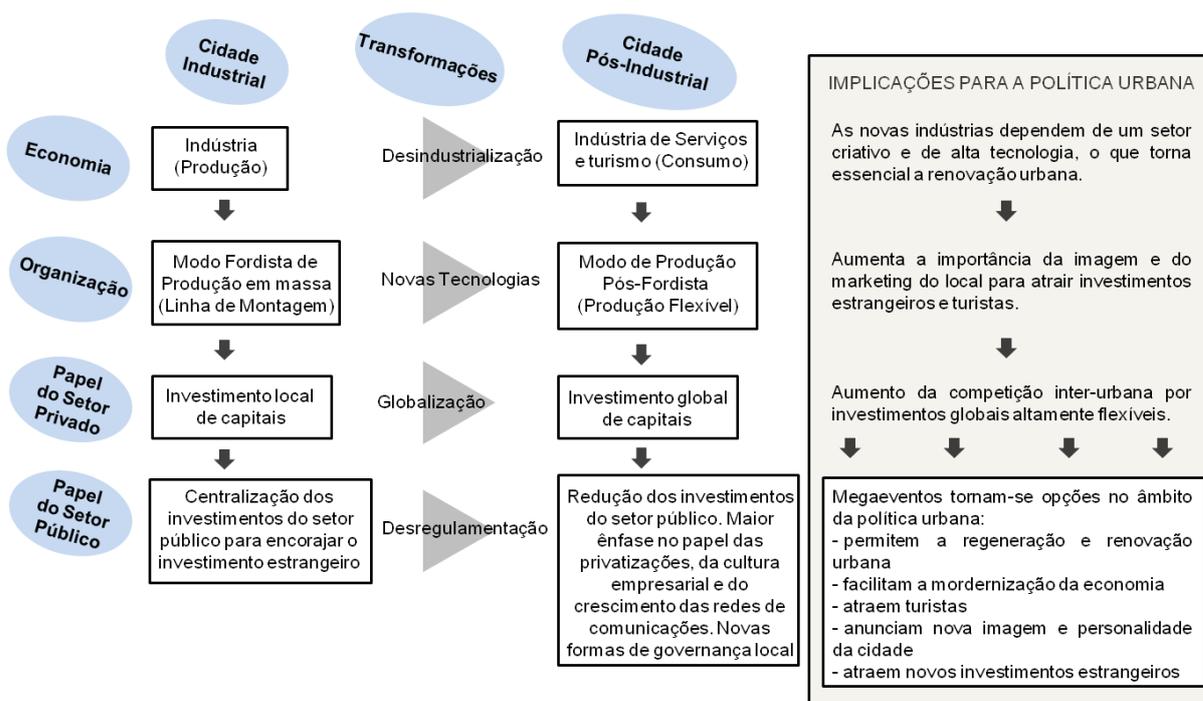
Fonte: Sánchez et al. (2004).

Sánchez et al. (2004) reforçam a importância dos Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano (GPDUs) como uma das principais estratégias adotadas pelas cidades (tornadas sujeitos) em busca de crescimento econômico e de competitividade. Muitas são as expectativas e os exemplos de GPDUs orientados para a “revitalização urbana” e para a atração tanto de turistas quanto de

investimentos estrangeiros em resposta à crise fiscal e às desigualdades socioespaciais. A expectativa é que as intervenções pontuais realizadas no espaço urbano possam trazer efeitos positivos à cidade.

Entre as intervenções urbanas de grande porte, têm se destacado, pela recorrência, como modelo de sucesso e de banalização do espaço, as intervenções em áreas portuárias (frentes marítimas ou ribeirinhas), os projetos de renovação das áreas centrais e os projetos de reestruturação urbana baseados na atração de eventos internacionais de grande porte, principalmente os esportivos, foco do presente trabalho. A partir do trabalho de Essex & Chalkley (2004), apresenta-se a Figura 3, que reforça os argumentos apresentados ao longo do capítulo e indica o papel assumido pelos megaeventos na política urbana nas cidades contemporâneas, denominadas pelos autores de pós-industriais.

Figura 3 – Organograma da emergência dos megaeventos como ferramenta de políticas públicas urbanas nas cidades pós-industriais



FONTE: Essex & Chalkley (2004). Traduzido e adaptado pelo autor.

Roche (2001 apud ALMEIDA et al., 2009) define megaeventos (comerciais e esportivos), a partir da escala cultural, da carga dramática, do apelo popular e da significância internacional, destacando também o alcance de mídia e de mercado desses eventos.

Os Jogos Olímpicos, além de grande apelo de mídia e de mercado internacional, se caracterizam como o evento esportivo que possui maior poder de transformação da paisagem das cidades, alterando as formas, as funções e a dinâmica territorial. Mascarenhas (2004) reforça que as instalações esportivas além de apresentarem um aspecto durável, decorrente do alto investimento em capital fixo, e ampla visibilidade, muitas vezes passam a se constituir em importantes centralidades física e simbólica no interior do espaço urbano.

Os Jogos Olímpicos se apresentam no imaginário coletivo como metáfora das desigualdades do cenário internacional e vitrine das potências econômicas, políticas e tecnológicas, o que é evidenciado tanto pelo desempenho olímpico, expresso no quadro de medalhas, quanto pela realização dos Jogos. De 26 edições dos Jogos Olímpicos, 14 foram realizadas na Europa Ocidental, enquanto os Estados Unidos foram o país onde o evento aconteceu mais vezes, em um total de quatro edições.

Nenhuma edição foi realizada no continente africano e no sul-americano. Isso deixará de ser verdade, em breve, com a realização dos Jogos Olímpicos de 2016, na cidade do Rio de Janeiro. Esse fato, vale observar, está relacionado ao papel político e econômico que o Brasil vem desempenhando no cenário internacional.

Essa observação também é válida para a realização dos Jogos de Seul, em 1988, em função do crescimento econômico e tecnológico da Coreia do Sul na década de 1980, e para os Jogos de Pequim, realizados, em 2008, na China país que possui o maior crescimento econômico do mundo desde o final do século XX.

A partir do que foi considerado acima, pode-se afirmar que existe uma lógica espacial da realização dos Jogos Olímpicos, visualizada na Figura 4.

Figura 4 – Mapa do número de Jogos Olímpicos realizados em cada país (1896-2016)



Fonte: La documentation française, 2010.

Os Jogos Olímpicos da Era Moderna foram realizados pela primeira vez no ano de 1896, sob a idealização de Pierre de Coubertin. As Olimpíadas modernas estão divididas em Jogos de Verão e Jogos de Inverno, a periodicidade é de quatro em quatro anos, como na antiguidade, alternando a cada dois anos entre os Jogos de Verão e de Inverno.

A recriação do movimento olímpico nesse período relaciona-se a expansão de organizações que tinham por objetivo a promoção da paz. Dessa forma, Pierre de Coubertin desejava criar, a partir do esporte, uma forma racionalizada dos conflitos entre os países e promover a confraternização entre as nações em oposição às guerras (RUBIO, 2010). Cabe lembrar que para os gregos, as olimpíadas representavam um momento de trégua nos conflitos para que os competidores e os espectadores pudessem chegar com segurança até Olímpia.

Ao analisar a história de mais de um século de existência do movimento olímpico, tornar-se nítida a relação dos Jogos com as mudanças políticas e sociais mundiais que ocorreram, como, por exemplo, a ascensão do nazismo, a 2ª Guerra Mundial (1939-1945) e a Guerra Fria (1945-1991), apesar de o movimento se declarar como apolítico.

Devido ao foco da pesquisa, cabe também ressaltar as transformações urbanas associadas aos Jogos Olímpicos, especialmente aos Jogos Olímpicos de Verão, pois, como lembra Mascarenhas (2011), a realização de tal evento demanda: dotar as cidades de instalações, dentro de padrões internacionais, para que possam abrigar a prática de diversas modalidades esportivas; criar condições de alojamento para os atletas, técnicos, imprensa e membros do comitê olímpicos; bem expandir e/ou aperfeiçoar a infraestrutura urbana. Sem dúvida alguma, a realização de um evento de tal porte se consagra como um momento chave das transformações da paisagem de uma cidade.

No entanto nem sempre o evento se configurou de forma tão expressiva. As primeiras realizações dos Jogos Olímpicos (1896-1904) deixaram poucas marcas na paisagem das cidades-sede. Os Jogos não tinham apoio dos governos nacionais e o número de participantes era reduzido, basicamente descendentes da aristocracia europeia e norte-americana que possuíam dinheiro suficiente para se dedicar ao esporte, pois o amadorismo era condição para participação. Devido à falta de apoio, uma das formas encontradas pelos organizadores foi realizar os Jogos juntamente com as Exposições Internacionais. Dessa forma, as três primeiras edições dos Jogos foram marcadas por um verdadeiro desprezo ao movimento olímpico (RÚBIO, 2010).

Ao analisar a história dos Jogos Olímpicos, percebe-se que o evento foi aumentando gradativamente a sua escala de abrangência, o seu nível de organização e a sua capacidade de realizar impactos na infraestrutura urbana, conforme apresentado na Tabela 1, traduzida e adaptada do texto de Essex & Chalkley (2003).

Tabela 1 – Periodização dos Jogos Olímpicos associada às mudanças de impactos na infraestrutura das cidades-sede (1896-2008)

Periodização	Mudanças de impactos na infraestrutura das cidades-sede
Fase 1: 1896-1904	<ul style="list-style-type: none"> ● Pequena escala ● baixo nível de organização ● sem necessariamente acarretar algum novo desenvolvimento
Fase 2: 1908-1932	<ul style="list-style-type: none"> ● pequena escala ● maior nível de organização ● envolvendo a construção de instalações esportivas específicas
Fase 3: 1936-1956	<ul style="list-style-type: none"> ● grande escala ● alto nível de organização ● envolvendo a construção de instalações esportivas específicas com algum impacto na infraestrutura urbana
Fase 4: 1960-2008	<ul style="list-style-type: none"> ● grande escala ● alto nível de organização ● envolvendo a construção de instalações esportivas específicas com significativo impacto na infraestrutura urbana

Fonte: Essex & Chalkley (2003). Traduzido e adaptado pelo autor.

A partir dos Jogos Olímpicos de 1908, em Londres (Reino Unido), os organizadores começaram a trabalhar com mais antecedência para arrecadar verbas para a construção de instalações esportivas e para a divulgação do evento, que também passou a contar com um público maior.

A partir dos Jogos de Los Angeles (EUA), em 1932, pode-se falar em “urbanismo olímpico”. No contexto pós-crise de 1929, os Jogos renderam lucros de mais de US\$ 1 milhão de dólares aos seus organizadores, que levaram o padrão da produção cinematográfica de Hollywood, já reconhecido à época, para a produção

dos Jogos (RÚBIO, 2010). Nessa edição também foi edificada a primeira vila olímpica com característica de habitação permanente e não mais de dormitórios, uma importante característica distintiva dos eventos anteriores (MASCARENHAS, 2011).

Mascarenhas (2011) relata que nos Jogos de Paris (França), em 1924, diversos atletas se alojaram em barracas nas imediações do estádio olímpico, não por um problema logístico da cidade, mas pela fundamentação ecumênica idealizada pelo Barão de Coubertin e reforçada no contexto do pós-guerra, que pregava que os atletas de diferentes países deveriam se reunir pacificamente.

Outro momento importante da história dos Jogos foi em Berlim (Alemanha), em 1936. Adolf Hitler fez grandes investimentos na organização do evento e na preparação dos atletas. Seu objetivo era fazer uma propaganda do governo nazista através do esporte. Os Jogos, mais uma vez, mostraram-se rentáveis, além de terem colaborado para o fortalecimento da imagem de Hitler tanto na Alemanha quanto no exterior.

A periodicidade dos Jogos foi interrompida pela deflagração da 2ª Guerra Mundial, que acabou acarretando o cancelamento das edições de 1940 e 1944. Na edição de Londres, em 1948, por conta das dificuldades financeiras decorrentes da reconstrução do país no pós-guerra, foram utilizadas instalações militares e escolares para a realização dos Jogos. Por outro lado, as edições seguintes, de Helsink (Finlândia), em 1952, e Melbourne (Austrália), em 1956, incorporaram demandas sociais de infraestrutura, transporte e, inclusive, grandes projetos habitacionais (MASCARENHAS, 2011).

Após a 2ª Guerra Mundial, iniciou-se um período da Guerra Fria, no qual Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS) travaram um conflito ideológico

pela consagração da hegemonia do sistema político vigente nesses países, respectivamente o capitalismo e o socialismo. Esse conflito se expressou de várias formas, entre elas na corrida espacial e nas Olimpíadas. Os governos de ambos os países viram nos Jogos uma forma de propagandear os seus sistemas. Assim, o sucesso dos atletas e a competição por medalhas, metaforizavam uma disputa entre duas concepções de mundo absolutamente distintas, levando a significativos investimentos na preparação dos atletas e também na organização dos Jogos, tal como Hitler havia idealizado na edição de 1936.

No contexto de crescimento da organização, dos investimentos e, portanto, da visibilidade dos Jogos, a edição de Roma (Itália), em 1960, apresentou duas grandes novidades: a construção de uma vila olímpica com instalações modernas e o início das transmissões por rádio e televisão. O início das transmissões televisivas se tornou um importante marco na história dos Jogos Olímpicos, pois passou a lhes conferir a condição de megaevento global.

Na edição de 1964, o governo japonês desejava mostrar ao mundo que havia superado a derrota na 2ª Guerra Mundial. Em Tóquio, os Jogos foram repletos de inovações tecnológicas. Eles acabaram servindo, também, para reconquistar uma área que estava sendo usada como base militar pelos EUA, com o pretexto da necessidade de instalar, naquele local, a vila olímpica. (MASCARENHAS, 2011; RÚBIO, 2010)

Em 1968, pela primeira vez os Jogos foram realizados em uma cidade de um país periférico, a Cidade do México (México). Se, por um lado, houve uma série de questionamentos provenientes de países ricos sobre os Jogos serem realizados em um país pobre, por outro, deles emergiram apoio e o discurso sobre a importância

da difusão do movimento olímpico e dos seus ideais originais de promover a união entre nações (RÚBIO, 2010).

Entretanto, os contrastes entre a quantidade de recursos financeiros investidos e as condições de pobreza do país sede, geraram manifestações populares contra os gastos excessivos e a corrupção. O governo respondeu brutalmente as manifestações. Raeder (2011) relata que dez dias antes da abertura dos Jogos ocorreu um massacre de manifestantes na Plaza las Tres, em Tlatelolco, na Cidade do México. Algumas fontes apontam para mais de mil mortos, apesar das fontes governamentais relatarem quatro mortos e vinte feridos. Melo & Gaffney destacam que,

se a edição de 1960 se notabilizou pelo início da difusão e comercialização global dos Jogos Olímpicos, as Olimpíadas de 1968 se constituíram como a primeira exposição, na mesma escala, dos conflitos intrínsecos a esse fenômeno”, sobretudo no que concerne à violência praticada contra as camadas da população mais desfavorecidas, dentro do contexto da construção de bases para os projetos e negócios envolvidos com o evento. (MELO & GAFFNEY, 2010, p.5)

Cabe destacar também a decisão do Comitê Olímpico Internacional (COI) por realizar os Jogos mesmo após o massacre, colaborando para a construção da ideia de que, para essa instituição, os interesses comerciais vinculados à escala global do evento, tornado espetáculo, se sobrepõe a violação dos direitos humanos.

Rúbio (2010), ao estudar os principais aspectos dos Jogos Olímpicos no século XX, denomina o período entre 1948 e 1984 como a “fase dos conflitos”. A autora apresenta diversos exemplos de conflitos que tiveram como palco as edições dos Jogos Olímpicos: desde a já citada disputa ideológica entre EUA e URSS, que culminou com o boicote dos países capitalistas às Olimpíadas de Moscou (URSS), em 1980, resultando na desistência de 61 delegações das 142 inscritas, com a respectiva resposta dada pelos soviéticos e pelos países socialistas nas Olimpíadas de Los Angeles, em 1984; passando pelas manifestações antirracismo realizadas

nos Jogos da Cidade do México, quando dois atletas negros estadunidenses, Tommie Smith e John Carlos, acabaram banidos das competições esportivas ao fazerem o gesto dos Panteras Negras, símbolo da luta contra o racismo nos EUA, após o recebimento de suas medalhas. Na ocasião o COI alegou que o evento não era lugar para a política, porém, não forneceu o mesmo tratamento à ginasta tcheca, Vera Caslavská, que se recusou a cumprimentar, no momento de recebimento de medalhas, as suas adversárias soviéticas, em protesto à invasão de Praga. (RÚBIO, 2010)

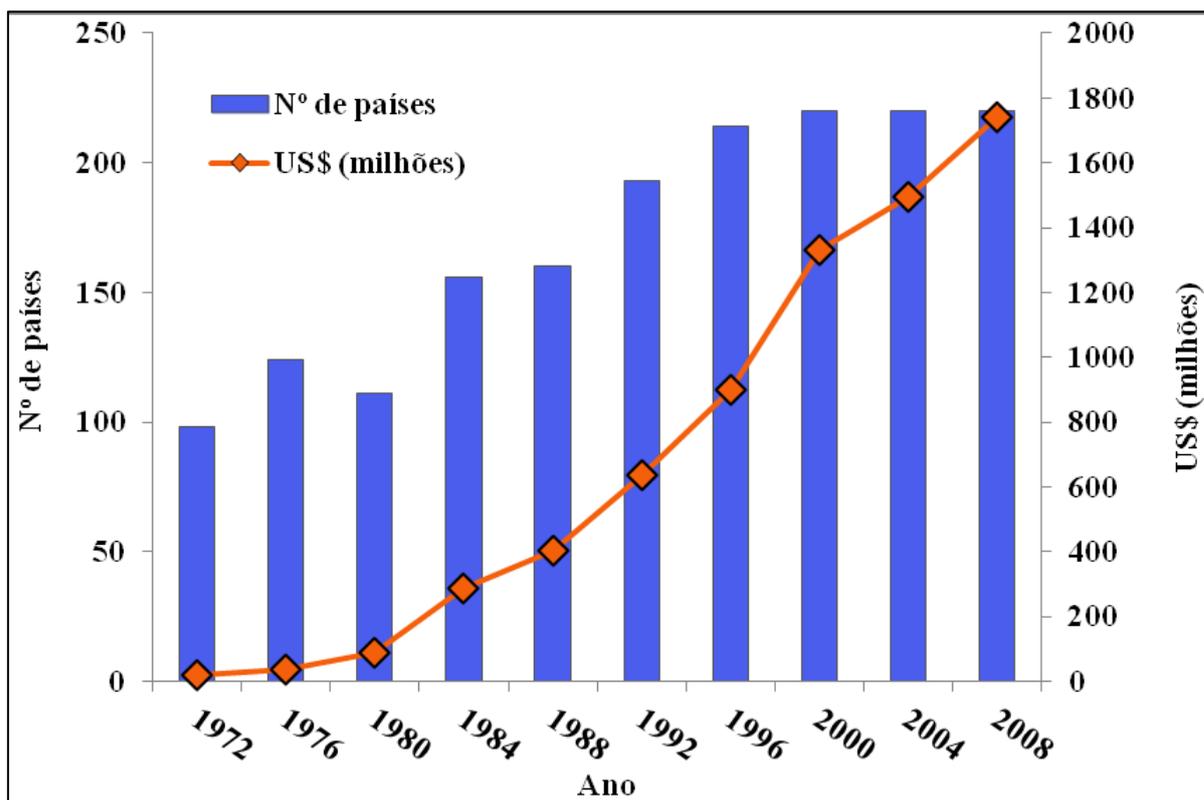
Nesse contexto, é importante lembrar também a ação do grupo terrorista palestino Setembro Negro que sequestrou atletas israelenses nos Jogos Olímpicos de Munique (Alemanha), em 1972. A ação do grupo que exigia a libertação de 250 presos palestinos, terminou com a morte de 11 atletas israelenses, 5 terroristas, 1 policial e 1 piloto, gerando uma comoção internacional. O COI, mesmo assim, decidiu sustentar o evento, após guardar 1 dia de luto em homenagem às vítimas. (RÚBIO, 2010)

Os fatos relatados demonstram a dimensão de megaevento global que os Jogos Olímpicos foram adquirindo na segunda metade do século XX. A escolha do evento para a realização de manifestações políticas associa-se à capacidade de visibilidade que o evento poderia conferir às disputas entre EUA e URSS, às ações terroristas ou de movimentos antirracismo, conforme os exemplos citados.

A dimensão global do megaevento também é ressaltada pelo número cada vez maior de países participantes, bem como pela expressiva ascensão dos valores pagos pelos direitos de transmissão dos Jogos, conforme demonstrado no Figura 5¹¹.

¹¹ Apesar das transmissões terem iniciado em 1960, o gráfico apresenta dados somente a partir de 1972 devido à ausência de informações relacionadas à edição dos Jogos do México, de 1968. Para complementar as informações do gráfico e destacar o crescimento gigantesco dos valores pagos pelos direitos de transmissão dos Jogos, vale a informação de que os mesmos custaram US\$ 1,2 milhões na edição de Roma (1960).

Figura 5 – Gráfico do número de países que receberam cobertura televisiva dos Jogos Olímpicos e do valor das receitas dos direitos de transmissão no período de 1972 a 2008



Fonte dos dados: International Olympic Committee, 2012. Organizado pelo autor.

Na década de 1980 houve um expressivo aumento dos valores pagos pelo direito de transmissão, passando de US\$ 88 milhões em 1980 para US\$ 286,9 milhões, em 1984, até atingir a cifra de US\$ 1,74 bilhões, em 2008 (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2012).

Esse crescimento astronômico está associado à estratégia de mercantilização dos Jogos adotada pela gestão de Juan Antonio Samaranch na presidência do COI. O mandato de Samaranch se estendeu de 1980 até 2001, somente o Barão de Coubertin (1896-1925), idealizador dos Jogos, teve mandato mais longo.

Sua primeira iniciativa na direção da mercantilização das Olimpíadas foi a realização do Tratado de Nairóbi, em 1981, tendo em vista o estabelecimento do direito de propriedade sobre os símbolos olímpicos (cinco anéis, bandeira, lema,

hino, designações, emblemas, chama, tocha, identificações como “Jogos Olímpicos”, entre outros). Esse tratado marcou o reconhecimento do potencial econômico das propriedades olímpicas, garantindo o controle do seu uso ao COI (ALMEIDA et al., 2011).

Em 1985, foi criado o programa *The Olympic Partners* (Os Parceiros Olímpicos), conhecido pela sigla TOP. A ideia do programa era negociar de uma só vez, para um conjunto de patrocinadores, os direitos à exclusividade de patrocínio dos Jogos de Verão e de Inverno, bem como de *marketing* sobre os símbolos olímpicos, por um período de quatro anos. A Tabela 2 apresenta o progressivo aumento da receita vinculada ao programa.

Tabela 2 - Evolução do programa Os Parceiros Olímpicos (1985-2012)

Quadrênio	Jogos	Parceiros	Número de CONs* participantes	Receita (milhões US\$)
1985 – 1988	Calgary/Seul	9	159	96
1989 – 1992	Albertville/Barcelona	12	169	172
1993 – 1996	Lillehammer/Atlanta	10	197	279
1997 – 2000	Nagano/Sidney	11	199	579
2001 – 2004	Salt Lake/Atenas	11	202	663
2005 – 2008	Torino/Pequim	12	205	866
2009 - 2012	Vancouver/Londres	11	205	957

*Comitês Olímpicos Nacionais

Fonte: International Olympic Committee, 2012. Traduzido pelo autor

As onze empresas que atualmente participam do programa “Os Parceiros Olímpicos” (TOP) são: Coca-Cola, Acer, Atos, Dow, GE, McDonald's, Ômega, Panasonic, Procter & Gamble, Samsung e Visa. Dentre os patrocinadores mencionados, destaque deve ser dado à Coca-Cola, que participou de todas as sete edições do programa TOP e é patrocinadora das Olimpíadas desde os Jogos de Amsterdam (Países Baixos), em 1928, por mais que possa ser questionável a relação entre uma empresa de refrigerantes e a prática esportiva e os ideais de vida

saudável a ela associados. O mesmo questionamento também pode ser levantado para o patrocínio da cadeia de *fast food* McDonald's. A partir desses dados, pode-se inferir que, mais que valores e ética associados ao esporte olímpico, o imperativo passa a ser sua transformação em mercadoria.

O COI ao transformar os Jogos Olímpicos em propriedade simultaneamente também os transformou em produto para as empresas que querem associar suas marcas aos signos e atributos olímpicos, tais como a vitória, a competitividade, o prazer, a força, a superação, entre outros. Desde os Jogos de Roma, em 1960, com o início das transmissões televisivas, que diversas empresas buscaram associar suas marcas aos atletas campeões olímpicos.

Dessa forma, a década de 1980 ficou marcada pelo fim do amadorismo, idealizado pelo Barão de Coubertin, como condição para a participação nos Jogos Olímpicos, e pelo início de uma “fase profissional”, na qual o esporte se transformou em meio de vida para os atletas e os campeões foram transformados em mercadorias a serem vendidas em todo o planeta. Rúbio afirma que “o atleta profissional não é apenas aquele que tem ganhos financeiros pelo seu trabalho. Ele é também a representação vitoriosa de marcas e produtos que querem estar vinculados à vitória, à conquista de resultados.” (RÚBIO, 2010, p.66)

Nesse sentido, os Jogos Olímpicos de Los Angeles (1984) foram o marco histórico do início dessa “fase profissional” do esporte olímpico, que se estende até os dias atuais, e também do fortalecimento da relação, cada vez mais indissociável, entre os interesses empresariais e a preparação e a realização desse evento.

Se na edição de Montreal (Canadá), em 1976, o governo local teve um prejuízo de aproximadamente US\$ 1,7 bilhão, que foram revertidos em impostos à população quebecoise que só terminaram de ser pagos no ano 2000 (Rúbio, 2010),

na edição de Los Angeles, em 1984, com um Comitê Organizador Local composto basicamente por empresários, e a quase nula participação do governo estadunidense, o resultado final foi um evento altamente lucrativo que ficou conhecido com os “jogos capitalistas” (MASCARENHAS, 2011).¹²

Cabe ressaltar que os Jogos de Moscou (URSS), em 1980, haviam sido realizados sob o regime socialista, portanto, sob outro parâmetro de comparação. Apesar da crise que já se instaurava no regime socialista, nas Olimpíadas, os soviéticos mostraram ao mundo grandes atletas e também grande capacidade de organização. Ao considerar as transformações urbanas, foi exibido um modelo de urbanismo funcional diretamente associado ao sistema socialista e um projeto de vila olímpica que seria o ápice da política de habitações populares, com a construção de 18 prédios de 16 andares (MASCARENHAS, 2011).

As edições posteriores aos Jogos Olímpicos de Los Angeles foram marcadas pela exploração econômica das Olimpíadas sob diversos aspectos, tais como: mídia, publicidade, construção civil, mercado imobiliário, consultorias especializadas, entre outros. Mas, também foram caracterizadas pelo aumento dos impactos sociais e ambientais, principalmente aqueles relacionados às populações mais pobres das cidades-sede. (MELO & GAFFNEY, 2010)

Nas Olimpíadas de Seul (Coreia do Sul), em 1988, o governo sul-coreano promoveu a imagem de um país moderno, construindo instalações desportivas de última geração e divulgando internacionalmente marcas como Hyundai e Samsung. Porém, simultaneamente, as obras para a realização do evento foram responsáveis pela remoção de 720.000 pessoas, totalizando 9% da população da cidade. Isso

¹² Ao considerar os Jogos de 1984 como um marco do processo de mercantilização das Olimpíadas, pode-se propor uma alteração na periodização proposta por Essex & Chalkley, exposta na Tabela 1, com a inclusão de uma Fase 5, de 1984 até os dias atuais, na qual são ampliadas os processos iniciados em 1960.

sem considerar o elevado contingente populacional que foi obrigado a trocar de residência devido à elevação dos preços nas áreas onde ocorreram as intervenções urbanísticas para a realização dos Jogos (MELO & GAFFNEY, 2010). Os autores reforçam que esses problemas se repetiram, com algumas variações, nas edições posteriores. A Tabela 3 apresenta uma sistematização, realizada por esses autores, dos principais impactos sociais relacionados aos Jogos Olímpicos ocorridos no período entre 1988 e 2008.

Apesar do progressivo aumento do número de países participantes, bem como das receitas de transmissão e de patrocínio, a análise da Tabela 3 evidencia grandes impactos sobre as populações de baixa renda residentes nas cidades-sede.

As informações apresentadas na Tabela 3 revelam ainda que mesmo no caso dos Jogos de Barcelona (Espanha), em 1992, considerado por muitos como o exemplo a ser seguido, devido ao processo de reestruturação urbana e de reposicionamento da imagem cidade no mercado internacional, ocorreram remoções indiretas em decorrência do aumento de mais de 150% dos preços das moradias. A consequência desse processo foi o deslocamento de parte da população para as periferias¹³.

¹³ Rúbio (2010) destaca que nos Jogos de Barcelona a participação da equipe de basquete dos EUA se constituiu no símbolo da profissionalização e mercantilização do esporte. De acordo com a autora, a participação do chamado “*dream team*” nas olimpíadas não seria para disputar a medalha de ouro, não havia dúvidas que eles ganhariam, mas, sim, para utilizar o evento para fazer propaganda da NBA (National Basketball Association) para todo o planeta.

Tabela 3: Impactos sobre a população residente nas cidades-sede dos Jogos Olímpicos (1988-2008)

Cidade-sede	População residente*	População desalojada diretamente	Outros problemas encontrados
Seul (1988)	8.000.000	720.000	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elevação de preços nas áreas das obras. 2. Falta de transparência no processo decisório. 3. Forte repressão aos protestos de moradores. 4. Mudança de leis para viabilizar obras.
Barcelona (1992)	1.643.542	2.500	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elevação de quase 150% nos custos de moradia, causando o deslocamento de milhares de habitantes. 2. Falta de Transparência no processo decisório. 3. Participação limitada dos grupos mais impactados. 4. Mudança de leis para viabilizar obras.
Atlanta (1996)	400.000	6.000	<ol style="list-style-type: none"> 1. Em torno de 25000 famílias afetadas pela alta nos preços de moradia. 2. Criminalização dos sem-teto. 3. Falta de transparência no processo decisório.
Sidney (2000)	4.000.000	Não disponível	<ol style="list-style-type: none"> 1. Expulsão de famílias residentes. 2. População de baixa renda penalizada.
Atenas (2004)	800.000	Não disponível	<ol style="list-style-type: none"> 1. Centenas de famílias indiretamente desalojadas. 2. Falta de transparência no processo decisório. 3. Participação limitada das comunidades afetadas pelas obras.
Pequim (2008)	13.000.000	1.250.000	<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de transparência no processo decisório. 2. Violenta repressão aos protestos de moradores afetados. 3. Ausência de planos de realocação para 20% dos moradores afetados.

* Dados aproximados com base na data do evento. Fonte: Melo & Gaffney (2010).

Tanto os Jogos de Barcelona (1992) quanto os de Seul (1988) foram realizados a partir da parceria entre o setor público e o setor privado. Em ambos os

casos vultuosas quantidades de verbas foram gastas em projetos urbanísticos que redefiniram centralidades e se constituíram em marcos na evolução urbana. As Vilas Olímpicas construídas para a realização desses Jogos também apresentaram uma nova concepção, não mais associadas às classes populares, mas, sim, ao seu uso pelas classes médias, revelando também os crescentes interesses empresariais na organização dos Jogos.

Na edição de 1996, o movimento olímpico comemorava um século de existência. Apesar da candidatura de Atenas e do simbolismo da data associado à cidade, os Jogos foram realizados em Atlanta, sede da Coca-Cola, que, conforme descrito anteriormente, era o patrocinador mais antigo dos Jogos. A escolha da cidade-sede para essa edição dos Jogos evidencia o poderio das grandes empresas patrocinadoras das Olimpíadas frente aos valores pregados pelo movimento olímpico.

A edição de 1996 fortaleceu a parceria público-privada como modelo de organização dos Jogos. A cidade de Atlanta não dispunha de instalações esportivas em quantidade e qualidade exigida para a realização do evento, o que demandou a participação do poder público e não permitiu a repetição do modelo empresarial adotado em Los Angeles em 1984 (MASCARENHAS, 2011).

Quatro anos mais tarde, em Sidney (Austrália), os recursos públicos novamente foram fundamentais para a realização das Olimpíadas. A organização buscou construir a ideia de Jogos Ecológicos, para tanto seguiu uma série de recomendações do Greenpeace, tais como: a reciclagem de lixo olímpico, a utilização de energia solar para os estádios; o uso de trem; não utilização de refrigeração que emitisse gases que prejudicam a camada de ozônio, entre outros (DARIDO, 2000). A Vila Olímpica alcançou o maior grau de sofisticação do

olimpismo, contou com dois mil imóveis de alto padrão em sofisticado bairro litorâneo construído utilizando diversas tecnologias relacionadas ao meio ambiente (MASCARENHAS, 2011).

Ao final, o Greenpeace admitiu avanços na organização dos Jogos, mas questionou que o governo não cumpriu com a promessa de descontaminação da baía de Homebush, reforçando que ocorreu alguma limpeza nas áreas relacionadas aos Jogos, porém os riscos ambientais continuaram a existir para os habitantes que viviam na área.

Depois de ter sido preterida por Atlanta para realizar a edição comemorativa de 100 anos do movimento olímpico, Atenas (Grécia) foi escolhida para sediar a primeira edição dos Jogos Olímpicos do século XXI. Com as Olimpíadas os governantes buscaram simultaneamente reforçar as raízes de “berço da civilização ocidental”, que conferem distinção simbólica à cidade, e também construir uma paisagem moderna que promovesse uma imagem de cidade global. (STAVRIDES, 2008)

Dessa forma, os projetos urbanos buscaram fortalecer a identidade cultural de Atenas associada aos processos de globalização. Para tanto foram construídos projetos de arquitetura espetaculares, como o Estádio Olímpico, assinado pelo arquiteto espanhol Santiago Calatrava, modernizou-se o sistema de transporte, construindo um novo aeroporto, expandindo o metrô e construindo autoestradas.

Burgel (2004) argumenta que, até o final da década de 1990, a capital grega apresentava diversos problemas de infraestrutura para uma cidade do porte e da importância de Atenas e, pela primeira vez, devido aos Jogos, a rede de transporte passou a cobrir a região metropolitana. O autor ressalta ainda que o centro da cidade passou por um *lifting* urbano, que gerou um aumento da frequência social, e

também que ocorreu um grande crescimento imobiliário na cidade. Burgel (2004) conclui que os Jogos produziram uma reformulação da materialidade da cidade e uma reafirmação da sua imagem no mundo. Entretanto, indica que a rentabilidade econômica das infraestruturas e dos equipamentos somente poderiam ser conhecidas em médio e longo prazo.

Quando, em 1997, Atenas foi escolhida como cidade-sede, os Jogos estavam orçados em US\$ 1,5 bilhão. Depois do evento, os custos finais totalizaram, de acordo com os números oficiais, US\$ 11,9 bilhões. Há muitos questionamentos se a atual crise econômica do país não está relacionada com os excessivos gastos para realização dos Jogos, muitos deles não oficializados. Stavrides (2008) aponta ainda que nos Jogos de Atenas foi instituído um tipo de “estado de emergência”, a partir do qual, tendo em vista o sucesso do evento e a imagem da cidade, foi permitida a violação de leis de uso do solo e de direitos trabalhistas.¹⁴

Em 2008, os Jogos Olímpicos foram realizados na cidade de Pequim. O poderio econômico chinês, no início do século XXI, credenciou o país a sediar os Jogos e a exibir para o mundo o progresso técnico e a capacidade organizativa do seu governo. Foram feitos investimentos de mais de US\$ 34 bilhões que produziram uma verdadeira revolução urbanística, com a construção de instalações esportivas, de avenidas, de condomínios de luxo, a expansão do metrô e do aeroporto. Esse processo acarretou na remoção de quase 10% da população da cidade, totalizando 1.250.000 moradores. (MASCARENHAS et al., 2008; MELO & GAFFNEY, 2010)

¹⁴ Tal reflexão encontra paralelo com a apresentada por Vainer (2011). Esse autor afirma que a realização dos Jogos Olímpicos de 2016 estaria possibilitando a redefinição das relações de poder na cidade, instituindo uma “cidade de exceção”, que seria a afirmação da “democracia direta do capital”. Voltar-se-á a esse debate no capítulo seguinte que tem como foco a análise dos processos de produção do espaço olímpico carioca para a realização dos Jogos de 2016.

Com os Jogos, o governo chinês queria mostrar a sociedade ocidental um poder para além do econômico e que contribuísse para consolidar sua imagem como superpotência. Para isso, construiu dois ícones arquitetônicos no Parque Olímpico: o Estádio Nacional (Ninho do Pássaro) e o Centro Nacional de Esportes Aquáticos (Cubo D'água), ambos os projetos de escritórios internacionais de arquitetura. Outro exemplo foi o investimento na formação de atletas para o sucesso no quadro de medalhas, os chineses conseguiram atingir a marca de 51 medalhas de ouro, feito só alcançado anteriormente por URSS (1972, 1980 e 1988), EUA (1904 e 1984) e Inglaterra (1908), e garantiram o primeiro lugar isolado na competição.

Com as Olimpíadas os chineses conseguiram mostrar ao mundo diversas facetas do seu processo de modernização, mas não conseguiram esconder o autoritarismo do seu governo, nem os problemas ambientais e sociais resultantes do processo de industrialização e urbanização, bem como os associados à realização do evento.

XXX

A análise histórica dos Jogos Olímpicos, aqui desenvolvida, destaca a transformação das Olimpíadas em um megaevento esportivo, cada vez mais marcado pelo domínio dos interesses empresariais no planejamento, na organização e na realização dos Jogos, bem como na mercantilização dos signos associados ao evento. Nesse sentido, o início das transmissões televisivas a partir dos Jogos de Roma, em 1960, bem como as ações implementadas por Samarach na década de 1980, como o estabelecimento do direito de propriedade dos símbolos olímpicos e a

criação do programa “Os Parceiros Olímpicos” (TOP), foram marcos desse processo.

Paralelamente a essas transformações em direção ao empresariamento e, conseqüentemente, à mercantilização dos Jogos Olímpicos, há também a introdução de uma nova forma de governança das cidades: o empreendedorismo urbano, que considera os Jogos como uma oportunidade de realização de grandes transformações urbanísticas e de reposicionamento da cidade no mundo, a partir de uma imagem atrelada aos signos olímpicos de competitividade, saúde, vigor, etc.

Dessa forma, o empreendedorismo urbano tem como uma de suas principais características a realização de intervenções urbanas capazes de atrair investidores, entre as quais destacam-se as de grande porte e os megaeventos, como, por exemplo, os Jogos Olímpicos. Essas intervenções subordinam a gestão e a produção do espaço urbano aos circuitos do capitalismo globalizado, na construção de um discurso que enuncia a meta de tornar a “cidade ganhadora” na “guerra dos lugares”, na atração de investimentos e turistas internacionais, numa perspectiva em que a cidade se torna simultaneamente empresa e mercadoria.

As intervenções de grande porte normalmente são realizadas em pontos específicos da cidade, associados aos interesses do capital imobiliário e do capital vinculado ao turismo. Outra característica desse modelo é a realização de parcerias entre o setor público e o setor privado, na qual tradicionalmente os custos ficam a cargo do setor público e os lucros para o setor privado.

Por outro lado, essa experiência de governança empreendedorista e de realização de megaeventos esportivos, que se tornaram paradigmáticas nas últimas décadas do século XX, apresentaram também violações no direito à cidade, expressos nos casos de remoções das populações residentes em áreas de

intervenções urbanísticas, nos desalojados indiretamente pelo aumento significativo do valor do solo urbano nas cidades-sede e também na repressão aos movimentos sociais.

Diante das consequências decorrentes da organização e da realização dos Jogos Olímpicos, cabem indagações sobre o papel dos megaeventos esportivos na reestruturação do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro, sede dos Jogos Pan-americanos de 2007, da final da Copa do Mundo de Futebol de 2014, e, principalmente, dos Jogos Olímpicos de 2016, o que será feito no capítulo seguinte.

3. O Projeto Olímpico e a produção desigual do espaço urbano carioca

Neste capítulo é apresentada a relação entre o empreendedorismo urbano e os megaeventos esportivos na cidade do Rio de Janeiro. Para isso, é analisada a constituição desse modelo de governança na cidade, suas relações com os processos implementados por ocasião dos Jogos Pan-americanos de 2007 e os associados ao Projeto Olímpico Rio 2016, atualmente, em curso na cidade.

3.1 O empreendedorismo urbano e os Jogos Pan-americanos de 2007

No dia 09 de outubro de 2009, foi anunciada a escolha da cidade do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2016. A festa da delegação brasileira em Copenhague foi acompanhada por outra festa realizada por uma multidão nas areias da praia de Copacabana e, também, com grande entusiasmo, por amplos setores da mídia impressa e televisiva.

Esse alinhamento entre políticos, população e imprensa, expressa um “consenso” construído em torno dos possíveis efeitos positivos para a cidade, seus empresários e sua população, tais como: inserção no capitalismo globalizado, atração de investimentos e turistas internacionais, geração de empregos para a população local, reestruturação urbana e construção de um legado material e simbólico para a cidade.

A vitória da candidatura da cidade também pode ser analisada como um fortalecimento do poder político e econômico do Brasil no cenário mundial. Na ocasião, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que finalmente o Brasil

teria conquistado sua “cidadania internacional”, ou seja, o Brasil teria conseguido passar da condição de país periférico para a condição de “potência econômica emergente” (BIENESTEIN et al., 2011). Reforça esse argumento o caráter inédito da realização dos Jogos Olímpicos em uma cidade da América do Sul, pois, conforme descrito no Capítulo 2 (e representado na Figura 4), há uma lógica espacial dos Jogos Olímpicos vinculada ao poder político-econômico dos países que os sediam.

Como elementos simbólicos associados à escolha da cidade foram construídas imagens-sínteses que destacavam as singularidades da sua geografia física, da sua população e da sua história, quais sejam: uma cidade ensolarada, de praias e montanhas, com gente alegre e acolhedora que se apropria dos espaços públicos com suas tradições populares, onde ricos e pobres convivem próximos e pacificamente, amantes da prática esportiva e dos esportes de modo geral. No sítio eletrônico oficial dos Jogos de 2016, a parte que descreve a cidade apresenta o seguinte texto:

A cidade é a mais visitada do hemisfério sul, conhecida pelas paisagens de tirar o fôlego e pelo espírito único de seu povo. É ainda a segunda maior cidade do Brasil e a 26ª do mundo.
As montanhas, lagoas e o oceano marcam a exuberância natural e todo o colorido típico da Cidade Maravilhosa. A boa energia da recepção dos cariocas é percebida nas ruas, nos bares, na praia, onde o pôr-do-sol é uma experiência rara, a ser vivida de coração aberto pelos visitantes.
(www.rio2016.com)

Essas qualidades atribuiriam à cidade uma vocação à realização de grandes eventos, de modo geral, e esportivos, de modo particular. Esses megaeventos são vistos como grande possibilidade de alavancar um projeto de desenvolvimento urbano que seria capaz de acabar com a “cidade partida” e “reposicionar a cidade maravilhosa no século XXI”. (PAES & FARJADO, 2012)

Entretanto, para a compreensão do projeto de cidade olímpica, bem como da forma como este vem sendo implementado, é preciso analisar, mesmo que de forma

breve, as origens desse processo, pois a escolha da cidade para sediar os Jogos Olímpicos de 2016 é um dos pontos mais importante do modelo de governança urbana empreendedorista que começou a ser implementado na cidade na década de 1990, mais precisamente a partir de 1993, no primeiro mandato do prefeito César Maia (1993-1996). As concepções desse modelo, descritas no Capítulo 2, preencheram um vazio de projetos políticos e econômicos para a cidade do Rio de Janeiro.

César Maia assumiu a administração municipal com um discurso tecnicista vinculado à sua formação em economia, que, segundo ele, lhe garantiria qualidades de um “bom administrador”. Afirmava que iria implementar uma gestão moderna associada aos modelos de sucesso das principais cidades do mundo, baseada na parceria com o setor privado, na realização de grandes eventos, na construção de ícones arquitetônicos e na promoção da imagem da cidade, abalada desde a transferência da capital para Brasília em 1960 e expressa na intensa favelização e nos elevados índices de violência urbana. Era necessário, de acordo com o discurso enunciado, resgatar a autoestima do carioca e promover a imagem da cidade. A capital do estado do Rio de Janeiro estava em crise e a solução seria técnica, ou seja, pretensamente apolítica.

Essas ideias desde então vêm se constituindo em um projeto hegemônico para a cidade, pois depois de deixar a prefeitura, César Maia elegeu como sucessor o seu secretário de urbanismo, Luiz Paulo Conde (1997-2000), e posteriormente foi eleito novamente para mais dois mandatos a frente do executivo municipal (2001-2008). O atual prefeito, Eduardo Paes (2009-2012), começou a ganhar visibilidade política como sub-prefeito da Região Administrativa da Barra da Tijuca (1993-1996) durante a primeira gestão César Maia.

Tendo em vista o processo iniciado a partir da posse de Cesar Maia, pode-se afirmar, apesar de algumas pequenas diferenças, que ao longo dos últimos vinte anos se fortaleceu uma coalização de forças, à frente do poder executivo carioca, que colocou em curso a construção de um modelo de cidade neoliberal pautado numa governança urbana de cunho empreendedorista.

Para Vainer (2011) esse bloco hegemônico se consolidou com o oferecimento de um novo projeto à “cidade em crise”. Para esse autor, o momento simbólico, senão fundador, desse novo projeto foi a elaboração do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1993 e 1994, publicado em 1996.

A partir de então, uma série de iniciativas objetivaram consolidar o modelo de governança urbana empreendedorista tendo em vista a inserção competitiva do Rio de Janeiro no mercado mundial de cidades.¹⁵ No centro desse processo está, desde a primeira gestão do prefeito César Maia, a busca pela realização de megaeventos esportivos. O percurso começou com a candidatura para sediar os Jogos Olímpicos de 2004 e 2012, passou pela realização dos Jogos Pan-americanos de 2007 e culminou com a eleição da cidade para sediar os Jogos Olímpicos de 2016. Ao longo dessa trajetória, diferentes agentes sociais foram sendo mobilizados em torno de um “patriotismo de cidade” na construção de um consenso sobre a importância das Olimpíadas como solução para a cidade em crise.

A principal inspiração desse processo foram as transformações que

¹⁵ Entre essas iniciativas Bienenstein (2011) destaca a tentativa, entre os anos de 2001 e 2003, de implementação de uma filial do Museu Guggenheim na área portuária da cidade, e a construção do complexo cultural Cidade da Música, localizado na Barra da Tijuca. Projetado pelo arquiteto francês Christian de Portzamparc, esse complexo foi inaugurado mesmo inconcluso em dezembro de 2008, ao término da gestão César Maia. A construção desse empreendimento custou aproximadamente R\$ 416 milhões aos cofres públicos, apesar de ter sido orçado inicialmente em R\$ 80 milhões. Conforme analisado no Capítulo 2, a execução de projetos de arquitetos de renome internacional é uma das características desse modelo de governança urbana, pois a “arquitetura de grife” seria capaz de classificar uma cidade simultaneamente como moderna e global, qualificando-a no mercado das cidades.

ocorreram em Barcelona em decorrência dos Jogos Olímpicos de 1992. Nesse sentido, Jordi Borja e Manuel de Forn, dois consultores catalães que atuaram no planejamento daquela edição dos Jogos, foram contratados para colaborarem na elaboração do Plano Estratégico da Cidade (PCRJ, 1996) que tinha por objetivo alinhar uma concepção de cidade associada à nova pauta urbana internacional, balizada no empreendedorismo urbano. Um dos principais projetos do Plano Estratégico (PCRJ, 1996) foi a candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos de 2004.

O projeto de candidatura aos Jogos Olímpicos de 2004 apresentava uma concepção de cidade muito diferente da que foi implementada no Pan-2007 e da que está em curso tendo em vista os Jogos Olímpicos de 2016. Segundo Mascarenhas (2011b, p.49), as perspectivas de intervenção urbanística estavam pautadas “na redistribuição espacial dos equipamentos, no aproveitamento racional dos recursos e da infraestrutura existente e na revitalização de áreas em obsolescência”. Caso os Jogos Olímpicos de 2004 fossem realizados no Rio de Janeiro, a Ilha do Fundão teria sido o local escolhido para concentrar os equipamentos esportivos/recreativos, bem como a Vila Olímpica, e, posteriormente, as instalações esportivas estariam ao alcance dos habitantes do entorno dessa ilha. Mascarenhas (2011b) ressalta ainda que o uso de terrenos públicos ociosos reduziria o custo total do evento e evitaria desapropriações onerosas que muitas vezes acabam beneficiando agentes privados. Cabe destacar que a Ilha do Fundão é onde está localizada a Universidade Federal do Rio de Janeiro, o seu entorno é habitado predominantemente por populações de baixa renda e que essa área da cidade é carente de espaços públicos para a prática esportiva e para o lazer dos seus moradores.

Os Jogos Olímpicos de 2004 foram realizados em Sidney, mas em 2002 foi

conquistado o direito de realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007 na cidade do Rio de Janeiro. Sem dúvida alguma os Jogos Pan-Americanos se constituem como um evento de dimensões muito reduzidas quando comparado aos Jogos Olímpicos. Entretanto, a mobilização de recursos financeiros, as transformações urbanas associadas à realização do evento, os caminhos abertos à realização de eventos esportivos de maior porte e às tendências de produção do espaço urbano que se constituíram, conferem uma necessidade de análise de tal evento.

O Pan-2007 foi a edição mais cara da história dos Jogos Pan-Americanos, iniciada em 1951, superando inclusive a edição seguinte realizada em Guadalajara (2011), que custou 30% menos, bem como a soma dos custos das duas edições anteriores, realizadas em Winnipeg no Canadá (1999) e Santo Domingo na República Dominicana (2003). Com um orçamento inicial de aproximadamente R\$ 309 milhões o Pan-2007 custou quase dez vezes mais, totalizando R\$ 3,7 bilhões.

Para a preparação do Pan-2007, o executivo municipal contratou a empresa australiana de consultoria “MI Associates”, que havia atuado no planejamento dos Jogos Olímpicos de Sidney e na preparação das candidaturas de Pequim e de Londres. A partir desse trabalho conjunto, foi determinada a forma de organização do evento e as localizações dos equipamentos esportivos na cidade (BIENENSTEIN, 2011).

A contratação de uma empresa internacional de consultoria, com experiência associada aos megaeventos esportivos serviu para garantir legitimidade aos interesses dos agentes hegemônicos que lideram a governança da cidade. Porém, foi negada a participação da sociedade civil nesse processo, apesar da mobilização de intelectuais, organizações não-governamentais e movimentos sociais que

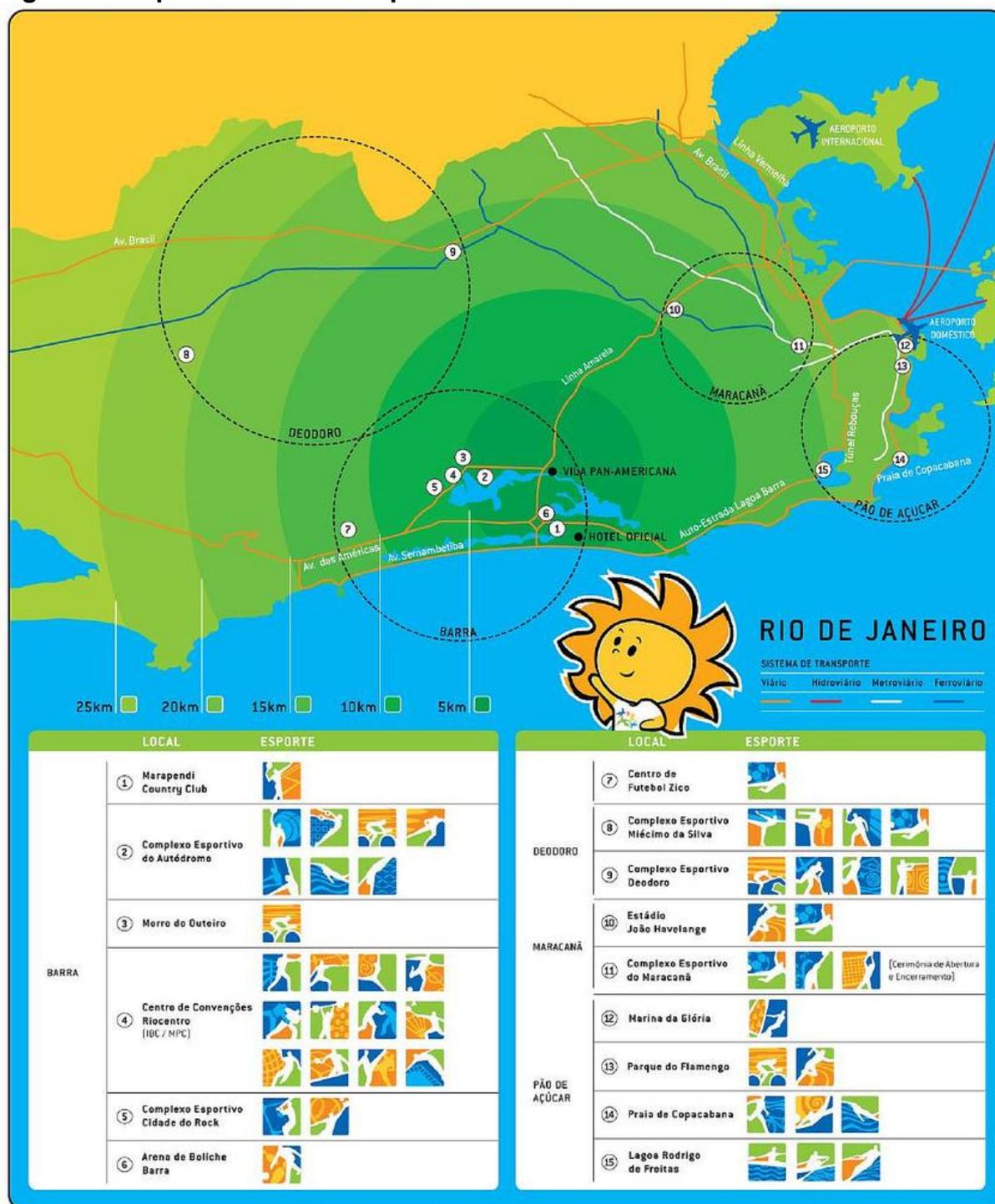
argumentavam o direito da sociedade participar do planejamento do evento.

O projeto do Pan-2007 apresentava quatro áreas da cidade para a realização das provas, denominadas de anéis olímpicos, proporcionando uma ideia de um suposto “equilíbrio espacial” dos investimentos que abrangeriam boa parte da cidade. Sánchez & Bienenstein (2009) indicam que embora os equipamentos esportivos tenham sido distribuídos por quatro áreas da cidade, as intervenções foram apenas pontuais, desconsiderando uma visão global do espaço urbano. Reforçam, com isso, a fraqueza do argumento oficial que defende um modelo de distribuição aparentemente equitativa das intervenções urbanas. Entretanto, a análise da Figura 6 revela que foi na área denominada “anel olímpico da Barra da Tijuca” que foram realizadas a maior parte das competições, sem contar a construção da Vila Pan-Americana, que não aparece representada no mapa.¹⁶

Como pode ser notado, a maior parte dos investimentos ficou concentrada na área da Barra da Tijuca, apontando para uma distribuição desigual dos recursos na cidade. Essa área, conforme analisado no Capítulo 1, se consolidou como um espaço de moradia predominantemente de classe média e média-alta, e, desde sua abertura como fronteira ao capital incorporador, vem sendo um local privilegiado de investimentos do setor público. Outra característica anteriormente destacada dessa área é sua estrutura fundiária concentrada, que confere aos grandes proprietários de terra elevado poder de negociação junto ao executivo municipal.

¹⁶ A construção da Vila Pan-Americana foi realizada em terreno impróprio para grandes construções, pois o solo argiloso das proximidades da Lagoa de Jacarepaguá demandou que as fundações da obra atingissem mais de 30 metros de profundidade. A forma de financiamento, realizado pela Caixa Econômica Federal com juros abaixo da média para empreendimentos semelhantes, foi uma das razões para que 95% dos 1480 apartamentos divididos em 17 prédios fossem vendidos em apenas um dia. Entretanto, atualmente o condomínio apresenta uma taxa de ocupação de menos de 50% e sérios problemas estruturais associados à baixa qualidade da obra e a escolha equivocada do terreno, com o afundamento de diversas áreas e a abertura de buracos de grandes proporções nas ruas e calçadas. Apesar das expectativas frustradas, a Vila Pan-Americana contribuiu para valorizar as terras do entorno e incorporar um novo vetor de expansão para a Barra da Tijuca: as áreas ainda vazias na parte sul da Baixada de Jacarepaguá.

Figura 6: Mapa dos Anéis Olímpicos do Pan-2007



Fonte: www.rio2007.org.br/pan2007

Acompanhando a ampliação da oferta de moradias para a classe média, aumentaram também as favelas no bairro e no seu entorno, o que tem sido analisado pelos incorporadores e proprietários fundiários como motivo de

desvalorização de suas mercadorias. Tornaram-se frequentes os conflitos entre esses agentes até a realização do Pan-2007. A fim de resolvê-los, e privilegiar os agentes imobiliários que atuam na área, o poder público conduziu um processo de remoção de diversas comunidades nos anos que precederam o evento.

Melo & Gaffney (2010) relatam que da área circunvizinha à Vila Pan-Americana foram removidas 67 famílias da favela Arroio Pavuna, com indenizações pagas com cheques da Carvalho Hosken S.A., demolidas aproximadamente 50 casas da favela do Canal do Cortado, cujas famílias receberam indenizações pagas pela Polimix Concreto, e condenadas, pela Prefeitura, 61 casas da favela do Canal do Anil. Os valores dos cheques pagos eram em média R\$ 15 mil, valor muito abaixo dos preços das moradias nessa área (CHAVES & SALLES, 2006).

Embora os recursos para o pagamento de indenizações às famílias fossem pagos pelos agentes privados mencionados, oficialmente foram tidos como ações da Secretaria Municipal de Habitação, sob o argumento de que as mesmas estavam em áreas de risco ambiental. Ressalta-se que o mesmo argumento não foi, e nem é, utilizado para os moradores dos condomínios que se encontram em localizações muito parecidas, qual sejam, as proximidades das lagoas e rios da Baixada de Jacarepaguá (MELO & GAFFNEY, 2010).

Também localizada nessa área, de expansão do capital imobiliário, a Vila Autódromo, situada ao lado do Autódromo de Jacarepaguá, não foi removida, mas foi ameaçada de remoção por ocasião da realização do Pan-2007. Essa comunidade tem sido objeto de diversas tentativas de despejo, desde a administração do prefeito César Maia. Porém, a existência de um documento de concessão de uso, outorgado por Leonel Brizola, à época Governador do Estado, garantiria o direito aos seus moradores de permanecerem naquela área por pelo menos 99 anos. Apesar dessa

garantia legal, os moradores têm conseguido permanecer no local somente à custa de processos de resistências e de mobilizações, que contam também com a adesão de outros setores da sociedade.

Outro caso de comunidade afetada pelas obras do Pan-2007 foi a Belém-belém, situada na Rua das Oficinas, em frente a uma das entradas do Estádio Olímpico João Havelange (Engenhão), obra mais cara dos Jogos, construída ao custo de R\$ 395 milhões. Nessa comunidade os moradores tiveram a expectativa de reurbanização da favela e mesmo de reassentamento em área próxima. No entanto, não houve melhorias nem na favela nem no bairro, a única obra da prefeitura foi a construção de um grande portão na entrada da favela, com o objetivo de tornar a comunidade “invisível” aos frequentadores do estádio.

Uma característica marcante do Pan-2007 foi a ausência de qualquer ação que visasse à utilização dos equipamentos esportivos pela população carioca após o evento, ao contrário, os mesmos acabaram privatizados. O Engenhão foi repassado sob o Termo de Concessão de Uso ao Botafogo Futebol e Regatas. A Arena Multiuso foi concedida a empresa GL Events que a transformou em casa de espetáculos sob o nome de “HSBC Arena”. Tanto o Parque Aquático Maria Lenk quanto o Velódromo foram cedidos ao Comitê Olímpico Brasileiro. (TCMRJ, 2009)

Pode-se afirmar que o Pan-2007, como experiência de evento esportivo que antecedeu a realização da Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, foi marcado pela violação dos direitos à moradia dos habitantes de baixa renda que residiam nas proximidades das áreas de intervenções urbanísticas e pela apropriação do legado por agentes privados.

Melo & Gaffney destacam que na ocasião

[...] foi desperdiçada uma oportunidade de melhor aplicação dos recursos disponibilizados em função dos jogos. Apenas pequenos grupos políticos e

empresariais foram de fato beneficiados, sobretudo aqueles ligados aos setores imobiliário, da construção civil, e do entretenimento, cujos lucros foram otimizados graças à ampla utilização de dinheiro público para viabilizar seus projetos. (Melo & Gaffney, 2010, p.12)

Ao comparar a concepção de cidade presente na candidatura aos Jogos de 2004 com a que foi implementada para a realização do Pan-2007, observa-se que diversos preceitos utilizados naquela ocasião foram abandonados, ao mesmo tempo em que privilegiou-se excessivamente os agentes que veem a cidade como valor de troca, em detrimento daqueles que vivem a cidade cotidianamente como valor de uso, reforçando o processo de desenvolvimento geográfico desigual.

A relação assimétrica de forças entre os agentes produz um processo de desenvolvimento geográfico desigual, marcado por mecanismos que foram denominados por Harvey (2004a; 2004b) de acumulação por espoliação. Nesse processo, ativos que não possuíam valor capitalista, são desvalorizados e depois revalorizados a partir dos interesses hegemônicos, ganhando um sobrevalor quando são transformados em mercadoria. Uma mercadoria que não é resultado do processo capitalista de produção, mas, sim, da apropriação de um bem desvalorizado. Assim, bens são transformados em mercadorias: equipamentos construídos com o dinheiro público são privatizados; a infraestrutura construída aumenta o preço de terrenos e de imóveis sem que o poder público consiga capturar esses investimentos sob a forma de mais valia fundiária; comunidades são retiradas de espaços que passam a ser mercantilizados aumentando duplamente de valor, associado à retirada das comunidades e aos novos investimentos.

Pautado nesses preceitos, de uma governança urbana empreendedorista, marcada por processos de acumulação por espoliação, o projeto de cidade olímpica para os Jogos de 2016 foi formulado, seguindo e ampliando, sobremaneira, a experiência do Pan-2007, na localização dos equipamentos na cidade, na forma de

gestão do evento e na violação dos direitos à moradia e à cidade.

3.2. O projeto olímpico Rio 2016 e a reprodução das desigualdades espaciais

A localização dos equipamentos esportivos previstos para a realização dos Jogos Olímpicos de 2016, representada na Figura 7, aponta muitas semelhanças com a localização dos equipamentos construídos para o Pan-2007, expressa na Figura 6, ou seja, o projeto Rio-2016 prolonga e fortalece a lógica de intervenções urbanísticas anterior. A ressalva é que, dessa vez, o evento possui dimensões muito maiores, que se expressam, por exemplo, nos gastos previstos: 28,9 bilhões. O que representa quase oito vezes o orçamento do Pan-2007.

Outro fator importante que diferencia esses dois eventos esportivos se refere ao arco de alianças governamentais em torno desses projetos. Se, por um lado, o ex-prefeito César Maia foi o protagonista na realização do Pan-2007 construindo uma articulação de agentes locais em torno da sua estratégia de governança e, simultaneamente, questionando a falta de apoio dos governos estadual e federal; por outro lado, o atual prefeito Eduardo Paes, além de possuir o apoio de agentes locais, participa de uma aliança que articula os três níveis de governo, garantindo poder político e recursos financeiros para a continuidade e a ampliação do modelo de governança urbana empreendedorista pautado nos grandes projetos urbanos e nos megaeventos.

Além das Olimpíadas a cidade do Rio de Janeiro também será uma das cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014, dois anos antes dos Jogos Olímpicos, e o estádio do Maracanã será palco da partida final desse evento. Se as outras 11 cidades-sede da Copa do Mundo estão passando por grandes

(www.rio2016.com). No sítio eletrônico pode ser lido que essa é a área que mais cresce na cidade e que, além das novas instalações, haverá também melhorias na estrutura de transporte, a recuperação de rios e lagoas da Baixada de Jacarepaguá e a construção de centros comerciais, residenciais e de entretenimento.

A prefeitura anuncia através do site www.cidadeolimpica.com uma parceria com a construtora Carvalho Hosken para a construção da Vila dos Atletas. Nesse site foi publicada uma notícia em novembro de 2011, cujo título era: “Uma parceria que permite o desenvolvimento pleno da Barra”. Na reportagem, Carlos Fernando Carvalho, presidente da construtora, é exaltado como um grande empreendedor que na década de 1970 fechou todas as filiais que sua empresa possuía pelo país e comprou terrenos na Barra da Tijuca quando a área ainda era desabitada. A construtora, da qual é sócio, será a responsável por erguer os 40 prédios com 3.528 apartamentos de 2, 3 e 4 quartos, com varandas e dependência, em uma área de aproximadamente 1 milhão de metros quadrados. A matéria cita ainda o entusiasmo do empresário com as obras de infraestrutura e mobilidade e termina expressando a sua vontade de ver a transferência da sede da prefeitura para a Barra. Após os Jogos, a Vila dos Atletas será convertida em empreendimento residencial, em uma área que, de acordo com informações publicadas no site www.transparenciaolimpica.com é “uma região de grande demanda por condomínios de alto padrão com serviços”.

O Parque Olímpico será a principal instalação dos Jogos, pois concentrará a maioria das disputas esportivas. Em uma área de 1,2 milhões de metros quadrados serão construídas novas instalações esportivas próximas daquelas que foram edificadas para o Pan-2007 (Centro Aquático Maria Lenk, Velódromo Olímpico e Arena Olímpica).

O Plano Geral Urbanístico do Parque Olímpico Rio 2016 foi definido a partir de um Concurso internacional que envolveu 60 trabalhos de escritórios de arquitetura de 18 países. O vencedor foi a empresa londrina de consultoria AECOM, que também foi a responsável pelo Plano Geral Urbanístico do Parque Olímpico dos Jogos Londres 2012. Esse Plano Geral Urbanístico do Parque Olímpico Rio 2016 define a disposição dos espaços públicos, das instalações permanentes e temporárias e dos futuros empreendimentos imobiliários que serão construídos no local. A Figura 8 apresenta o projeto do Parque Olímpico em dois momentos: em 2016 e 2030, indicando que a expectativa é de que a área seja transformada em um espaço de uso residencial, comercial, esportivo e de lazer.¹⁸

O Parque Olímpico deverá começar a ser construído em meados de 2012, ao custo inicial de R\$ 1,4 bilhão, a partir de uma Parceria Público Privada (PPP). A prefeitura repassará R\$ 525 milhões, o governo federal será o responsável pelas instalações provisórias e o consórcio vencedor do processo licitatório, que inclui as construtoras Odebrecht, Carvalho Hosken e Andrade Gutierrez, será o responsável pela execução das obras e posteriormente poderá explorar, com empreendimentos imobiliários, aproximadamente 70% da área. Segundo informações amplamente divulgadas na imprensa, essas empresas também serão responsáveis pela construção, a partir de Recursos do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, do Conjunto Residencial Parque Carioca, onde pretende-se realocar os moradores da Vila Autódromo. Cabe destacar que o Projeto do Parque Olímpico apresentado pela empresa AECOM mantém a Vila Autódromo não só durante a realização dos Jogos como também na representação que apresenta o legado do parque para 2030 (Figura 8).

¹⁸ Informações extraídas do site <http://concursoparqueolimpicorio2016.iabrij.org.br>

Figura 8 – O Parque Olímpico Rio 2016 e a projeção do seu legado para 2030 – Rio de Janeiro



Fonte: concursoparqueolimpicorio2016.iabjrj.org.br

Entretanto, a minuta do contrato da PPP (Nº 01/001.685/2011) contraria o

projeto da AECOM, pois inclui a área onde está situada a Vila Autódromo como espaço a ser explorado pelo consórcio vencedor. Em sua cláusula quinta, sobre a área do parque olímpico, descreve que o início das obras “somente poderá ocorrer após a entrega do Imóvel a Concessionário livre, desempeido e desembaraçado de qualquer obstáculo físico ou ônus e encargos jurídicos” (p.17), descrevendo alguns eventos, entre os quais a “desocupação da totalidade da área atualmente ocupada pela comunidade denominada 'Vila Autódromo', mediante a regularização da situação imobiliária perante o 9º Registro Geral de Imóveis” (p.17).

Por outro lado, os moradores da Vila Autódromo resistem e reivindicam o direito de permanecer no espaço onde construíram suas histórias de vida. Organizados na Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo (AMVPA), os moradores estão elaborando um Plano Popular de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Social, que conta com assessoria técnica de pesquisadores da UFF (NEPHU) e da UFRJ (ETTERN/IPPUR), no qual propõe a urbanização do local como saída mais democrática e barata às remoções. (AMVPA, 2011)

O processo de remoção da comunidade não apresenta nenhuma justificativa associada à construção de instalações esportivas para a realização dos Jogos Olímpicos ou às obras de infraestrutura que melhorem a mobilidade urbana. O poder público além de propor a remoção da comunidade, transfere terras públicas para a exploração privada, inclusive contrariando a lei 11.124/2005 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação Social e determina no seu artigo 4º “a utilização prioritária de terrenos de propriedade do poder público para a implementação de projetos de habitação de interesse social” (Brasil, 2005). Observa-se, mais uma vez, uma mercantilização do espaço marcada por processos de acumulação por espoliação, na qual ativos públicos, e também das famílias de baixa renda, são

inseridos nos circuitos do capital imobiliário. Utilizando-se como argumento a necessidade de construir a cidade olímpica, desrespeita-se a lei, e privatizam-se recursos públicos.¹⁹

A relação entre o poder público, as construtoras e o setor imobiliário também foi estabelecida para a execução do projeto Porto Maravilha. Um contrato de PPP, assinado em novembro de 2010, firmou a parceria entre a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro – CEDURP – empresa de economia mista controlada pela prefeitura, e o consórcio Porto Novo S/A, formado pelas construtoras OAS LTDA, Norberto Odebrecht Brasil S/A e Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S/A. O consórcio Porto Novo S/A será o responsável pelos serviços e obras de revitalização, operação e manutenção de toda área do projeto.²⁰

A partir do projeto Porto Maravilha pretende-se reestruturar uma das áreas de ocupação mais antiga da cidade, há muito tempo carente de investimentos públicos. Nesse sentido são invocados os discursos da revitalização, que pressupõem uma ausência de vida, e os chamados “modelos de sucesso” de outras áreas portuárias do mundo, que transformaram suas frentes marítimas em espaços de consumo e entretenimento. A população atualmente residente na área portuária do Rio de

¹⁹ A produção do espaço olímpico parece privilegiar determinados agentes, fundamentalmente aqueles que veem a cidade como valor de troca. Os interesses desses agentes na produção do espaço, no direcionamento dos recursos públicos e na definição do modelo de gestão urbana em curso, se fazem presente desde o processo eleitoral, quando estes, através do financiamento de campanhas, reforçam sua participação na coalizão de forças que disputa a governança urbana empreendedora. Vale destacar que entre os principais doadores para a campanha de Eduardo Paes para prefeito nas eleições de 2008, estão empresas da construção civil, como OAS (R\$ 350.000,00), Carioca Engenharia (R\$ 300.000,00) Empresa Industrial Técnica (R\$ 1.000.000,00), e do setor imobiliário, tais como: Century Empreendimentos Imobiliários (R\$ 350.000,00), Multiplan (R\$ 300.000,00), Rossi (R\$ 200.000,00), JM Empreendimentos (R\$ 170.000,00), Mirage Empreendimentos (R\$ 130.000,00) e CHL (R\$ 100.000,00). Figuram também como importantes doadores o empresário Eike Batista (R\$ 500.000,00) e o Banco Itaú (R\$ 300.000,00) (<http://www.tse.gov.br>)

²⁰ De acordo com informações publicadas no site <http://www.transparenciaolimpica.com.br>

Janeiro não foi convidada a participar da elaboração desse projeto, que anuncia como única saída a mercantilização desse espaço.

Durante esse período de ausência de investimentos do poder público, vários projetos foram discutidos para a área, inclusive um de cunho mercadológico, proposto no início da década de 2000, pelo então prefeito César Maia, que tinha como destaque a construção de uma filial do Museu Guggenheim. Mas também existiram projetos alternativos sendo gestados, como por exemplo, os de valorização da memória negra, estivadora, do samba e de área para a construção de habitação de interesse social. Porém, a partir de 2009, quando foi anunciada a realização das Olimpíadas de 2016 na cidade, e foram fortalecidos os preceitos da governança urbana empreendedorista, o projeto atual foi posto como única possibilidade.

O processo de reestruturação urbana, denominado de revitalização e/ou requalificação, prevê a demolição do elevado da Perimetral entre a Praça Mauá e a Avenida Francisco Bicalho, a construção de túneis e viadutos, a reurbanização de ruas e realização de obras de infraestrutura. Como ícones desse processo já esta sendo construído o Museu do Amanhã, com projeto assinado pelo arquiteto espanhol Santiago Calatravas, e o Museu de Arte do Rio (MAR), que será instalado nos edifícios Palacete D. João VI e, em outro, ao lado, originalmente concebido para ser um terminal rodoviário²¹.

O projeto Porto Maravilha propõe uma reestruturação urbana com obras de grande porte, que possuem custos elevados, e a transferência de terras públicas da União, do Estado e do município, para o setor privado através de parcerias público-privadas. A parceria ocorre através da operação urbana consorciada supracitada e da emissão de Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPAC), que

²¹ Conforme informações disponíveis no site <http://portomaravilha.com.br>

permitem a alteração do gabarito da área em até o dobro do atualmente permitido, o que, conseqüentemente, pode causar significativa alteração paisagística. O Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha, controlado pela Caixa Econômica Federal adquiriu todos os CEPACs, por R\$ 3,5 bilhões, com recursos do FGTS. O primeiro empreendimento que será construído com a negociação de CEPACs, não inclui a compra e venda dos mesmos, mas uma parceria entre o Fundo Imobiliário e a empresa Tishman Speyer, para a construção de torres comerciais de alto padrão²².

Esse processo de privatização das terras e fortalecimento dos interesses imobiliários, desconsidera a lei 11.124/2005 (BRASIL, 2005), que prevê o uso prioritário de terrenos de propriedade do poder público para construção de habitação de interesse social. Também vem sendo ignorados os mecanismos de captura de mais valias fundiárias que o poder público poderia utilizar para rever os investimentos realizados e que estão sendo apropriados por agentes capitalistas.

Com esse processo de reestruturação urbana em curso, famílias de baixa renda vêm sendo removidas, diretamente, devido à realização das obras, ou indiretamente, devido ao aumento do custo de vida. Moradores do Morro da Providência, localizado na área portuária, estão vivenciando diretamente esses processos. A comunidade, que possui uma história de mais de 110 anos, é considerada por diversos historiadores a primeira favela da cidade do Rio de Janeiro, o que lhe confere uma dimensão histórica e simbólica passível de ser comercializada no mercado turístico. Com essa finalidade, será construído um teleférico e um plano inclinado para aumentar a acessibilidade ao local. Essas construções, associadas ao discurso da ocupação de áreas de risco, preveem a remoção e o reassentamento de mais de 800 famílias (COMITE POPULAR DA

²² Conforme informações disponíveis no site <http://www.tishmanspeyer.com.br>

COPA E DAS OLIMPÍADAS, 2012). Os moradores questionam o direito, garantido pelo Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), de ter informações sobre o projeto bem como de discuti-lo, pois existe uma grande insegurança associada à possibilidade de remoção e à perda das histórias de vidas e das relações de sociabilidade vinculadas àquele lugar, bem como as vantagens relacionadas à localização central da comunidade no espaço urbano.

A ausência de informações sobre o projeto também causa insegurança aos trabalhadores sem teto que ocupam prédios públicos localizados na área portuária. O Fórum Comunitário do Porto estima que mais de 400 famílias estejam sob ameaça de remoção. As famílias reivindicam investimentos públicos para a recuperação dos prédios onde vivem ou reassentamento nas proximidades²³.

Observa-se, ao lado desse processo, uma íntima relação entre os investimentos realizados na área e os interesses dos agentes imobiliários. Em matéria publicada em março de 2012, no sítio eletrônico da Rio-2016 (www.rio2016.org.br), é destacado que representantes do COI acompanharam a assinatura de um termo de compromisso que estabelece diretrizes para a construção e o aproveitamento das edificações do Porto Olímpico pelo mercado imobiliário após os Jogos. Isso se deu em função de a área do Porto Maravilha, reservada à instalação de equipamentos para os Jogos, ter 850 mil metros quadrados e nela serem construídos a Vila de Mídia e de Árbitros, um centro de convenções, dois hotéis, além de instalações provisórias.

Repetem-se, mais uma vez, os mecanismos de acumulação por espoliação, nos quais o patrimônio público e os ativos das famílias de baixa renda são adquiridos por agentes imobiliários por preços muito abaixo daqueles praticados no

²³ Conforme informações publicas no site <http://www.forumcomunitariodoporto.wordpress.com>

mercado, e posteriormente, depois dos investimentos realizados, serão transformados em novos ativos, porém com preços muito elevados.

O processo de remoção de comunidades de baixa renda também ocorre no entorno do Estádio Jornalista Mario Filho (Maracanã). A reforma do estádio, visando à adequação do mesmo às exigências da FIFA e do COI, para realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, inclui também intervenções no entorno do estádio. Sob a alegação de ser necessária a construção de um estacionamento, parte significativa dos moradores da Favela Metrô-Mangueira foram removidos. A comunidade que abrigava aproximadamente 700 famílias conviveu com um cenário de medo e destruição. Sem que houvesse uma demonstração pública do projeto que esclarecesse a necessidade da obra, sem o direito de participar e propor alternativas, sem considerar o direito à posse por meio de Usucapião Urbano e de Concessão de Uso Espacial para fins de Moradia (BRASIL, 2001), sem o direito de reassentamento próximo, como prevê a Lei Orgânica Municipal no seu artigo 429 (RIO DE JANEIRO, 2012), sem justa indenização, sem notificação prévia, sem direito ao acesso aos mecanismos legais, ou seja, com diversos direitos violados, cerca de 100 famílias foram removidas e reassentadas em um conjunto habitacional em Cosmos (sub-bairro de Campo Grande), a, aproximadamente, 50 quilômetros de suas antigas residências²⁴. Porém, as famílias que resistiram conseguiram ser reassentadas próximo à comunidade em conjuntos habitacionais que não estavam previstos para serem construídos. Cerca de 250 famílias foram reassentadas no conjunto habitacional Mangueira I e outras 350

²⁴ Ressalta-se que a violação das leis é uma das características dos projetos de reestruturação urbana para a realização de megaeventos esportivos, criando uma espécie de “estado de exceção” ou “cidade de exceção”, conforme análises propostas, respectivamente por Stavrides (2008), para Atenas, e por Vainer (2011), para o Rio de Janeiro. Vainer ressalta que com isso é instaurada uma democracia direta do capital, na qual o poder público, em nome no sucesso do evento e da imagem da cidade, subjuga as leis aos interesses dos agentes hegemônicos.

famílias aguardam a conclusão da obra do Conjunto Habitacional Mangueira II (COMITE POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS, 2012).

Com a reforma do Maracanã também encontra-se, sob ameaça de remoção, a ocupação Aldeia Maracanã, que abriga indígenas de diversas etnias que vivem na cidade do Rio de Janeiro ou que estejam de passagem pela cidade. Os indígenas ocupam desde 2006 um prédio em ruínas situado no entorno do estádio. Esse prédio foi sede do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e também abrigou o Museu do Índio. Com a transferência do Museu para o bairro de Botafogo, a área ficou sem qualquer utilização até sua ocupação atual. Os indígenas reivindicam a regularização do espaço e sua transformação em uma universidade Indígena. O prédio, cuja construção data do século XIX, e que atualmente pertence ao Ministério da Agricultura, foi doado ao governo federal para receber o Centro de Investigação Cultural Indígena. Os atuais moradores, vistos como indesejáveis, não tiveram acesso ao projeto. O governador Sérgio Cabral negocia junto a União a compra da área e já anunciou que ali será construída uma área de acesso ao Estádio.²⁵

A atual reforma do estádio do Maracanã e do seu entorno, sob responsabilidade das Construtoras Odebrecht e Andrade Gutierrez, está orçada em mais de R\$ 800 milhões²⁶. Entretanto, cabe lembrar que, em menos de 15 anos, foram feitas outras duas grandes obras: em 1999 o poder público gastou o equivalente a R\$ 237 milhões na reforma do estádio para a realização do Mundial de Clubes da FIFA, e, entre 2005 e 2007, uma nova obra foi realizada por ocasião do Pan-2007 com o custo total de R\$ 397 milhões²⁷. Apesar de todos os recursos

²⁵ Conforme informações publicadas no site <http://copadomundo.uol.com.br>

²⁶ De acordo com informações publicadas no site <http://www.transparencia.gov.br/copa2014>

²⁷ Conforme informações disponíveis no site <http://comitepopulario.wordpress.com>

gastos nas obras anteriores, o alto custo da reforma atual está relacionado à quase total demolição do estádio para o erguimento de outro sob os padrões exigidos pela FIFA.

Mesmo diante dessas controvérsias sob o uso de recursos públicos e o beneficiamento de grandes construtoras, o governador Sérgio Cabral anunciou que pretende repassar a gestão do estádio para a iniciativa privada antes mesmo de sua reabertura em fevereiro de 2013, sendo o empresário Eike Batista²⁸ um dos principais interessados em participar do processo de privatização do estádio²⁹.

Inaugurado em 1950 o Maracanã foi tombado como patrimônio histórico-cultural em dezembro de 2000. Alguns conselheiros do IPHAN repudiaram, por um lado, a derrubada da arquibancada e da marquise do Estádio, apontando que “o tombamento não foi respeitado” e que “conservação não admite demolição”. Por outro lado, o superintendente do IPHAN-Rio Carlos Fernando Andrade defende que o projeto atual minimiza efeitos negativos ao monumento e à paisagem. O superintendente reforça que a principal preservação é da valorização do espaço enquanto estádio de futebol e da continuidade dessa prática cultural que faz parte da memória coletiva³⁰. Entretanto, percebe-se que as sucessivas obras realizadas diminuíram a capacidade de público, acabaram com os setores populares (a geral) e modificou a forma da arquibancada, condicionando a forma do torcedor se manifestar no estádio a um padrão europeu de comportamento, ou seja, a cultura do estádio de futebol está sendo diretamente atingida pelo modelo imposto pela FIFA, e

²⁸ Cabe destacar que Eike Batista foi um dos principais financiadores das campanhas eleitorais de Sérgio Cabral para governador do estado, em 2010, e de Eduardo Paes para prefeito da cidade, em 2008, doando R\$ 750 mil para o primeiro e R\$ 500 mil para o segundo. (www.tse.gov.br)

²⁹ De acordo com informações publicadas no site <http://copadomundo.uol.com.br>.

³⁰ De acordo com informações publicadas no site <http://portal.iphan.gov.br>

as classes populares estão sendo alijadas de participarem dos espetáculos futebolísticos. Dessa forma, a elitização e mercantilização da cidade também se refletem no estádio, tanto na sua forma quanto no seu conteúdo.

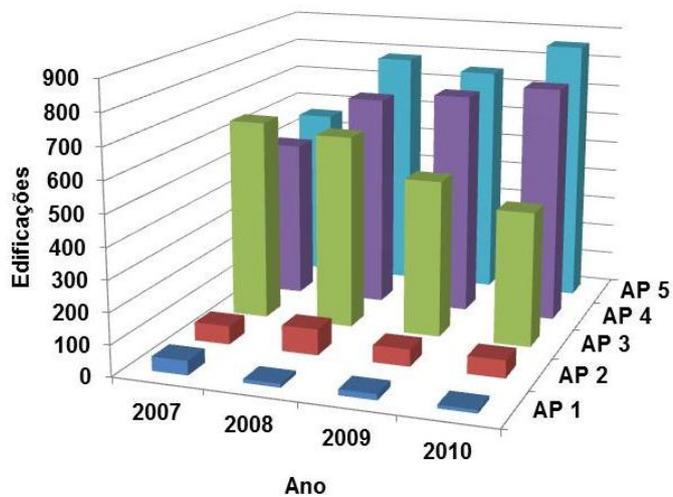
Percebe-se que está em jogo um conflito de interesses entre aqueles que veem a cidade como valor de uso e possuem o direito de viver e de pensar a cidade, e os agentes hegemônicos, que a veem como valor de troca, ou seja, enquanto mercadoria. A cidade em si não possui interesses, pois, conforme analisado, ela não é um agente e a sua configuração enquanto tal tem por objetivo naturalizar os desígnios daqueles que estão interessados no seu valor de troca.

Os megaeventos esportivos, que vêm sendo anunciados como solução para a cidade partida, ao reforçar os processos de mercantilização de determinadas parcelas do espaço urbano, têm expressado, como legado, uma cidade cada vez mais desigual, da qual as classes populares são removidas, direta ou indiretamente, de espaços que são cada vez mais valorizados e, também, daqueles em processo de revalorização.

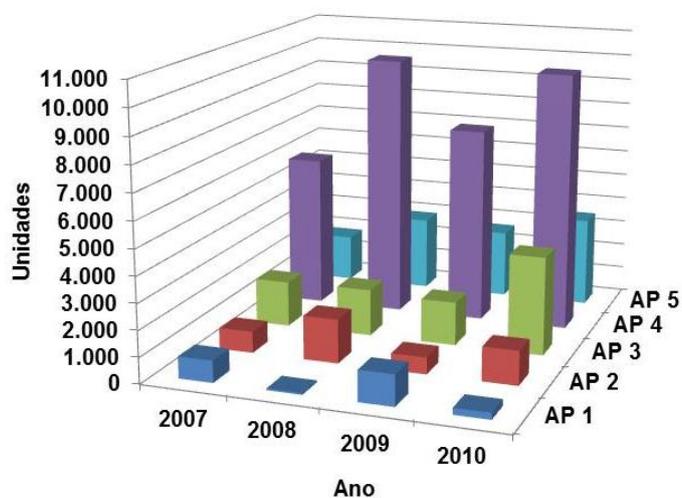
Dessa forma, pode-se inferir que os primeiros ganhadores dos megaeventos esportivos são os agentes do setor imobiliário e da construção civil, pois a atual alta no preço dos imóveis é acompanhada de grande crescimento do número de construções nos últimos anos, conforme pode ser observado na Figura 9.

Figura 09: Gráficos das novas construções na cidade do Rio de Janeiro referente a cada área de planejamento (AP), no período de 2007 a 2010: (a) edificações, (b) unidades e (c) área

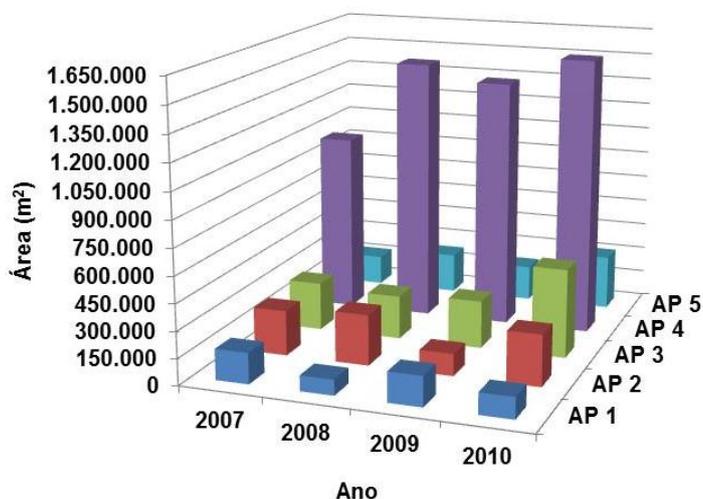
(a)



(b)



(c)



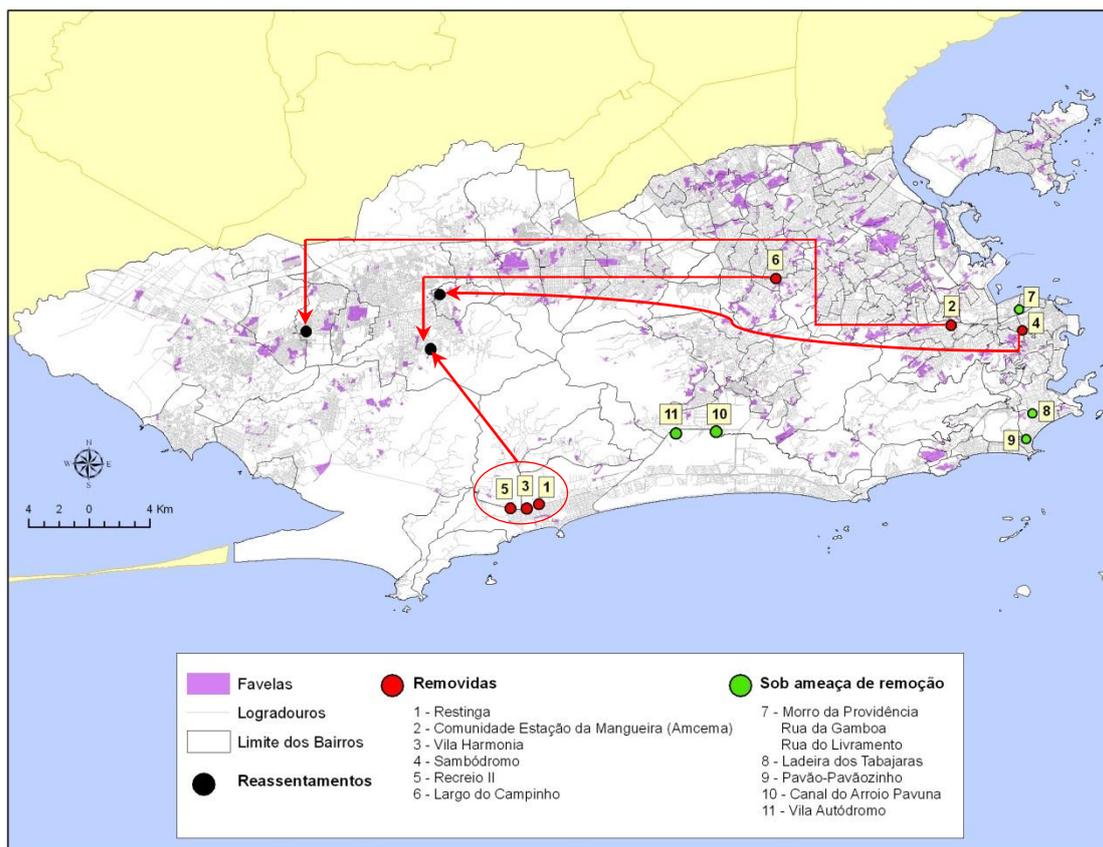
Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo do Rio de Janeiro – RJ.

Baseando-se nos dados representados na figura 9, observa-se que há um crescimento do número de edificações na AP 3 (zona norte); AP 4 (Barra da Tijuca e Jacarepaguá) e AP5 (zona oeste). Entretanto, quando é comparado o número de unidades e, principalmente, a área dessas edificações, é nítida a sua concentração na AP 4, que conforme foi analisado ao longo do trabalho, é a área que centraliza a maior parte dos investimentos associados aos megaeventos esportivos.

O elevado número de unidades na AP 5, reforça o padrão de segregação dos pobres na cidade, pois muitos estão sendo expulsos de seus locais de moradia e reassentados nessa área (conforme representado na Figura 10). Essa área também concentra os empreendimentos imobiliários do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida (MCMV), voltados para as classes populares (0-3 salários), o que é visualizado na Figura 11, ou seja, há indícios para afirmar que está em curso um processo de realocação dos pobres na cidade, a partir do qual o capital imobiliário é beneficiado tanto na construção de moradias populares na zona oeste, quanto na valorização dos empreendimentos localizados na área da Barra da Tijuca e, em breve, na área central.

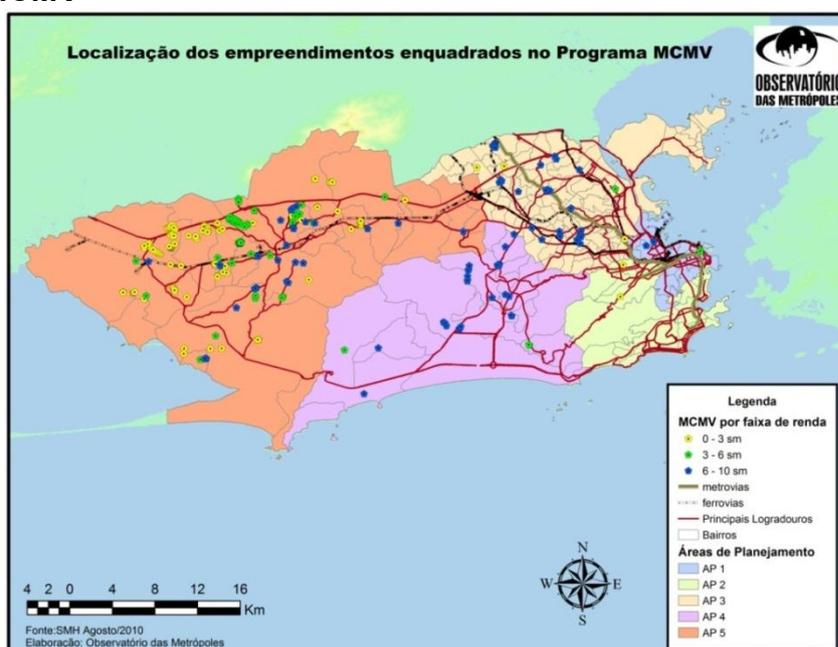
Cabe ressaltar que, entre os argumentos utilizados para retirar os pobres das áreas de interesses dos agentes imobiliários está a garantia do direito à moradia. Nessa visão, constrói-se um discurso que reforça as condições de habitabilidade de moradias populares, além de colocá-las como ilegais, devido à ausência de títulos de propriedade.

Figura 10 – Mapa de remoções e reassentamentos decorrentes das intervenções vinculadas à Copa do Mundo e às Olimpíadas no Rio de Janeiro, 2011



Fonte das informações: Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2012. O autor agradece ao geógrafo João Grand Júnior pela elaboração do mapa.

Figura 11 – Mapa da Localização dos empreendimentos enquadrados no Programa MCMV



Fonte: Cardoso et al., 2011

Entretanto, o direito à moradia não está vinculado ao direito à propriedade, mas, sim, as condições de reprodução material e simbólica de uma população. Dessa forma, a localização da moradia na cidade é fundamental, pois essa garante o acesso aos demais direitos humanos: educação, saúde, lazer, cultura, trabalho, etc. Está vinculado, também, ao direito à cidade. Este está para além do acesso ao que já existe, pois compreende também o direito de pensar uma nova cidade, ou seja, de participar do processo de construção do planejamento e de produção do espaço urbano, pois a construção de uma cidade mais justa passa pela criação de formas espaciais que tenham valor de uso para seus cidadãos.

XXX

A análise aqui apresentada indica que durante os últimos vinte anos, vem se consolidando uma governança urbana empreendedorista na cidade do Rio de Janeiro. A coalizão de agentes que lideram essa governança vêm implementado um processo de mercantilização do espaço urbano carioca que possui como um de seus fundamentos a realização de megaeventos esportivos. Nesse sentido, a realização dos Jogos Pan-americanos de 2007, da Copa do Mundo de Futebol em 2014 e, principalmente, dos Jogos Olímpicos em 2016, vem legitimando um processo de produção do espaço urbano marcado por processos de acumulação por espoliação legitimado pelos discursos sobre as oportunidades de desenvolvimento em torno desses eventos. Há indícios para afirmar que o Projeto Olímpico em curso transfere grande quantidade de recursos públicos para os agentes capitalistas, através da contratação de empresas da construção civil para a realização de grandes obras, das parcerias público-privada e de uma lógica espacial dos investimentos

subordinada aos interesses imobiliários. Acompanhando esse processo, é negado às classes populares o direito de participar do processo, que se revela autoritário, sobrepondo-se às leis em vigor, em uma institucionalidade marcada pela exceção.

Considerações finais

A análise da produção do espaço urbano no Rio de Janeiro para a realização dos Jogos Olímpicos de 2016, anunciada como solução para a cidade partida, revela que está em curso um novo “ajuste espacial” que reforça um padrão recorrente de intervenções públicas na cidade. Desde a destruição dos cortiços com a abertura da Avenida Central no período Pereira Passos, passando pela política de remoção de favelas da zona sul da cidade empreendida por Carlos Lacerda, chegando à política atual, associada aos megaeventos, os processos de reestruturação urbana e a adaptação das formas espaciais às novas exigências de reprodução ampliada do capital têm sido realizados às custas da remoção das classes populares.

Percebe-se que o Estado exerce papel fundamental no processo de urbanização e, muitas vezes, sua atuação é subordinada aos interesses dos agentes capitalistas, que se relacionam com a moradia e o solo urbano como valor de troca. O resultado é uma estrutura urbana marcada por uma segregação sócio-espacial, em que as classes sociais menos favorecidas são excluídas dos espaços mais valorizados e infraestruturados, restando-lhes a opção de ocupar as favelas ou deslocar-se para as áreas periféricas da cidade.

A histórica relação entre o Estado e os agentes capitalistas foi institucionalizada com a instauração da governança urbana empreendedorista, a partir da qual a cidade passa a ser vista simultaneamente como empresa e como mercadoria. Todavia, vale observar, não é a cidade em sua totalidade que é transformada em mercadoria, apenas os fragmentos voltados para a atividade turística e para a incorporação imobiliária. Nessa perspectiva de governança, fundamentada em ideários neoliberais, a gestão e a produção do espaço urbano

estão subordinadas a uma guerra global dos lugares, nas quais as cidades disputam turistas e investidores nacionais e estrangeiros. Para tanto, o empreendedorismo urbano tem como uma das principais características as intervenções urbanas de grande porte, tais como a construção de ícones arquitetônicos, os projetos de revitalização de áreas centrais e os megaeventos. Entre esses megaeventos destacam-se os Jogos Olímpicos, atualmente o maior evento midiático do planeta e, também, o que possui maior poder de transformação na paisagem das cidades.

A recriação do movimento olímpico pelo Barão de Coubertin, em 1896, esteve atrelada à propagação de ideais pacifistas, seu objetivo era criar uma forma racionalizada de conflitos e promover a integração entre as nações. Apesar de o movimento se declarar apolítico, a análise histórica dos Jogos Olímpicos indica como os mesmos foram utilizados de maneira ideológica, seja para mostrar o poder de uma nação metaforicamente através da organização do evento e do sucesso de seus atletas no quadro de medalha, seja como palco para manifestações políticas contra o racismo, contra regimes totalitários etc. Essa análise demonstra como os Jogos foram marcados pelas principais mudanças políticas e sociais do século XX, como por exemplo, a ascensão do nazismo, a 2^a Guerra Mundial, a Guerra Fria e o fortalecimento do neoliberalismo.

Com isso os Jogos Olímpicos passaram a ter grande visibilidade e foram transformados em megaeventos esportivos. Os marcos desse processo são o início das transmissões televisivas na década de 1960 e, fundamentalmente, as ações implementadas por Samarach na década de 1980, em direção a mercantilização dos Jogos, como o estabelecimento do direito de propriedade dos símbolos olímpicos e a criação do programa “Os Parceiros Olímpicos” (TOP).

Na governança urbana empreendedorista, os Jogos são considerados uma oportunidade de desenvolvimento econômico e de construção de um legado através da realização de grandes transformações urbanísticas e do reposicionamento da cidade no mundo, a partir de uma imagem atrelada aos signos olímpicos de competitividade, saúde, vigor, juventude, amizade entre os povos etc. Essa ideologia do esporte fundamentada em uma pretensa neutralidade política, mascara, no concernente ao espaço urbano, interesses relacionados à mercantilização da cidade.

Se por um lado, nas últimas décadas do século XX, a realização de megaeventos esportivos se tornaram paradigmáticas nas experiências de governança empreendedorista, por outro, também apresentaram violações no direito à cidade, expressos nos casos de remoções das populações residentes em áreas de intervenções urbanísticas, nos desalojados indiretamente pelo aumento significativo do valor do solo urbano nas cidades-sede e também na repressão aos movimentos sociais.

No caso da cidade do Rio de Janeiro, a governança urbana empreendedorista vem se consolidando nos últimos vinte anos, desde a primeira gestão do prefeito César Maia. Nesse processo, são exemplos as tentativas frustradas de sediar as Olimpíadas de 2004 e de abrigar uma filial do Museu Guggenheim na área portuária da cidade. No entanto, a realização do Pan-2007, a reforma do Maracanã para a Copa do Mundo de 2014 e, principalmente, os projetos em curso visando à realização dos Jogos Olímpicos de 2016, reforçam a mercantilização de parcelas do espaço urbano carioca em um processo marcado pela acumulação por espoliação, realizada pelos agentes capitalistas que hegemonizam a governança urbana empreendedorista.

O Projeto Olímpico em andamento vem provocando e provocará uma grande transformação em algumas áreas da cidade e servirá para propagandear o nome e a imagem do Rio de Janeiro pelo mundo. Entretanto, está em curso uma grande transferência de recursos públicos para os agentes capitalistas, através da contratação de empresas da construção civil para a realização de grandes obras, como o Parque Olímpico, o Porto Maravilha, a reforma do Maracanã etc; das parcerias público-privada que transferem recursos e terras públicas diretamente para esses agentes; e de uma lógica espacial dos investimentos que, visivelmente, está subordinada aos interesses dos agentes imobiliários.

Simultaneamente, observam-se processos de segregação sócio-espacial através da remoção e realocação das classes populares no espaço urbano, na maior parte das vezes ignorando-se as leis vigentes e reforçando uma cidade de exceção, diretamente vinculada aos interesses hegemônicos, locais e internacionais.

Entre os argumentos utilizados para retirar os pobres das áreas de interesses dos agentes imobiliários está a garantia do direito à moradia, reforçando, através desse discurso, a precariedade das condições de habitabilidade de moradias populares, além de colocá-las como ilegais, devido à ausência de títulos de propriedade.

Em todo esse processo, prescinde-se do fato de que o direito à moradia está vinculado ao direito à apropriação dos lugares da vida cotidiana, de moradia, trabalho e lazer, garantindo as condições de reprodução material e simbólica de uma população. Dessa forma, a localização da moradia na cidade é fundamental, pois garante o acesso aos demais direitos humanos: educação, saúde, lazer, cultura, trabalho e outros. O direito à moradia está relacionado ao direito à cidade, pois é

contrário à segregação sócio-espacial e a favor da universalização daquilo que é apropriado por poucos e que está restrito a algumas áreas da cidade.

No entanto, o direito à cidade está para além do acesso ao que já existe, pois compreende também o direito de pensar uma nova cidade, ou seja, de participar do processo de construção do planejamento e de produção do espaço urbano. A construção de uma cidade mais justa passa pela criação de formas espaciais desmercantilizadas, cotidianamente apropriadas pelos seus habitantes como valor de uso.

Referências bibliográficas

ABREU, Maurício de A. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. 3a ed. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.

ALMEIDA, Bárbara Schausteck de; MEZZADRI, Fernando Marinho; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. Considerações sociais e simbólicas sobre sedes de megaeventos esportivos. **Motrivivência**, ano 21, n. 32/33, p.178-192, jun./dez. 2009.

ALMEIDA, Bárbara Schausteck de; VLASTUIN, Juliana; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. Proteção à marca versus liberdade de expressão? Discursos emergentes a partir dos megaeventos esportivos no Brasil. **Esporte e Sociedade**, ano 6, n.18, set. 2011.

AMPVA. **Plano Popular da Vila Autódromo**: plano de desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural. Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo, Rio de Janeiro, 18 dez. 2011. (versão preliminar)

ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Org.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 2^A ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 192p. 11-74

BAHIANA, Luis Cavalcanti da Cunha. Agentes modeladores e uso do solo urbano. **Anais da Associação de Geógrafos Brasileiros**, São Paulo, v. 19, p. 53-62, 1978. BIENENSTEIN, Glauco. O espetáculo na cidade e a cidade no espetáculo: grandes projetos, megaeventos e outras histórias. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUR, 2011. CD-ROM.

BIENESTEIN, Glauco; SÁNCHEZ, Fernanda; MASCARENHAS, Gilmar; OLIVEIRA, Alberto. Megaeventos e metrópoles: insumos do Pan-2007 e perspectivas para as Olimpíadas de 2016. In: MASCARENHAS, Gilmar; BIENESTEIN, Glauco; SÁNCHEZ, Fernanda (Org.). **O jogo continua**: megaeventos esportivos e cidade. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. 302p. p.123-161

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Brasília, 2001.

BRASIL. Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 jun. 2005.

BURGEL, Guy. Atenas, o olimpismo à guisa de urbanismo. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6 , n. 1, p.69-83, mai. 2004.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995. 292p.

CARDOSO, Adauto Lúcio. Mercado imobiliário e segregação: a cidade do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org.). **O futuro das metrópoles**: desigualdade e governabilidade. Rio de Janeiro: Revan / FASE, 2000. 632p. p. 319-350

CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAGÃO, Thêmis Amorim; ARAUJO, Flávia de Sousa. Habitação de Interesse Social: política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUR, 2011. CD-ROM.

CHAVES, Igor & SALLES, Marcelo. Projeto urbano para a burguesia porca. **A Nova Democracia**. ano 5, n. 32, dez. 2006. Disponível em http://www.anovademocracia.com.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=396 . Acesso em 10 dez 2011.

COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. **Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2012. 90p

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Conceição (Org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. p.41-51

DARIDO, Suraya Cristina. As Olimpíadas de Sydney, o desempenho do Brasil e algumas implicações pedagógicas. **Motriz**, Revista de Educação Física, Rio Claro, v. 6 , n. 2, p.101-105, jul./dez. 2000.

ESSEX, Stephen & CHALKLEY, Brian. Megasporting events in urban and regional policy: a history of the Winter Olympics. **Planning Perspectives**, v. 19, n. 2, p. 201-232, abr. 2004.

ESSEX, Stephen & CHALKLEY, Brian. **Urban transformation from hosting the Olympic Games**: university lecture on the Olympics. Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics (UAB) / International Chair in Olympism (IOC-UAB), 2003. Disponível em <<http://olympicstudies.uab.es/lectures/web/pdf/essex.pdf>> Acesso em 10 dez. 2011.

FERREIRA, Álvaro. **A cidade no século XXI**: segregação e banalização do espaço. Rio de Janeiro: Consequência, 2011. 296p.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. **O rapto ideológico da categoria subúrbio**: Rio de Janeiro - 1858/1945. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. 176p.

FIORI, José Luís. **60 lições dos 90**: uma década de neoliberalismo. Rio de Janeiro: Record, 2001. 236p.

FIORI, José Luís. Governabilidade, por que e qual?. **Teoria e Debate**, São Paulo, n. 29, jun./ago. 1995. Disponível em <<http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/ensaio-governabilidade-por-que-e-qual>> Acesso em 20 mar. 2011.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992. 349 p.

HARVEY, David. **Espaços da esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004b. 382p.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004a. 187 p.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. 252p.

INTERNACIONAL OLYMPIC COMMITTEE. **Marketing fact file**. Lausanne: IOC, 2012. 42p. Disponível em <http://www.olympic.org/Documents/IOC_Marketing/OLYMPIC-MARKETING-FACT-FILE-2012.pdf> Acesso em 19 janeiro 2012.

IPP. **Altas escolar da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 2000.

LA DOCUMENTATION FRANCAISE. **Questions internationales**: le sport dans la mondialisation, n.44, juil. 2010.

LAGO, Luciana Corrêa do. O que há de novo na clássica dualidade núcleo-periferia: a metrópole do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org.). **O futuro das metrópoles**: desigualdade e governabilidade. Rio de Janeiro: Revan / FASE, 2000. 632p. p. 207-228

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 178 p.

MASCARENHAS, G. A cidade e os grandes eventos olímpicos: uma geografia para quem?. **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, año 8, n. 78, 2004.

MASCARENHAS, Gilmar. Desenvolvimento urbano e grandes eventos esportivos: o legado olímpico nas cidades. In: MASCARENHAS, Gilmar; BIENESTEIN, Glauco; SÁNCHEZ, Fernanda (Org.). **O jogo continua**: megaeventos esportivos e cidade. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. 302p. p.27-39

MASCARENHAS, Gilmar. O ideário urbanístico em torno do olimpismo: Barcelona (1992) e Rio de Janeiro (2007). In: MASCARENHAS, Gilmar; BIENESTEIN, Glauco; SÁNCHEZ, Fernanda (Org.). **O jogo continua**: megaeventos esportivos e cidade. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011b. 302p. p.41-56

MASCARENHAS, Gilmar; PONTES, Jéferson Alexandre; NEVES, Juliana Cristina Queiroz das; BRAZ, Leandro de Souza; SIMEONE, Leonardo Maia. Pequim 2008: uma primeira avaliação sobre território, cidadania e legados. **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, año 13, n. 124, set. 2008.

MELO, Erick Silva Omena de & GAFFNEY, Christopher. **Mega-eventos esportivos no Brasil**: uma perspectiva sobre futuras transformações e conflitos urbanos. Rio de Janeiro: FASE, 2010. 44p. (Relatório de pesquisa)

PAES, Eduardo & FARJADO, Washington. Arquitetura nômade. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 de abr. 2012.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Plano estratégico da cidade do Rio de Janeiro**: Rio sempre Rio. Rio de Janeiro: PCRJ/ACRJ/FIRJAN, 1996.

PRETECEILLE, Edmond & VALLADARES, Lícia. Favela, favelas: unidade ou diversidade da favela carioca. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org.). **O futuro das metrópoles**: desigualdade e governabilidade. Rio de Janeiro: Revan / FASE, 2000. 632p. p.375-430

RAEDER, Sávio. Conflitos no ordenamento territorial em grandes eventos esportivos. In: MASCARENHAS, Gilmar; BIENESTEIN, Glauco; SÁNCHEZ, Fernanda (Org.). **O jogo continua**: megaeventos esportivos e cidade. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. 302p. p.259-286

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Acumulação primitiva de capital simbólico: sob a inspiração do Rio de Janeiro. In: JEUDY, Henri-Pierre & JACQUES, Paola Berenstein (Org.). **Corpos e cenários urbanos**: territórios urbanos e políticas culturais. Salvador: EDUFBA, 2006. 182p. p.39-50

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados**: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. 352p.

RIBEIRO, Luiz César Queiróz & SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Desafios da questão urbana. **Le Monde Diplomatique Brasil**, ano 4, n. 45, p. 4-5, abr. 2011.

RIO DE JANEIRO. **Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro**. 2a ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Centro de Estudos da Procuradoria-Geral do Município, 2010. 224 p.

ROLNIK, Raquel. Informe da Relatora Especial sobre moradia adequada como elemento integrante do direito a um nível de vida adequado e sobre o direito de não discriminação a este respeito. **Proposta**, Fase, Rio de Janeiro, nov. 2010.

RUBIO, Kátia. Jogos Olímpicos da Era Moderna: uma proposta de periodização. **Rev. bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v.24, n.1, p.55-68, jan./mar. 2010.

SÁNCHEZ, Fernanda & BIENENSTEIN, Glauco. Jogos Pan-americanos RIO 2007: um balanço multidimensional. In: XXVIII INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATINAMERICAN STUDIES ASSOCIATION. **Anais...** Rio de Janeiro: LASA, 2009. CD-ROM.

SÁNCHEZ, Fernanda; BIENENSTEIN, Glauco; CANTO, Bárbara L.; GUTERMAN, Bruna da Cunha; BENEDICTO, Danielle Barros de M.; PICINATTO, Leonardo. Produção de sentido e produção do espaço: convergências discursivas nos grandes projetos urbanos. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.107, p.39-56, jul./dez. 2004.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos & SANTOS, Mauro Rego Monteiro dos. **Megaeventos e o direito à moradia**: questões e reflexões a partir do contexto do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ / Observatório das Metrópoles: 2011. 20p. (mimeo.)

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves. **Democracia e governo local**: dilemas da reforma municipal no Brasil. Rio de Janeiro: REVAN/FASE, 2001. 248p.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. A produção capitalista do espaço, os conflitos urbanos e o direito à cidade. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos; CRISTÓVÃO, Ana Carolina; NOVAES, Patrícia Ramos (Org.). **Políticas Públicas e direito à cidade**: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais e conselheiros municipais. Rio de Janeiro: Letra Capital / Observatório das Metrópoles / IPPUR-UFRJ, 2011. p. 67-74

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo – razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. A promoção imobiliária recente no município do Rio de Janeiro. **Revista Território**, Rio de Janeiro, p. 43-57, ano 1, n. 1, 1996.

STAVRIDES, Stavros. Urban Identities: Beyond the Regional and the Global: the Case of Athens. In: AL-QAWASMI, Jamal; MAHMOUD Abdesselem; DJERBI, Ali (Org.) **Regional Architecture and Identity in the Age of Globalization**. Tunis: CSAAR, 2008. p. 577-588.

TCMRJ. **Auditoria**: Legado dos Jogos Pan-Americanos – Rio 2007. Rio de Janeiro: TCMRJ, 2009. 46p.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Org.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 2^A ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 192p. 75-103

VAINER, Carlos. Cidades de Exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUR, 2011. CD-ROM.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A utilização dos agentes sociais nos estudos de geografia urbana: avanço ou recuo?. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Conceição (Org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. p. 75-96

Sites consultados:

<http://www.cidadeolimpica.com> Acesso em 30 mar. 2012.

<http://concursoparqueolimpicorio2016.iabrij.org.br> Acesso em 10 set. 2011.

<http://www.rio2016.org.br> Acesso em 15 mar. 2012.

<http://www.rio2016.com> Acesso em 15 mar. 2012.

<http://www.transparenciaolimpica.com.br> Acesso em 02 abr. 2012.

<http://comitepopulario.wordpress.com> Acesso em 02 abr. 2012.

<http://copadomundo.uol.com.br> Acesso em 05 abr. 2012.

<http://portal.iphan.gov.br> Acesso em 16 abr. 2012.

<http://www.transparencia.gov.br/copa2014> Acesso em 12 abr. 2012.

<http://www.tse.gov.br> Acesso em 20 mar. 2012.

<http://www.forumcomunitariodoporto.wordpress.com> Acesso em 15 abr. 2012.

<http://www.tishmanspeyer.com.br> Acesso em 08 jan. 2012.

<http://portomaravilha.com.br> Acesso em 10 jan. 2012.